



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Israel Pacheco Júnior

***CAIO PRADO JÚNIOR: DO SENTIDO DA
COLONIZAÇÃO AO SENTIDO DA REVOLUÇÃO***

Campinas, SP
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Israel Pacheco Júnior

***CAIO PRADO JÚNIOR: DO SENTIDO DA
COLONIZAÇÃO AO SENTIDO DA REVOLUÇÃO***

Orientador: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Israel Pacheco Júnior, e orientada pelo o Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego.

Orientador

Campinas, SP
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

P115c Pacheco Júnior, Israel, 1978-
Caio Prado Júnior: do sentido da colonização ao
sentido da revolução / Israel Pacheco Júnior.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 2. Sociologia –
História. 3. Colonização. 4. Ciência política. 5. Marxismo.
I. Rêgo, Rubem Murilo Leão, 1943- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Caio Prado Júnior: from the colonization meaning to
the revolution meaning

Palavras-chave em inglês:

Sociology – History

Colonization

Political science

Marxism

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Rubem Murilo Leão Rêgo [Orientador]

Silvio César Camargo

Antonio Rago Filho

Data da defesa: 22-03-2013

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Israel Pacheco Júnior

**CAIO PRADO JÚNIOR: DO SENTIDO DA
COLONIZAÇÃO AO SENTIDO DA REVOLUÇÃO**

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação de Mestrado em Sociologia
defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 22/03/2013

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego
(orientador)



Prof. Dr. Sílvio César Camargo
DS//Unicamp



Prof. Dr. Antonio Rago Filho
PUC-SP

SUPLENTES:

Prof^ª Dr^a Rogério Baptistini Mendes (Universidade São Judas Tadeu / Mackenzie)

Prof^ª Dr^a Elide Rugai Bastos (DS/IFCH/Unicamp)

Março/2013

201317169

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à história e à memória dos meus avós paternos, Valderison Ferreira Pacheco (*in memorian*) e Verciolina Pacheco; e avós maternos, Alfredo dos Santos Lomba (*in memorian*) e Maria da Silva Lomba (*in memorian*).

Agradecimentos

Em um trabalho acadêmico, muita gente está envolvida direta e indiretamente. Começo agradecendo a todos aqueles com os quais pude dialogar em todos os anos de minha formação intelectual e política: aos amigos e amigas da Escola de Sociologia e Política e seu Núcleo de Pesquisas sobre Brasil Moderno, de onde surgiu a temática deste trabalho; aos amigos e amigas da PUC-SP; a todos os educandos e educandas que tive ao longo de mais de dez anos trabalhando e militando com Educação Popular; aos amigos e amigas do Instituto Paulo Freire, onde aprendi o significado da leitura do mundo compartilhada e vivenciei as expectativas de um novo porvir; aos amigos e amigas que fiz na COP (Coordenadoria do Orçamento Participativo), na secretaria do Governo Municipal de São Paulo, em especial Marcia R. Victoriano, Osvaldo Tagliavini Filho, Sandra Basile, Fábio Siqueira e Luciano Lopes; aos meus grandes Camaradas do Coletivo Caifazes, com quem aprendi e compartilhei muitos sonhos e momentos importantes da vida: Jeo, Fátima, Tiaraju, Nilza, Cecília, Jaime, Dani, Fernanda, Júnior (primeira geração), Manoe, André, Fernanda, Vinicius, Márcio, Tayna (segunda geração) e muitos outros que por lá passaram, aprenderam e organizaram as lutas por um mundo melhor; aos amigos da Consulta Popular e do MST; aos Companheiros do Grupo de Estudos Marx – Engels, que desde 2009 labutam em conjunto as ideias e ideais marxistas; aos amigos do meu grupo musical Cravos da Madrugada.

Agradeço imensamente à minha mãe, pelas bases objetivas e por sempre acreditar em meu trabalho e esforço intelectual, por me fazer sentir cotidianamente o seu carinho maternal em todas as suas condutas; ao meu pai, pelas bases subjetivas e por compartilhar comigo na militância e no estudo, as perspectivas de um novo mundo a construir, por me mostrar desde criança as injustiças e as possibilidades de superação da ordem perversa do mundo capitalista e por me fazer crer que são passíveis de mudança.

Ao professor e amigo Rogério Baptistini, por compartilhar experiências, aprendizados e por acreditar no meu potencial intelectual.

Ao Professor Rubem Murilo Leão Rego, pela paciência no educar, pela dedicação ao longo da dissertação, por me acalmar nos momentos de desespero, inclusive com leituras de fragmentos da obra de Guimarães Rosa, com os quais procurou acalentar por tantas vezes os meus conflitos e preocupação.

Aos funcionários da Secretaria da pós-graduação do IFCH, em especial a tão dedicada e espetacular Cris.

Aos meus irmãos, Shirley Pacheco e Thiago Pacheco, que me inspiram intelectualmente, por me cobrarem posturas e por estarem na busca permanente de serem mais humanos e fraternos no mundo em que vivem. Penso que sem o carinho e compreensão deles não suportaria a dor desta dissertação.

À Tatiane Gonzales, por compartilhar a temática sobre o Brasil, por me mostrar caminhos, pelas acolhidas em Campinas e por sua amizade.

À Mariana Vicente por sua amizade, companhia e carinho, por compartilhar as heranças perversas de nossa origem, mas também as nossas superações.

Ao Márcio Faria, companheiro que pude contribuir em sua formação e hoje segue sozinho pelas arestas da história formando e informando o povo sobre as contradições da nossa realidade.

À Noemi Araujo, pela paciência, dedicação e carinho, e por me ajudar a entender as contradições da minha formação psíquica.

Aos amigos de existência: João Bosco, pelas conversas sobre o cotidiano e as agruras de nossa origem; Michel, pelas experiências da vida (viagens, bares, conversas, estudos) e pelos momentos que passamos juntos no mestrado, às vezes tão perto ou tão longe, mas sempre com a certeza de que o ombro amigo se fazia presente pra qualquer batalha, inclusive no maior percalço da ciência, o começo; Rafael Tauil, pelas conversas e descobertas mútuas acerca das questões sobre a formação social brasileira e nossas possibilidades dentro deste contexto; Júnior (Afro Rebelde), amigo e militante ativo que vi crescer e se tornar para mim uma referência no engajamento político; Lucas, que há muitos anos compartilha comigo a vida e é um dos meus grandes parceiros para todas as ocasiões, apesar da distância geográfica que por ora nos encontramos, agradeço por me fazer acreditar no meu potencial com suas doces e sinceras palavras; Andrei, parceiro de morada temporária, mas que me marcou profundamente com seu companheirismo e me cativou como um grande amigo.

À Gabriela Abreu Guedes, camarada e amiga de longa data e responsável pela revisão técnica desse trabalho.

À Camila, que foi a minha fiel companheira de caminhada, de luta e também minha cúmplice, por ter feito com que me sentisse seguro em relação às minhas angústias na maior parte do período desse mestrado, por ter estado comigo nos momentos delicados desta pesquisa e de minha vida e por sempre acreditar e fazer com que eu acreditasse em minhas potencialidades.

Aos grandes amigos de infância: Ricardo, Alessandro, David, Daniel, Gande, Marcelo, Sandrão (S.B.O), Rodrigo e Binho: vocês tiveram uma parcela grande de culpa neste trabalho. Aos familiares mais próximos: tias, tios, primos e primas.

Ao Fernando Maestro, pela amizade e os inúmeros cafés que compartilhamos juntos, assim como as conversas tão salutares, que nos aproximaram de mundos diferentes.

À Michele Celestino, que além da amizade e cumplicidade foi uma grande incentivadora por todo o tempo da dissertação, e leu os primeiros textos que conformaram esse trabalho, sempre com sugestões preciosas e palavras acalentadoras.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

Todo começo é difícil em qualquer ciência.

Karl Marx

Resumo

O presente trabalho trata particularmente de duas questões que consideramos centrais no pensamento de Caio Prado Júnior. Por um lado a categoria sentido da colonização e a apresentação que o autor faz desta em sua obra, assim como os fundamentos que norteariam a superação deste sentido, ou seja, a teoria acerca da revolução brasileira. Procuramos apontar como o autor trabalha a categoria no conjunto de seus livros com um viés mais historiográfico, e as considerações que a literatura especializada faz da mesma. Além disso, buscamos apresentar como a categoria é norteadora de toda sua interpretação sobre o Brasil contemporâneo porque conforma, para o autor, os desdobramentos das diversas relações sociais e culturais do país. Em relação aos aspectos acerca da revolução brasileira apontamos os precedentes históricos, que contribuíram com a consolidação dos elementos necessários à transformação das estruturas do país, de um ponto de vista econômico, político e social e como Caio Prado interpreta esta conjuntura e sugere uma especificidade dentro do campo econômico e político para superar o sentido do negócio, ou da colonização, presente nas relações sociais de produção no Brasil. Retomamos as principais questões teóricas que norteou o debate com o PCB e a posição do autor em relação aos fundamentos da teoria da revolução brasileira.

Palavras Chaves:

Pensamento social, colonização, Caio Prado, revolução brasileira, marxismo

Abstract

The present work aims particularly two very important questions in Caio Prado Jr. thought. On the one hand the colonization meaning category and the presentation made by the author, as well as the fundamentals that guide this meaning overcoming, in other words the Brazilian revolution theory. We hope to point out how the author works with the category in his books, taking in account a historiographical way and the considerations made by specialized literature. Furthermore, indicate how the category is the guidance of all his interpretation about Brazil, conforming to the author the different social and cultural outspread relationship in the country. In relation to the Brazilian revolution aspects we point out the author vision historic precedents that contributes with the consolidation of some necessary elements to the country structure transformation from a political, social and economic point of view and how Caio Prado understands this conjuncture and suggests a specificity inside the economic field in order to overcomes the business meaning, or colonization, presented in the Brazilian social production relation. We hope to recapture the main theoretical questions that guided the debate with PCB and the author position in relation to the Brazilian fundamentals theoretical revolution.

Key Word

Social Thought, Colonization, Caio Prado, Brazilian Revolution, Marxism

SUMÁRIO

Introdução.....	1
-----------------	---

Parte I - O Sentido da Colonização

1.1 - O <i>sentido da colonização</i> em Caio Prado Jr. – Introdução a uma categoria explicativa.....	9
1.2 - Colonização – o seu sentido.....	25
1.3 - Formação Brasileira - orientação política e econômica: pressupostos históricos.....	29
1.4 – A expressão da categoria presente nas obras historiográficas.....	35

Parte II - Biografia, História e Sociedade

2.1 – Vida Social e Política – biografia, história e conjuntura.....	57
2.2 – Família Prado – os Prado e Silva.....	59
2.3 – Os primeiros anos.....	63
2.4 – Década de 1920 – da universidade ao desdobramento político engajado.....	65
2.5 – Os anos 1930: revolução e contrarrevolução.....	69
2.6 – Os anos 1940 e 1950: Definições e Indefinições – novas	

descobertas.....	78
2.7 – As Décadas de 1960, 70, 80...: a luta político - ideológica.....	86

Parte III - O debate político – o sentido da revolução

3.1 - O Sentido da Revolução – o discurso político e a ciência da transformação em Caio Prado Júnior.....	93
3.2 - Os primeiros termos que marcam a perspectiva interpretativa sobre o processo das transformações no país (in) dependente.....	96
3.3 - A análise que opera a perspectiva da mudança estrutural do Brasil na interpretação de Caio Prado Júnior.....	106
3.4 - A Contundência da Crítica da Crítica Crítica.....	117
3.5 - A Teoria da Revolução Brasileira em Caio Prado Júnior.....	124
Considerações Finais.....	127
Bibliografia.....	133

Introdução

Apresentamos neste trabalho duas questões que consideramos centrais no pensamento de Caio Prado Júnior: por um lado, sua categoria *sentido da colonização*, linha mestra interpretativa em toda análise do autor e conceito que norteia sua exposição sobre as diferentes manifestações na dinâmica da história do Brasil - para tanto, lembramos o prefácio de *Formação do Brasil Contemporâneo: Povoamento, Vida Material e Vida Social* e sua correspondência direta em relação àquele sentido. Por outro lado, também centraliza esse trabalho a análise das possibilidades de superação daquele mesmo sentido, com a ideia do que seria o processo da revolução brasileira nos termos do autor, e a formação de uma comunidade nacional que suprisse as reais necessidades de seu povo.

Antes de qualquer coisa, considero importante dizer o que me levou a Caio Prado Júnior e ao seu estudo, algumas coincidências históricas e demais interesses na interpretação deste autor do pensamento social brasileiro. Há alguns anos, desde criança, observo a biblioteca do meu pai de forma às vezes muita atenta, assim como de maneira despretensiosa, procurando descobrir em cada livro que ele leu algum caminho interessante que me despertasse para a ciência ou o debate político de forma mais qualificada. Eis que há muito tempo, de maneira descompromissada, via aqueles volumosos *História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que me chamaram a atenção, mas cuja riqueza oculta não me dei conta em um primeiro momento.

Certa vez, em uma conversa informal há muitos anos, meu Pai me contou uma história que na época não fez muito sentido; ele me dizia que era amigo do filho de Caio Prado e que tomavam muitos cafés juntos e conversavam sobre política, filosofia, história - e que de vez em quando meu pai recuperava sua mais-valia, saindo por vezes do trabalho na hora do expediente, indo ao encontro do amigo para conversar e refletir sobre novos livros e sobre os debates que sempre faziam. Na verdade, para meu pai, Caio Graco era apenas um dos “gerentes” da Brasiliense, que na época se situava na Rua Barão de Itapetininga, no centro de São Paulo, próximo ao local do seu trabalho. Ele não sabia que aquele “gerente” era filho direto de Caio Prado Júnior. Veio saber disso apenas posteriormente, com sua morte precoce. O fato lhe causou grande tristeza, pois perdia um amigo cuja origem nunca soubera ao certo, mas que lhe proporcionara grandes momentos de prazer e amizade. Para meu pai, o fato de não saber quem

ele era foi até melhor, pois me dizia que poderia ficar intimidado conversando com o herdeiro de alguém que já admirava de longa data e cuja obra já havia lido boa parte. Esta foi uma segunda coincidência.

Outro momento de contato com Caio Prado Jr. foi na graduação em História. De certa forma, os cursos superiores apresentam uma perspectiva bem simplificada de autores e contextos e, no caso da história do Brasil vista por Caio Prado, não foi diferente. Mas o que me chamava a atenção naquelas aulas da universidade era a paixão com que a Professora Márcia Mansor D'Aléssio apresentava o autor e sua interpretação sobre a história do nosso país, ainda muito atual. Isso eu já me recordo melhor, foi no ano de 2007.

Por conta da militância política, acabei participando de um curso de formação chamado Realidade Brasileira, promovido pela Consulta Popular e a Fundação Rosa Luxemburgo. O curso aprofundava a perspectiva nos estudos dos autores brasileiros e suas principais contribuições para a história do Brasil. Eis que um módulo foi específico sobre Caio Prado Jr. e sua contribuição para construção e interpretação de nossa história. Foi minha primeira inserção mais qualificada e aprofundada na obra *História Econômica do Brasil*.

Por fim, destaco os encontros do grupo de estudos sobre Brasil Moderno, realizados na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob orientação do Professor Rogério Baptistini Mendes. Coincidentemente, nesse mesmo ano, também lecionei como professor assistente na disciplina de Sociologia IV, do mesmo professor. No grupo, o orientador apresentava a análise de Caio Prado sempre destacando a sua linha mestra e ininterrupta de acontecimentos, assim como a interpretação caiopradiana esteve pautada por uma característica ímpar em nossa história, uma vez que foi a primeira que compreendeu as totalidades da formação social do ponto de vista econômico, político e social. Era praticamente globalizadora e totalizante, e a partir de uma interpretação materialista e dialética rigorosas. Sua exposição também era apaixonada.

Já nas aulas, como professor assistente, pude observar como os demais autores do pensamento social brasileiro estavam de certa forma ligados a Caio Prado, nem sempre de maneira convergente, mas bebiam em sua obra e o complementavam, com destaque para: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Rui Mauro Marini, Fernando Novais, Maria Silvia de Carvalho Franco etc. Aquilo me intrigava, ou seja, ao fazer o estudo sobre partes do pensamento destes autores via que de certa forma Caio Prado era retomado em suas lacunas e aquilo me impressionava: como um pensamento pode ser tão

abrangente e, ao mesmo tempo tão rigoroso, a ponto de ser incluído (in)diretamente nos estudos de tantos outros autores do pensamento social brasileiro?

Pode ser que tenham sido essas coincidências todas me levaram mais objetivamente ao encontro mais qualificado das obras de Caio Prado, por isso encaminhei-me em um primeiro momento para o estudo do autor de maneira despretensiosa, mas de certa forma instigado por aquelas características todas que me chamavam a atenção. Posteriormente, na tentativa de fazer algo mais elaborado, pensei em focar o estudo na categoria sentido da colonização e como esta se apresentava em toda sua obra. Parti daí, para dar seguimento ao projeto de mestrado e me aprofundar um pouco mais no pensamento do autor. De certa forma, foram essas as proximidades que tive com Caio Prado e que acabaram influenciando decididamente na construção desta pesquisa.

Neste trabalho, fizemos algumas opções metodológicas: recuperar a categoria *sentido da colonização* nos livros¹ de Caio Prado – com exceção daqueles com um debate mais filosófico – e verificar no conjunto da obra como essa categoria foi apresentada e qual a sua historicidade; desvendando, dentro da perspectiva sociológica, um nível de manifestação das relações sociais a partir desse contexto. Procuramos também constatar a expressão da categoria presente em suas obras no debate feito por parte da literatura especializada no autor. Da mesma forma, recuperamos em sua análise os pormenores que deram sentido à sua teoria acerca dos aspectos da revolução brasileira, colhendo e identificando em seus livros os antecedentes elementares da questão para ver como culmina no livro de 1966, *A Revolução Brasileira*, esta particularidade em seu pensamento.

O que pretendíamos analisar inicialmente eram as questões relativas à categoria, exclusivamente; porém, como todo trabalho acadêmico se transforma permanentemente em função dos debates, orientações, conversas, o próprio processo da qualificação etc, mudamos também a perspectiva inicial de nossa investigação. Passamos a considerar mais oportuno investigar também a superação daquele sentido através dos debates que Caio Prado fez com o seu partido (PCB) e a direita como um todo - e como este se projetou de uma maneira mais consolidada no livro *A Revolução Brasileira*, de 1966.

No geral procuramos recuperar neste trabalho uma forma de pensar e buscamos, na

¹ Evolução política do Brasil, 1933; Formação do Brasil contemporâneo, 1942; História econômica do Brasil, 1945; Evolução política do Brasil e outros estudos, 1946; Diretrizes para uma política econômica brasileira, 1954; Esboço dos fundamentos da teoria econômica, 1957; A revolução brasileira, 1966; História e desenvolvimento, 1968; A questão agrária no Brasil, 1979.

medida do possível, fazer nossa interpretação sobre o autor, destacando, dentro de nossa perspectiva e do nosso objeto, o que de mais elementar foi a contribuição de Caio Prado, a partir daquilo que nos propomos. Entendemos que não fizemos algo inédito, mas tentamos com esta pesquisa verificar as mediações possíveis do pensamento do autor dentro da sua própria obra, a partir das categorias elencadas, reconstruindo um pensamento de forma dialética e, quando possível, inferindo em outras particularidades de sua interpretação a partir das mesmas categorias analisadas.

Procuramos com certa atenção evitar que a exposição se tornasse mera reprodução do texto de Caio Prado, mas sabendo da limitação de nosso tempo de pesquisa, tentamos trazer à tona o que há de mais fundamental em seu pensamento – a partir do que sugerimos – dando luz e contribuindo com a história das ideias marxistas no Brasil e do pensamento social brasileiro distintamente marcado por esta faceta. Se conseguimos essa proeza, fica para os futuros leitores deste texto a confirmação.

Nossa contribuição também vem no sentido de fomentar e reavivar o pensamento crítico que por grande parte do século XX foi perseguido na academia e fora dela. Não foi à toa que Caio Prado Jr. foi impedido politicamente e exilado em vários momentos da nossa história, assim como impossibilitado por forças conservadoras de assumir por três vezes o posto de professor universitário. A primeira vez, em 1954, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, para a cadeira de Economia Política; a segunda vez, em 1963, foi convidado para dar aulas na Faculdade Estadual de Araraquara, que posteriormente se transformou na UNESP; e a terceira vez, em substituição a Sérgio Buarque de Holanda, prestou concurso para cadeira de História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em nenhuma das três vezes conseguiu assumir a função de professor.

De forma geral, o conjunto do trabalho está organizado conforme demonstraremos a seguir.

O primeiro capítulo discute fundamentalmente a questão da problematização do *sentido da colonização*, a recuperação e a forma como esta categoria está apresentada em sua obra, assim como as questões derivadas deste sentido: a colonização, os problemas da formação social brasileira, as especificidades de colonização etc. Procuramos também situar a categoria no tempo e no espaço, ou seja, qual o período da história mundial ou da expansão do capitalismo comercial que o autor esteve considerando para apontar os desdobramentos e manifestações daquele sentido nos trópicos e como este conformou um tipo de sociedade e

cultura a partir dos seus pressupostos. Nas palavras do autor, procuramos verificar como uma *“economia que se apoia fundamentalmente na produção para o mercado exterior e para esse fim se organiza desde o início da ocupação e povoamento do território brasileiro e como esse caráter se conservou até hoje”* (PRADO, 1954, p. 108).

No segundo capítulo, procuramos situar o autor dentro da História e como a História esteve também no autor. Nesse sentido, resgatamos parte de sua biografia - não no sentido exaustivo e detalhista das particularidades de Caio Prado, mas apontando os debates mais fundamentais em que esteve inserido e como tal conjuntura contribuiu para estimular o autor a se posicionar dentro dos principais contextos teóricos e políticos da sua época. Buscamos apontar alguns elementos centrais que nos fornecessem uma fotografia do tempo vivido. Partimos das categorias presentes em Wright Mills (1972): biografia, história e a relação entre elas na sociedade. Desta forma, tentamos resgatar a História na biografia de Caio Prado e dentro desta, a sociedade que informava.

No terceiro e último capítulo, procuramos reconstruir os momentos mais decisivos acerca do sentido da revolução na obra do autor, desde os antecedentes históricos que contribuíram com o conjunto das transformações do Brasil colonial e que esboçaram a construção de uma comunidade nacional independente, até as expressões mais recentes da economia brasileira com a industrialização e a ação do imperialismo. Procuramos mostrar o debate em que Caio Prado esteve inserido no seio do Partido Comunista Brasileiro, seu agrupamento político, e como esta contenda, além de se manter praticamente durante toda sua vida, particularmente pós-Ditadura Militar, foi fundamental na construção de outra visão acerca das características históricas de nossa sociedade brasileira.

Parte I
O Sentido da Colonização

Capítulo I

1.1 - O sentido da colonização em Caio Prado Jr. – introdução a uma categoria explicativa

Procuram-se os sequestradores de países. **Procuram-se** os estranguladores de salários e os exterminadores de empregos. **Procuram-se** os violadores da terra, os envenenadores da água e os ladrões do ar. **Procuram-se** os traficantes do medo.

Dia contra o Terrorismo – **Eduardo Galeano**

A proposta de elaboração e produção de uma categoria explicativa não é tarefa simples. Abstrair da realidade uma conjunção de fenômenos que expliquem a própria dinâmica que sugere o real ou a (re)construção e análise de uma determinada época é uma empreitada que exige amadurecimento. A sistematização de uma categoria explicativa² procura dar sentido à história, responder às lacunas do presente, expressar uma especificidade de pensamento e, no caso específico da interpretação da nossa história, configurar e sistematizar o que foi o nosso sistema colonial e seu desdobramento, inserido em um momento particular da história da expansão marítima e comercial europeia, período em que a formação e afirmação de uma época superam a crise de outro tempo histórico, a crise da sociedade feudal, e consolidam uma nova estrutura social, uma vez que juntamente com a centralização do poder político emerge uma nova classe, a burguesia comercial; e, para além deste aspecto, ocorre a expansão e concretização do capitalismo em âmbito mundial.

No caso do autor em questão, a elaboração de sua categoria explicativa envolve uma perspectiva que carrega tamanha intencionalidade³, que lhe impulsiona certo sentido de superação das contradições, constrói e consolida uma interpretação e um entendimento sobre a formação social brasileira partindo das múltiplas determinações que nos forjaram, onde a

² A constatação de Fernando Novais aponta o que há de categórico naquele sentido nos termos de Caio Prado, onde “uma indagação mais profunda revela o movimento do discurso: recorte do objeto, apreensão de seu sentido, reconstrução do real a partir desse ‘sentido’ (...) e o seu travejamento dialético vai transparecendo; o sentido, isto é, a essência do fenômeno, explica suas manifestações e, ao mesmo tempo, explica-se por elas. (...) recortado o objeto, a análise se desdobra em dois movimentos: da aparência para essência, e da essência para a realidade” (NOVAIS, 1983).

³ Em um dos mais famosos e dos primeiros escopos biográficos sobre Caio Prado, Francisco Iglésias destaca o caráter do *intelectual* (historiador, economista e filósofo) e *militante* (PCB) que afirma e reafirma sua posição política e que, de certa forma, rompe com sua classe – torna-se desde muito cedo pensador marxista e homem engajado do Partido Comunista Brasileiro. Segundo o autor “toda sua obra é marcada por um sentido pragmático de luta, o que não o leva a distorções no estudo”. (IGLÉSIAS, 1982).

expressão daquele *sentido* é determinante em sua análise (povoamento, vida material e vida social), aponta seu momento síntese e com ele sua possibilidade de ruptura – a passagem de uma economia colonial para uma economia nacional – a qual, na visão peculiar do autor, ainda não se consumou. Como nota Maximiliano Martin (1989), a colônia, entendida no quadro de seu desenvolvimento histórico, “*tem sentido por ela mesma*”. Afirma o autor que ela é fruto de um período histórico, de uma estrutura e do processo de dominação de um país por outro, e desta forma deve ser encarada, pois ao estudar a colônia partindo desta perspectiva, o resultado é necessariamente a tomada de posição em sua interpretação⁴. Assim, Caio Prado se aproxima das origens dos fundamentos do sistema colonial, caracterizando-o na lógica metrópole-colônia e na relação estabelecida entre ambos. Mais especificamente, ele nos aponta o fundamento dessa relação como expressão econômica.

O modelo interpretativo de Caio Prado Júnior possui intrínseca afinidade com o Marx da *Contribuição da Crítica da Economia Política* (TEIXEIRA, 2005), pois ao verificar que há um *certo sentido* na *evolução* de um povo, percebemos o seu desenvolvimento no conjunto dos fatos e acontecimentos de longa duração e não nos pormenores da história, uma vez que, segundo Marx, a sociedade burguesa é a forma de organização mais desenvolvida de produção e para conhecermos as formas mais desenvolvidas de qualquer sociedade é o “*presente que fornece a chave para o passado*”. Teixeira (2005) destaca que o *sentido* não é um elemento a priori, mas reconstruído posteriormente, ou seja, a partir da relação que se conheceu da sociedade que “*resultou do desenrolar histórico (...) a lógica do sentido não existe a priori, como necessidade lógica, mas é reconstruída a posteriori pelo sujeito do conhecimento*”⁵. Além disso, como considera o próprio Caio Prado Júnior em afinidade extrema com o Marx d’O Capital, quando infere a análise a partir desta metodologia, reconstrói nosso sistema colonial partindo do *abstrato ao concreto*. Ao fazer a análise de nosso sistema colonial ressaltando o que de mais abstrato havia na colônia, o seu sentido, pouco a pouco vai construindo a totalidade deste universo diversificado, a própria vida na colônia e seu desdobramento em função daquele sentido exclusivo, ou seja, a apropriação dos recursos naturais existentes nos trópicos para comercialização na Europa.

Interessante ressaltar a observação de Bastos e Botelho (2010) acerca da

⁴ MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D’INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 88-91.

⁵ TEIXEIRA, Rodrigo A. O Capital como sujeito e o “sentido da colonização”. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>, 2005, p. 4. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

operacionalização das categorias em uma análise sociológica; os autores afirmam que um pesquisador, ao fazer a análise e discutir metodologicamente o caminho da interpretação de seu objeto, sempre faz escolhas, tanto em função dos materiais de pesquisa, assim como às *perspectivas teóricas* que informam a construção de seu objeto⁶. Nesse sentido, Caio Prado assume tanto metodologicamente quanto politicamente uma postura intelectual que de certa forma o acompanhará pela vida toda: a incorporação do marxismo em sua análise e conduta política, mas sem deformar o período que interpreta a partir desse mesmo pressuposto. Dessa forma, no caso do autor em questão fica difícil separar as esferas de pensamento e ação, pois todo o seu argumento está respaldado por esta perspectiva de análise da realidade. Konder (1989), visualizando esta dimensão em Caio Prado, destaca que os historiadores materialistas introjetados pela perspectiva de transformação, destacadamente comprometidos com um processo revolucionário em seu país, necessitam “*reconstituir o quadro, compreender os problemas postos pela vida, avaliar as condições materiais, para poder entender criticamente as iniciativas (...) o ânimo com que os homens se movem na arena da luta a qual se veem colocados*”⁷. É a partir desta especificidade que enxergamos o autor e tomamos esta particularidade como critério da investigação das suas obras.

Não obstante, mas longe de adentrar nesta particularidade no pensamento do autor, que não é de forma alguma predominante em sua obra, apenas inferimos que como homem de seu tempo e influenciado por este, assim como por estudos que também contribuíram para sua formação e observação intelectual, notamos que se utiliza em determinadas passagens de sua obra de uma inclinação conceitual próxima a outros autores da sociologia clássica, como o próprio Weber e Durkheim⁸.

Ao verificarmos como a adaptação do método⁹ investigativo pautado pelo marxismo de Caio Prado, é elaborado e exposto, notamos certa proximidade também com Lukács, que

⁶ BASTOS, Elide R., e BOTELHO, André. *Para uma Sociologia dos Intelectuais*. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010, p. 889 a 919.

⁷ KONDER, Leandro. *A Façanha de uma Estréia*. In D’INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 138.

⁸ Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, por exemplo, Caio Prado usava as expressões “*ausência de nexos morais*”, em uma clara alusão à terminologia de Durkheim. No entanto, como não verificamos nenhuma alusão direta ao autor, sugerimos que a presença deste se dê mais por influência de Oliveira Vianna; da mesma forma, em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, de 1957, por exemplo, utiliza-se da categoria ação social de Weber, que é expressamente utilizada no argumento do autor, no sentido de apontar o conhecimento intencional na orientação racional dos fatos.

⁹ Concordamos com Lincoln Secco, quando destaca que “*O método em Caio Prado, conforme formalizado em seus livros a partir dos anos 1950, não estava acabado nos anos 1940. Ele não formalizou um método para aplicá-lo à história. Ao contrário, adaptou um método e por intermédio dele foi à história concreta para empreender a viagem de retorno e elaborar uma formalização científica.*” (SECCO, 2008, p. 176).

afirma que o que prevalece nessa especificidade de procedimento *é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história*¹⁰. O autor brasileiro seguramente remete a esta dinâmica e dimensão na interpretação de sua análise, pois se enxergarmos apenas as determinações econômicas em seu esquema interpretativo recorreremos ao equívoco de subtrair aquilo que está intrínseco à dimensão totalizadora de seu esquema analítico: o materialismo histórico e dialético¹¹. No capítulo introdutório de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado (2000) já destaca a sua perspectiva analítica, demonstrando que todos os povos têm em sua evolução um *certo sentido*, e isto se percebe não nos pormenores da história, mas no conjunto que os constituiu dentro de um *“largo período de tempo”*. O autor aponta a existência de uma *“linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida numa determinada orientação”*. E conclui que é isto que o historiador/pesquisador deve procurar quando aborda a análise da história de um povo, pois todos os outros aspectos não são senão partes de um todo, que deve ser o objetivo de quem investiga. Nesse sentido, interessante lembrarmos Octavio Ianni (1989), que observa o seguinte aspecto em relação a Caio Prado reafirmando a questão daquele procedimento em sua obra,

Na interpretação dialética da história da sociedade brasileira, a reflexão lida principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida (...). Tomada como um todo, a obra historiográfica de Caio Prado compreende uma interpretação bastante elaborada da formação da sociedade brasileira. Procura explicar como se forma e transforma a nação, tendo em conta os séculos de escravismo e economia primária exportadora; os surtos mais ou menos débeis, até certa época de industrialização; o desenvolvimento das classes sociais por sobre o largo passado escravista; o jogo das forças sociais internas e das pressões econômicas e políticas externas; as articulações e os desencontros entre as tendências predominantes na sociedade civil e as que prevalecem no poder estatal. Reinterpreta a Colônia, o Império e a República, revelando as forças sociais que operam na composição e transformação da sociedade nacional. Trata-se de uma pesquisa abrangente, totalizante, ao mesmo tempo que sensível a aspectos sociais, humanos, culturais, e outros, vistos em contextos particulares ou episódicos, mas significativos” (IANNI, 1989, p. 65-66).

¹⁰ In: PAULO NETO, José. Introdução ao Estudo do Método em Marx (2011, p. 14).

¹¹ Sobre o desdobramento da categoria presente na maioria das suas obras, interessante ressaltar a observação de Paulo Teixeira Iumatti sobre o seguinte aspecto da obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que aponta a dimensão dialética do livro, *“segundo em parte, essa triade – população, vida material e vida social, política e cultural – Caio Prado Jr. procurava deslindar, em uma linguagem informal e densa, a um só tempo detalhada e sintética, cada um desses três fatores, colocando-os em um jogo dialético”* (IUMATTI, 2007, p. 17).

A questão é aparente na forma como a categoria *sentido da colonização*, sendo um elemento central daquele diagnóstico histórico e correspondente direto das conjunções que correspondem à nossa forma de ser, se correlaciona com todos os aspectos da formação do caráter de uma nacionalidade brasileira, quer dizer, a expressão daquela categoria corresponde diretamente à formação de todos os outros sentidos, na compreensão do autor, em relação ao conjunto da nossa formação social: nas relações sociais, nas relações sociais de produção, no desenvolvimento das forças produtivas, na relação com o mercado internacional, no processo de industrialização, com o imperialismo etc¹². Tudo está ligado a um objetivo exterior em que a colonização é a essência fundamental daquele sentido.

No entanto, não há aqui relação de causa e efeito que caracterize de forma veemente e totalizadora a explicação destas conjunções, pois inferir o *sentido da colonização* nestes termos é entendê-los, segundo verificamos a partir de Caio Prado, como resultado de uma análise simplesmente histórica do conjunto de aspectos da nossa formação econômica e social. Para tanto, é interessante ressaltar a observação de Lincoln Secco (2008), quando aponta em Caio Prado um importante aspecto acerca da categoria, onde desvenda este seu aparente aspecto teleológico, pois assim como o próprio Marx, ele pretendia a partir de uma metodologia científica “*ultrapassar o nível do pensamento como representação dos dados imediatos e abarcar o pensamento como conceito; assim o sentido da colonização não é uma teleologia, um destino manifesto, mas o resultado de uma investigação histórica, algo concreto*” (SECCO, 2008, p. 179).

A identificação desse aspecto, bem como a sua originalidade¹³ que marca a época, estão de certa forma relacionadas a um processo intelectual e cumulativo do qual decorrem o autor e sua obra¹⁴. O desenvolvimento do sentido explicativo da categoria perpassou por um processo qualitativo de amadurecimento do diagnóstico e da pesquisa historiográfica¹⁵. Relembremos

¹² Não nos cabe aqui refazer esse processo, esse debate está mais bem apresentado em Rubem Murilo (2000), capítulo 3, O Estigma Mercantil.

¹³ Rubem Murilo identifica que as ideias do autor marcam o “espírito do tempo”. “*É como se as ideias se transformassem em sentimento de uma realidade. Esse sentimento revela-se na paixão com que se voltou para dentro de seu país, não se encantando com a prática da imitação, tão comum na reflexão intelectual brasileira*” (RÊGO, 2000).

¹⁴ Como nota Martinez, o caldo cultural em que Caio Prado esteve imerso foi no mínimo instigante, pois como filho abastado da aristocracia paulistana, esteve junto aos grandes eventos e acontecimentos culturais e intelectuais de sua época, principalmente aqueles que trouxeram características de renovação no cenário brasileiro que o aguçaram, inclusive, para aspectos político-ideológicos, como o modernismo e o marxismo (MARTINEZ, 2008, p. 32-39).

¹⁵ O processo de amadurecimento e da reflexão do autor não retira ou nega, por suposto, as suas observações e interpretações iniciais de pesquisador em relação ao conjunto da obra, no que diz respeito ao uso da categoria em questão e seus desdobramentos. Verificamos, por exemplo, nos livros *Evolução Política do Brasil* (1933),

que a maturação da análise feita por Caio Prado sobre esta particularidade histórica em seus textos levou ao menos nove anos entre seu primeiro ensaio historiográfico – *Evolução Política do Brasil*, publicado no ano de 1933 – e seu livro referencial – *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁶ - publicado em 1942.

A relação da obra *Formação do Brasil Contemporâneo* é vista por Iumatti (2007) de forma a nos esclarecer o seu impacto no meio acadêmico, bem como a sua expressão no meio político, onde Caio Prado dialogava permanentemente, pois,

A obra teve grande impacto em diversas áreas das ciências humanas na recém criada estrutura de ensino e pesquisa universitários (...) em um contexto de estruturação da vida acadêmica, ascensão da pesquisa sociológica marxista e aparecimento de grandes interpretações sobre as possibilidades e os limites que se apresentavam à libertação econômica e social do país, aquela obra – pela forma pioneira como abordou esses temas – foi uma das principais e por vezes a principal referência a partir da qual intelectuais como Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Fernando Novais forjaram novas interpretações sobre as causas de nosso subdesenvolvimento, a natureza e o significado da escravidão e do sistema coloniais, as desigualdades regionais e seu acirramento e as chances de superação da posição subalterna do país no sistema capitalista internacional (IUMATTI, 2007, p. 25 e 26).

Iumatti (2007, p. 32-37), pesquisador da trajetória intelectual de Caio Prado, nos dá a dimensão deste processo cumulativo para o desenvolvimento da categoria explicativa do autor. Diz o historiador que Caio Prado, pouco depois de ser preso em 1935 – após a queda da ANL (Aliança Nacional Libertadora) em São Paulo, agrupamento político de esquerda e uma das primeiras experiências da resistência contra o imperialismo na América Latina, na qual Caio Prado exercia a função de vice– presidente da seção paulista – permanecendo em cárcere até meados de 1937, desenvolve uma intensa produção intelectual. Divulga como publicista as suas primeiras ideias sobre o *sentido da colonização* no jornal *A Platea*, pouco antes de ser preso. E, no mesmo ano, publica um artigo na *Revista Geografia*, e mais um estudo, o primeiro denominado *a Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo*, em que

Formação do Brasil Contemporâneo (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), bem como *História e Desenvolvimento* (1968), certa trajetória de ideias bastante próximas, de contextos e explicações de nossa história um tanto quanto similares, no que diz respeito a nossa formação política, econômica e social.

¹⁶ Fernando Novais, no texto *Considerações sobre o Sentido da Colonização*, também apresenta sua visão sobre o livro: “As páginas introdutórias de *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que Caio Prado procura definir o sentido mais geral e profundo da colonização portuguesa no Brasil, constitui indiscutivelmente até hoje o texto mais rico e sugestivo para compreensão dos mecanismos estruturais de nossa história colonial” (NOVAIS, 1969, p. 55).

aparecem os primeiros termos da categoria que seria mais bem desenvolvida em seu livro de 1942; e o segundo, o estudo, denominado *Formação dos Limites Meridionais*. Interessante destacar que quando deflagraram a ANL em São Paulo, Caio Prado se encontrava no Rio Grande do Sul, realizando pesquisas geográficas, “*trabalhos de campo, visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, consultas bibliográficas e a documentos*”.

A categoria *sentido da colonização* aparece de forma mais elaborada, com desenvoltura metodológica e maior vigor intelectual naquele instigante livro de 1942, que se demonstra como o eixo central e norteador de toda sua obra. Posteriormente, a interpretação a partir dessa especificidade se desdobra em um sentido quase que exclusivo e evidencia a necessidade de superação deste mesmo sentido correspondendo à orientação e à constituição de uma nacionalidade brasileira. Veremos mais adiante¹⁷ que certamente Caio Prado verificou que em alguns momentos específicos de nossa história houve possibilidades de ruptura com aquele sentido exclusivo e exploratório do comércio no Brasil - assim observa muito bem o autor em seu ensaio *História e Desenvolvimento*, de 1968¹⁸, um dos últimos livros com uma perspectiva acentuadamente mais histórica. Nessa obra, analisa que nossa formação social e econômica pós década de 1930 atendia a outras particularidades, que mostravam pouco a pouco o sentido introjetado sendo dissipado, ainda que não em sua totalidade. Atentamos para o fato de que o debate central do autor nessa época, por conta das transformações verificadas após a revolução de 1930, vai dando margem para entendermos que sua preocupação fundamental era a passagem de uma economia colonial à nacional e autônoma.

O *sentido* aqui apresentado e que permaneceu entre nós, conforme verificamos no autor, além de metodologicamente apontar uma estrutura inovadora de pensamento alinhado à matriz de pensamento marxista, também inovadora nos trópicos, esteve associado aos mais de trezentos anos de colonização portuguesa, a partir do próprio processo de extração e produção de mercadorias de grande valor no mercado internacional e, ao mesmo tempo, na especialização de determinadas culturas para complementação e consumo no mercado europeu. Reside nela o caráter monocultor e, pela lógica mercantil¹⁹, a organização da produção continha aspecto altamente lucrativo. Dessa forma, a organização da produção colonial assentava-se

¹⁷ Mais especificamente no capítulo III do presente trabalho.

¹⁸ PRADO JR, Caio. *História e Desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 2ª reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

¹⁹ Caio Prado destaca o caráter mercantil da economia colonial quando diferencia os tipos de colonização – povoamento e exploração. No caso brasileiro, a organização da produção em larga escala já continha a finalidade mercantil.

sobre três elementos que a completavam: a grande propriedade fundiária, a especialização de uma determinada cultura e o trabalho escravizado. Nas palavras de Caio Prado “(...) *é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico, como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos*” (PRADO, 2000). São esses elementos que compõem a exploração tropical, como condição necessária para produção em larga escala e para oferecer um rápido retorno mercantil aos mercados europeus.

O *sentido* deve ser entendido como uma categoria que desvenda a realidade (RÊGO, 2000), pois Caio Prado parte da ideia de que a evolução de um povo tem um “*certo sentido*”, “*uma linha mestra e ininterrupta*”, a qual detém uma orientação, e é esse discernimento que se deve procurar ao fazer a “*análise da história de um povo*”. No conjunto de sua obra historiográfica, percebemos a recorrência aos elementos constitutivos da categoria que dá vida e sentido a toda sua obra e articula a sua argumentação. Desde o seu efetivo aparecimento no livro referencial *Formação do Brasil Contemporâneo*, notamos a vinculação daquele propósito na demonstração da análise e no discurso do autor, bem como na forma como interpreta a conjuntura do país em momentos distintos, e nas demais obras de sua autoria. Apesar da contundente crítica apresentada a Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho (1989) no parágrafo inicial do artigo “*Uma via não clássica para o capitalismo*”, aponta a ligação da categoria *sentido da colonização* em correspondência direta com as demais obras de sua autoria. Como nota o crítico, há uma linha permanente que identifica e amarra o pensamento de Caio Prado a partir do “*sentido da colonização*”, *efetuada no brilhante capítulo com que se inicia sua obra prima (de 1942), e as propostas para a “revolução brasileira”, explicitadas em sua última produção significativa (de 1966)*” (COUTINHO, 1989, p. 115).

Ademais, interessante ressaltar o diálogo que Caio Prado trava com outros intérpretes do Brasil, seja com Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda, os grandes clássicos do pensamento social brasileiro, segundo a já famosa introdução de Antônio Cândido, em *Raízes do Brasil* (CANDIDO, 2006). Os dois autores citados publicaram grandes sínteses de nossa história na mesma década, juntamente com o livro de Caio Prado - *Evolução Política do Brasil*, de 1933, obra na qual diverge sob alguns aspectos da produção de ambos. Essa posição, no entanto, fica mais explícita fundamentalmente com a sua produção de 1942, em função da nova contribuição metodológica que o livro referencial trazia, não apenas do ponto de vista da análise dos aspectos econômicos, como também do político e social. O trabalho do autor, como

nota Iumatti (2007, p. 36), abrangia uma revisão dos clássicos que interpretaram o Brasil, como Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu e traz novos elementos distintos das grandes interpretações que focaram outras especificidades de nossa formação social, como a constituição da família patriarcal ou mesmo o respaldo à incidência ibérica em nossa conformação.

Ao mesmo tempo, o período que compreende este debate, que vai até meados da década de 1970, é de afirmação de algumas correntes de pensamento, da consolidação de algumas escolas, como a USP (Universidade de São Paulo, fundada em 1934) e a Escola Livre de Sociologia e Política no Brasil (de 1933), bem como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de 1955). Ricupero (2000) nos dá uma dimensão dos dois principais momentos da produção de Caio Prado e sua correspondente interlocução mútua: os períodos vão de 1933 a 1945, e de 1955 a 1969. No primeiro, existe uma “*preocupação em fornecer uma explicação global do Brasil*”, houve inclusive a influência dos modernistas que inauguraram essa perspectiva. Caio Prado também foi abarcado de certa extensão daquele pensamento que inaugurou um novo marco na interpretação sobre nossa nacionalidade e origem; no segundo período, já se imagina ter uma ideia do que seja o Brasil, daí as discussões perderem sua característica mais apaixonada (RICUPERO, 2000, p. 114-123).

Em seu último livro *História e Desenvolvimento*, publicado em 1968, o qual retoma uma perspectiva mais historiográfica e lhe serviu como plataforma para o concurso da cátedra de História do Brasil, na Universidade de São Paulo, onde substituiria Sérgio Buarque de Holanda²⁰, aponta as consequências daquele sentido na superação da nossa condição colonial e dependente em relação ao capitalismo internacional, ou seja, reafirma o que já vinha propagando em suas obras acerca da necessidade da *passagem de uma economia colonial para nacional*. Diz o autor:

Em suma, uma análise atenta da economia brasileira, quando lastreada em perspectiva histórica, como procuramos fazer no presente trabalho, perspectiva essa que alerta o observador e chama sua atenção para situações que de outra forma talvez não percebesse, ou percebesse mal, põe em nítido relevo a característica divisão de nossa economia em dois setores distintos que se orientam respectivamente para o mercado externo e interno. Distinção essa que não é circunstancial e fruto de situações ocasionais, mas que tem suas

²⁰ Havia o desejo do próprio Sérgio Buarque de que Caio Prado fosse seu sucessor, o que não se consumou, por decorrência da conjuntura política do país na década de 1960, após o golpe militar (IGLÉSIAS, 1982).

raízes plantadas no mais profundo e íntimo da estrutura econômica do país (PRADO, 2001, p. 133).

Também estão respaldadas por esta perspectiva as suas investigações sobre a questão agrária no país, a qual foi tomada como um dos principais temas de estudos ao longo de sua vida²¹. Sobre a questão, aponta Iumatti (2007), “*a estrutura fundiária brasileira preservava a herança colonial com a produção econômica voltada não à satisfação das necessidades internas do país e sua população, mas ao mercado mundial*”²². Rubem Murilo (1998) nota que a análise de Caio Prado sob este aspecto aponta como o *sentido da colonização* e por suposto a expansão capitalista mercantil europeia, conformou uma sociedade “*assentada na reprodução da grande exploração agrária mercantil escravista, fazendo com que este agrarismo viesse marcar os desdobramentos futuros da sociedade brasileira*” (RÊGO, 2000, p. 81). Sabemos que a marca desse processo histórico culminou com outras características que deixaram profundas sequelas em nossa estrutura fundiária, pois o predomínio e concentração da grande propriedade carrega sérias consequências que até hoje sentimos em nossa sociedade.

Na elaboração das obras com caráter mais político e de subsídios para intervenção direta na realidade, percebemos aquele sentido também de forma recorrente, e revestido por outras conjunturas, onde o *sentido da colonização* perdurando sob a forma do imperialismo, exposto em *A Revolução Brasileira*, por exemplo, é identificada por Caio Prado de forma que

É sem dúvida a função exclusiva a que originariamente se destinou a economia brasileira que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e que ainda se mantém sob muitos aspectos, a saber, o fornecimento de mercados externos, é isso que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui a etapa atual. A expansão internacional do capitalismo europeu, e em seguida norte-americano, encontrou assim preparado o caminho e abertas as portas para sua penetração do Brasil. E embora aqui não se insinuasse diretamente, em escala apreciável, na produção das matérias primas e gêneros alimentares de exportação, o imperialismo intervém na comercialização desses produtos, bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte de produtos (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima) (PRADO, 1978, p. 86- 87).

Essencialmente, contudo, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão

²¹ Iumatti. 2007, p. 163; Rêgo, 2000, cap. 6.

²² Idem, p. 163.

quantitativamente, na qualidade (...). Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (PRADO, 1978, p. 240).

Os exemplos acima destacados são para reafirmarmos o caráter lógico da categoria de Caio Prado – o *sentido da colonização* – e como esta se desdobra em outras perspectivas na análise do autor – posteriormente faremos uma apresentação da categoria de forma mais detalhada, a partir do conjunto da sua obra com caráter mais historiográfico.

Octavio Ianni (1989) considera e destaca o *sentido da colonização* como um tema recorrente e constante em toda historiografia de Caio Prado; dessa forma, aponta que o autor empreende a sua interpretação sobre o Brasil Colônia, Império e República respaldado por esta característica. Desde o colonialismo até a formação do imperialismo, predominante no período pós-independência, este sentido prevalece, mudando apenas as relações internas e externas, diz o autor que isso se verifica no “*desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Não se limita à economia e política. Pode compreender o poder militar, as Igrejas e os meios de comunicação. Desdobra-se em formas de pensamento, ideias, doutrinas ou explicações*” (IANNI, 1989, p. 67).

No entanto, constatamos que esse recurso constante de volta aos terminantes explicativos não pode ser entendido como mero discurso de ênfase, como nota Novais²³, mas, estabelecida a “*essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida*”. Nesse sentido, podemos considerar como eixo central da sua análise a forma correspondente como retoma e remete a categoria à sua explicação e interpretação da nossa formação social. Ao fazer o exame das várias “*manifestações da vida colonial (povoamento, economia, sociedade, administração, etc.) o autor volta constantemente às formulações iniciais, comprovando-as e enriquecendo-as*” (NOVAIS, 1969, p. 55).

O *sentido da colonização*, como o sendo o propósito de um grande negócio orientado pela colonização européia, é nestes termos o mote orientador do discurso político e da interpretação materialista dialética de Caio Prado, pois a análise de nossa história e formação social está balizada por esta expressão e correspondência, bem como nossa inserção na história

²³ NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr., historiador”, Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

do capitalismo mundial, mas como nota o autor, sempre de forma dependente dos fatores contingenciais externos e em função daqueles produtos com maior visibilidade e rentabilidade no mercado internacional. Interessante, nesse sentido, a observação de Ricupero (2000), que aponta na obra de Caio Prado o mérito de lugar de destaque na literatura que interpreta o Brasil pelo seu caráter sistemático, pois “*como poucos pensadores brasileiros, chega praticamente a deduzir toda sua obra de uma categoria central: o sentido da colonização*” (RICUPERO, 2000, p. 28 nota 11).

O negócio nos trópicos apontado por Caio Prado como expressão que remete ao sentido da história da formação do caráter de uma nacionalidade²⁴ brasileira é uma expressão particular de seu pensamento. Este *sentido*, de certa forma, orienta toda conjuntura conformada por três séculos de história esboçando uma síntese entre nós. Na introdução de *Formação do Brasil Contemporâneo* o país se define assim: “*o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual*”²⁵. Esta interpretação, além de destacar o aspecto global, ressalta um tempo de longa duração, pois agrega ao fazer a análise do Brasil Colônia e reconstruir sua história, os pormenores dos fundamentos que conformaram o conjunto das particularidades do país no contexto geral do capitalismo. Não é à toa que o sumário do livro apresenta em sua constituição *Povoamento* e mais quatro sub-itens, *Vida Material* e mais nove sub-itens e *Vida Social* com mais três sub-itens, mais uma *Introdução* e o capítulo *Sentido da Colonização*, que abre a obra.

Notadamente Caio Prado aponta que a síntese histórica do *sentido da colonização* se situa entre a passagem do século XVIII para o XIX, este seria o seu momento de formação - o que surge a partir daí gera algo novo. Como nota José Carlos Reis, “*aqui os três séculos de colonização encerram-se e se inicia a construção do novo Brasil (...) o regime colonial realizara o que tinha de realizar; a obra da metrópole estava terminada*” (REIS, 1999). A problemática identificada a partir dos termos de Caio Prado refere-se às consequências do processo da colonização na dinâmica de desenvolvimento do país - ou o que seriam as suas possibilidades de constituição nacional, que supririam assim as necessidades de seu povo, superando aquela velha lógica - as quais são ainda patentes sob o julgo das relações que nos forjaram, pois as fortes marcas das contradições que se estabeleceram em nossa sociedade

²⁴ A particularidade deste pensamento está no fato de que segundo Caio Prado o Brasil ainda não se transformou em uma nação, segundo a *Introdução* de *Formação do Brasil Contemporâneo* e outros. A partir da dinâmica imposta ao país não foi possível completar a “*evolução de uma economia colonial para a nacional*”, como mencionado posteriormente em *História Econômica do Brasil*.

²⁵ Prado, 2000, p. 02.

padecem ainda, conseqüentemente, daquele processo a diversos pontos e itens da sociedade brasileira: em relação às condições econômicas, às diferenciações entre as rendas, ao legado do patriarcalismo, ao patrimonialismo, àquilo que perdura ao longo da nossa história como reflexo das contradições sociais, às discriminações étnicas e demais características históricas que atravancaram um processo de desenvolvimento econômico e social autônomos. Tudo isso pode ser visto à distância como um reflexo daquela conjuntura. A aposta histórica na Revolução de 1930, com o movimento da industrialização e a constituição maciça de um proletariado, não vingaram conforme o desejo do autor e em conformidade com um processo de ruptura efetivo da dinâmica colonial. Rubem Murilo (2000) aponta interessante observação em relação à conformação exposta identificando como esta interpretação situa, nos termos de Caio Prado, os marcos *fundadores* da história do país, bem como as conseqüências daquele processo quando incorporados na sociedade brasileira. O autor afirma:

O caráter colonial e dependente que marca toda sua trajetória de desenvolvimento, a estruturação de suas atividades produtivas de forma determinantemente voltadas para atender às demandas externas de bens primários e posteriormente agroindustriais, a persistente alocação externa de quase todas ou pelo menos as fundamentais decisões de investimentos produtivos, o recorrente caráter socialmente não integrador e excludente da maioria da população brasileira em relação aos padrões modernos de desenvolvimento capitalista, a não-superação das desigualdades regionais historicamente conformadas pelo processo de ocupação e colonização do território brasileiro, a conformação de um processo de industrialização setorialmente desarticulado e economicamente frágil para promover as alterações desejáveis em relação a uma estrutura econômica agroexportadora e fundada na preservação de uma dinâmica agrária apoiada essencialmente na grande propriedade fundiária (RÊGO. 2000, p. 24).

A partir da observação desta relação, Ianni (1989) expressa a peculiaridade da nossa formação social pautada por aquela dinâmica e como esta lógica informa o desenvolvimento do capitalismo entre nós no século XX, ou seja, como o pretérito convive de forma integrada com o presente. Nas palavras do autor, o Brasil parece um “*caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. Mas é possível perceber a herança do escravismo predominando sobre todas as heranças*” (IANNI, 1989, p. 72).

No que se refere às especificidades gerais da categoria, Victoriano (2001) compreende que o termo revelado pelo período é uma expressão que perpassa pela dinâmica que envolve a

relação do “*singular com o universal, a parte e o todo, pelo caráter lógico e histórico*”²⁶, pois exprime em seu conjunto a totalidade dos elementos da história que conformou o Brasil e compreende as determinações que ele contém.

Do ponto de vista *universal*, o processo de colonização atribuído pela nova conjuntura política e econômica da Europa em meados do século XIV, no qual está inserida a expansão das suas fronteiras geográficas e, conseqüentemente, a descoberta de novas terras e rotas, respaldada posteriormente pela política mercantilista²⁷, insere a América portuguesa naquele grande sentido, naquele rendoso negócio. Conforme salienta a autora, segundo Caio Prado “*o desenvolvimento do comércio continental europeu é que enfeixa o sentido da colonização e os desdobramentos que ele acarreta nas políticas de colonização postas em prática*”²⁸.

Singularmente, a colônia vira exclusivo monopólio de Portugal, com uma dinâmica de produção interna totalmente orientada para fora, ou seja, a extração em um primeiro momento das riquezas encontradas no território e, em seguida, a produção de mercadorias circunstanciais de grande rentabilidade no mercado internacional, que alimentou os mercados europeus e contribuiu com o processo de acumulação primitiva. Todo artifício econômico que se desenvolveu na América portuguesa teve como perspectiva a produção para fora de suas fronteiras, a exclusividade de abastecer os mercados externos em conformidade com o que de mais rentável figurava naquela conjuntura.

Ao destacar o caráter *lógico* da categoria explicativa e enfatizar que está na compreensão de um *sentido* presente na formação e desenvolvimento das sociedades, povos e nações, Victoriano (2001) citando Caio Prado, ressalta sua “*linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre em uma determinada orientação*”. Em relação ao seu aspecto *histórico*, sugere certa especificidade, pois *contém toda dinâmica problematizadora do sentido revelado*. Quer dizer, na visão do autor, nossa história esteve pautada por uma dinâmica de dominação externa que a determinou – a produção de mercadorias circunstanciais de grande rentabilidade no mercado internacional, como já apontado.

²⁶ VICTORIANO, R. Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: uma interpretação original do Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

²⁷ Interessante destacar Engels, em seu *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, em que aponta: “*O sistema mercantilista, teoria emergente no Renascimento e política econômica dominante em vários pontos da Europa Ocidental entre os séculos XVI e XVII, apoiava-se em quatro idéias básicas: a) ênfase na posse de metais preciosos; b) valorização do comércio externo e da indústria; c) consideração positiva do crescimento demográfico; d) recurso à ação do Estado para colimar os objetivos desejados*” (NETO (Org.), 1981, p. 54).

²⁸ Victoriano, 2001, p. 21.

Os processos que se conformaram em nossa história deram alguma margem para a superação daquele *sentido*²⁹, mas por outro lado influenciaram determinantemente todas as contradições da história da colonização entre nós. Na visão do autor foi possível verificar possibilidades distintas a partir de determinados momentos particulares de nossa história. Caio Prado aponta, em relação à nossa singularidade, que do lugar da não superação de uma ordem a outra a partir de condicionantes revolucionários - a exemplo e despeito do que aconteceu com os demais países do continente americano³⁰ - foi possível verificar as probabilidades das rupturas de forma mais presente em quatro momentos distintos: com o processo de Independência do Brasil, ou antes, com a vinda da família real e as perspectivas que se abrem para o país com essa nova etapa, dentre as quais, as projeções comerciais alcançadas com a abertura dos portos às demais nações e a nova organização econômica e social a partir da administração política da corte nos trópicos; a supressão do tráfico africano, mediante a necessidade de implantação do trabalho livre em uma nova etapa inaugurada pelo capitalismo industrial na Europa, particularmente na Inglaterra; o processo de migração europeia e com ele as suas perspectivas, qual seja, a incorporação de novos padrões de comportamento cultural e social, bem como do consumo instaurado por esta nova etapa; e a abolição da escravidão, por meio da necessidade de se constituir trabalho livre com vendedores e compradores de força de trabalho que dinamizariam o mercado de bens de consumo interno³¹.

Longe de adentrar nas diferentes interpretações de colônia que marcaram a historiografia brasileira de viés fundamentalmente marxista³², desde aquelas que partem da tradição do Partido Comunista do Brasil (PCB) às interpretações formuladas no contexto do universo acadêmico³³, interessante notar que Caio Prado também vinculado ao PCB fugiu de

²⁹ Esse aspecto será melhor trabalhado no capítulo III.

³⁰ Interessante, como nota Nogueira (1989), que cabe a Caio Prado o mérito de ser um dos pioneiros na investigação da história do capitalismo no país a partir de uma perspectiva que se tornou dominante, qual seja, a incorporação desse sistema econômico, político e social “*sem rupturas revolucionárias, sem a eliminação radical das relações sociais e da estrutura produtiva derivada da época colonial*”. In: : *Escravidão e Sistema Colonial*. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasília, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 80-81.

³¹ Em relação ao primeiro aspecto, há uma interessante passagem de *Evolução Política do Brasil* que aponta essa característica. Diz o autor: “(...) a independência se fez por simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas nesse processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia (...) Fez-se a independência praticamente à revelia do povo; e se isto poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação em conjunto” (PRADO, 2006, p. 92).

³² Cf. Vieira, 2004.

³³ Para efeito de justificativa de nosso argumento importante destacar o debate feito por Rodrigo Alves Teixeira (2005), demonstrando como a categoria *sentido da colonização* e a interpretação de Caio Prado foi retomada para

uma interpretação dogmática semelhante à tradição de seu partido. O autor formula sua tese originária respaldada pelo viés marxista não de maneira ortodoxa, e sem perder a originalidade contextual da situação que informa, sem criar apriorismos respaldados por outras situações históricas em sua interpretação. Ricupero (2000) nos dá a dimensão da *nacionalização*³⁴ do marxismo por Caio Prado, o qual traduz, a partir da abordagem teórica respaldada por este viés metodológico, as condições políticas, econômicas e sociais da formação do Brasil contemporâneo – uma experiência histórica com suas especificidades e particularidades, mas dentro de uma organização social totalizadora, que foi o capitalismo moderno.

análise da realidade brasileira desdobrando-se em outras constatações, cf. *O capital como sujeito e o “Sentido da Colonização”*.

³⁴ RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

1.2 - Colonização – o seu sentido

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou

Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

Canto das três raças - Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro

Encarada dentro de um quadro específico de orientação política e econômica conformada pela nova conjuntura que se abria na Europa Moderna, a colonização nos trópicos ou na América como um todo atendeu a características particulares. Partiu de uma orientação da política mercantilista com todos os seus pressupostos, como ferramenta impulsionadora de afirmação de uma nova dinâmica imposta pelos países no Velho Continente e consolidação de uma estrutura de poder político e de ascensão econômica de uma nova classe, a burguesia. É dentro dessa relação que olhamos para a colonização portuguesa em terras americanas tropicais, ou seja, a colonização de exploração que orientou a ação política das potências de então da Europa.

No caso da América portuguesa, lembramos que a colonização nesta parte dos trópicos é fruto da expansão ultramarina europeia; contudo, as formas de colonização do continente são distintas, de dois tipos fundamentalmente: em uma prevalece a forma de *povoamento*; na outra, a colonização é do tipo de *exploração*. É a partir dos elementos que constituem historicamente

cada uma dessas formações sociais que vemos o sentido dado à categoria de nosso autor, pois informa os objetivos primeiros de cada tipo de colonização e as correspondências históricas que cada uma carrega. Pois relembro as palavras do próprio Caio Prado Jr. (2000) “*aos povos da Europa não ocorre a ideia de povoar inicialmente o continente, é o comércio que interessa*”. No entanto, as questões contingenciais posteriormente tiveram importância de relevo na perspectiva de defesa do território encontrado, assim como o caráter mercantil que assumiu a exploração. E assim consumou-se a categoria central de análise de nosso autor. Vejamos as diferenças de processos.

Para as regiões situadas nas zonas temperadas da América, dirigiram-se fundamentalmente os ingleses, em função dos processos político-religiosos e econômicos que passavam no velho continente. Por um lado, a Inglaterra vivia um processo de privatização das suas áreas de pastagens, com os *cercamentos* das terras e a expulsão dos camponeses para as cidades; era o período de gestação das indústrias e uma nova forma de produção material da vida nas áreas em processo de urbanização; por outro lado, uma forte perseguição político-religiosa aos puritanos ingleses. Caio Prado (2000) nos mostra que esse tipo de colonização parte de condições e circunstâncias especiais, pois nada tem a ver com a ação de traficantes e exploradores sedentos por lucro. Cita o autor: “*o que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas*” (PRADO, 2000, p. 15).

Já em relação às regiões situadas nas áreas tropical e subtropical do continente, a história tem outra peculiaridade. Caio Prado mostra como as condições naturais do clima, da vegetação e da fauna, distintas do ambiente europeu, repeliram o colono num primeiro momento; entretanto a diversidade dos estímulos encontrados posteriormente, e em certa abundância, foram os fortes impulsionadores que os instigaram a permanecerem nas zonas tropicais. Os chamados produtos exóticos aqui existentes e que faziam falta na Europa foram o principal estímulo que faltava ao europeu – açúcar, pimenta, tabaco, anil, arroz e algodão³⁵. A extração, produção e exploração dos bens desta região, bem como de seus homens, foi o mote principal deste tipo de colonização, caracterizando uma parte de nosso território, e serviu de base impulsionadora daquele processo. Caio Prado destaca: “*(...) seus solos são férteis, e*

³⁵ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil* São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 19. Cada um desses produtos atendeu a um tempo e período específicos na história da colonização dos trópicos, assim como fizeram parte em maior ou menor escala do processo de exploração inseridos na lógica de escamoteação das riquezas das terras sul-americanas.

*prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical, que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização”*³⁶.

Dentre as questões que diferem fundamentalmente os dois tipos de colonização, estão as relações de trabalho e produção. Nas zonas temperadas, o europeu colonizador veio como trabalhador assalariado ou mesmo como pequeno proprietário de um determinado negócio, mas trabalhando em suas terras, juntamente com sua família. Nas zonas tropicais, “*em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do Homem*”, o europeu veio como dirigente da produção daqueles gêneros de grande visibilidade e rentabilidade no mercado internacional. Neste caso, não trabalha necessariamente nas terras encontradas, pois outros trabalhavam para ele, por estas partes sequer se ensaia o trabalho do homem branco, como nas zonas temperadas³⁷. O que define essa perspectiva é o tom que a exploração agrária tomará nos trópicos, como aponta Caio Prado: “*se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores*” (PRADO, 2006 p. 17 e 18). O que impera como forma predominante de produção por estas terras é o trabalho escravizado; desde o início os portugueses foram os pioneiros nesse processo, os precursores de uma nova feição na escravidão de trabalhadores negros africanos e indígenas e de manutenção do domínio de áreas fornecedoras desses mesmos braços.

O autor conclui desta análise que as formas correspondentes de colonização nas zonas temperadas e nas demais áreas do continente, nas zonas tropicais e subtropicais, tomam rumo distinto³⁸. Nas primeiras tem-se a constituição de colônias de *povoamento*, nas quais o europeu veio formar no novo mundo algo semelhante ao que vivia na Europa; no segundo caso, nas

³⁶ Idem, p. 7 e 8.

³⁷ Caio Prado aponta que os limites à mão de obra do homem branco partiu também da própria conjuntura europeia, mais especificamente de Portugal e Espanha, que não tinham braços suficientes em seu território, nem homens dispostos a emigrar por qualquer valor (PRADO, 2006, p. 18).

³⁸ Cabe destacar um tipo de colonização de povoamento também distinto em terras tropicais, na América portuguesa, quando da incorporação do Rio Grande do Sul em território brasileiro, em outro momento da história, mas que consideramos importante caracterizar em função do que foi aquele tipo de colonização e que teve início em meados do século XVII. Caio Prado mostra que o que se consumou naquela parte seguiu uma lógica inversa, pois teve como base econômica a pecuária e a chamada *sesmaria* – distribuição de terras. Logo após a restauração da coroa portuguesa, em 1640, coube a estes estender seu domínio metropolitano por todo o território, e naquela região quase um século depois foi efetivado um tipo de colonização original no país, onde se recorreu às camadas pobres e médias da população portuguesa, sobretudo dos Açores, e foram concedidas vantagens aos que aceitaram, tais como sementes, animais, ferramentas etc. A grande diferença está no fato de a propriedade fundiária ser subdividida, o trabalho escravo ser raro, a população era formada de maneira etnicamente homogênea, não havia hierarquia entre as classes, viviam em estâncias e formavam comunidades (PRADO, s.d., p. 100-102).

zonas tropicais e subtropicais, inicialmente, tem-se a *colonização de exploração* e não será uma simples feitoria aos moldes africanos e asiáticos, pelo contrário, nela prevalecerá o trabalho escravizado e conservará um acentuado caráter mercantil. Neste fato particular da colonização está a feição que marcará profundamente as relações na colônia e ditará os caminhos que seguirão o seu desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos como nos sociais e políticos, pois aqui a vasta empresa que predomina e concentra a exploração tira todos os proveitos possíveis em função do comércio europeu. Nas palavras de nosso autor “*é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes*”. E conclui:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO, s.d. p. 22).

1.3 - Formação Brasileira - orientação política e econômica: pressupostos históricos

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!
Fado Tropical – **Chico Buarque**

Na tentativa de criar uma pequena historicidade ou um plano alto de abstração que nos informe de forma simplificada os artífices que envolveram a formulação da categoria *sentido da colonização* em nosso entendimento, os seus pressupostos e, mesmo discorrer sobre o seu aspecto disfuncional em relação à acumulação primitiva, conceito central ao qual está intrinsecamente relacionada a categoria estudada, recorreremos inicialmente a Novais³⁹ e ao próprio Caio Prado.

O primeiro situa os aspectos históricos particulares dentro do quadro de crise do antigo sistema feudal na passagem para o capitalismo e os desdobramentos que se configuraram posteriormente em nossa história. Nesse sentido, cabe situar inicialmente que é na “*história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história, e se encaminharam os problemas políticos de que esta região foi o teatro*” (NOVAIS, 1987, p. 47).

Já Caio Prado (2001) mostra que a expansão marítima, da qual a descoberta e ocupação da América portuguesa são frutos diretos, teve como base empresas comerciais levadas a cabo por comerciantes portugueses. Vem dos fundamentos do comércio europeu, pois até o século XV era executado praticamente todo por terra e exclusivamente limitado a uma navegação *costeira de cabotagem*. A principal rota comercial do mundo europeu era a que ligava por terra o Mediterrâneo ao Mar do Norte. No entanto, com os progressos científicos e inovações tecnológicas, a partir do final do século XIV, tem-se uma verdadeira revolução na arte de navegar por mar e consequentemente novas descobertas. Outra rota então ligará os principais polos do comércio europeu: esta será totalmente marítima e contornará o continente pelo estreito de Gibraltar. O reflexo dessa transformação será o primado do deslocamento dos territórios centrais por onde passava a antiga rota para os que formavam a fachada oceânica –

³⁹ Novais, 1987.

Holanda, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Península Ibérica. Dessa nova ordem, resultará um conjunto de transformações no sistema de relações do continente, bem como a expansão ultramarina europeia. Sob essa nova ótica, os portugueses estão melhores situados do ponto de vista geográfico e serão os pioneiros no desbravamento, colonização e expansão das novas rotas e mares⁴⁰. A história da América portuguesa está totalmente ligada à expansão comercial e colonial da época moderna, os mecanismos dessa conquista projetaram e informaram a organização econômica, política e social do país, as atividades antes concentradas no mediterrâneo foram em grande medida deslocadas para o Atlântico⁴¹.

Desta forma, podemos inferir que a América portuguesa nasce circunscrita no âmbito da modernidade capitalista que a determina. Contudo, revela-se com certa evidencia que mesmo dentro dos parâmetros de uma sociedade atrelada a sua metrópole e em vias de desenvolvimento, e sempre em função daquela, há uma singularidade na relação capital-trabalho que se desenvolveu nos trópicos – particularmente na América tropical e subtropical – pois o que se conforma nestas terras é uma junção sobredeterminada do modo de produção capitalista associado ao trabalho escravo. O que se verifica atende necessariamente à estrutura do antigo sistema colonial marcado pela transição do sistema feudal para o capitalismo, processo que se desenvolve em meio à acumulação primitiva de capitais para a Metrópole (Europa), ao mesmo tempo em que foi o período de afirmação das monarquias absolutistas. O processo é conhecido do ponto de vista das relações econômicas de capitalismo comercial e a política mercantilista que o engendra dá forma à sua razão existencial.

Do ponto de vista histórico o processo de acumulação primitiva precede a formação de um sistema social como o capitalista e neste período as forças produtivas ainda não estão plenamente desenvolvidas, pois, segundo Marx (1984), o trabalho ainda se encontra indiretamente subordinado ao capital ou está sujeito aos anteparos extraeconômicos, os quais, no caso do sistema de colonização, foi garantido pelo poder estatal conduzido pela metrópole, bem como pelo processo de centralização. É visualizando o desdobramento deste período que Marx mobiliza o conceito *acumulação primitiva* procurando demonstrar que

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se

⁴⁰ PRADO Jr., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, 2º reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 41 - 43.

⁴¹ MARTIN, Maximiliano Vicente. O sentido do colonialismo. In D'INCAO, Maria Angela. *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 89.

apóie sobre os seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital; por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela (MARX, 1984, p. 262).

A partir do apontamento de Marx entendemos que não é possível falar na decorrência de um processo como este no Brasil Colônia, pois a categoria apontada por Caio Prado esteve submetida à lógica mercantilista e à sociedade do absolutismo que balizou as relações por aqui forjando um exclusivo monopolista para a Portugal e demais partes da Europa. Por meio dessa dinâmica, reside o caráter disfuncional de nosso processo. Secco observa que *“na época do chamado capitalismo comercial houve acumulação pelo comércio de longa distância, que se apropriava de mais-valia gerada nos extremos (ou periferias). Ou seja, a América portuguesa só podia ser entendida nesse vasto mecanismo de acumulação mundial de capital.”* (SECCO, 2008, p. 178).

Octávio Ianni (1989) reafirma essa ideia quando aponta que

No começo está em curso a acumulação originária, que absorve na Europa, principalmente na Inglaterra, os excedentes obtidos através do mercantilismo. Excedentes obtidos por meio de guerras contra povos e nações “bárbaros”, da pirataria, das mais diversas formas de trabalho compulsório e outros meios de acumulação mercantil. Os ciclos da economia colonial brasileira (e latino-americana) entram na composição dessa história (IANNI, 1989, p. 67).

Uma das características principais desse momento de transição do feudalismo para o capitalismo foi a crescente mercantilização. O desdobramento desse processo vem com a consolidação dos estados absolutistas e a centralização política. O modelo da colonização circunscrita no âmbito do mercantilismo⁴², diferentemente do modelo de exploração dos

⁴² “Na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política mercantilista imprime um caráter específico à ocupação e valorização de novas regiões, conformando-as de acordo com as tendências do

entrepostos africanos e asiáticos, passa objetivamente pela intervenção direta na produção. Além disso, apresenta-se como desdobramento da expansão marítima comercial europeia, característica dos novos tempos que abriram e selaram a época. E por intermédio da agricultura tropical, modelo inaugurado pelos portugueses, aparece a solução para valorização econômica das terras e, conseqüentemente, a garantia de posse e povoamento⁴³.

Por meio de um “*Estado centralizado, com competência de mobilizar recursos em escala nacional*”, foi possível dar cabo ao processo de expansão comercial. Desta forma, como destaca Novais (1997), há dois elementos essenciais para se compreender o modo de organização e funcionamento do antigo sistema colonial: de um lado, como *instrução e expansão da economia mercantil europeia*, onde as atividades se orientaram em conformidade com os interesses da burguesia comercial daquele continente; de outro lado, as colônias se constituíram como instrumento de poder das respectivas metrópoles, *como resultado do esforço econômico* dos Estados modernos. O quadro da centralização se completava na medida em que a colonização integrava um campo mais amplo, permeado pela política econômica, o qual teoriza e coordena toda a ação estatal moderna, nos referimos evidentemente à política mercantilista⁴⁴.

Ao emergir nesta conjuntura, o Estado moderno rompe com as barreiras antes enraizadas pela institucionalidade feudal, daí a possibilidade expansionista e de construção de uma economia de mercado. E é por meio desta dinâmica que surgiram as condições propícias para enriquecimento da burguesia mercantil, bem como o seu fortalecimento. Em síntese, Novais (1987) aponta os elementos indispensáveis para a compreensão da história do sistema colonial, organizado em função desse movimento: “*cumprir destacar a conexão que vincula os dois processos paralelos de expansão mercantil e formação de Estados de tipo moderno*”. O sistema de colonização que a política econômica desenvolveu tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo e a ele se subordinam, “*por isso, a primeira preocupação dos Estados Colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial face às demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo mecanismo administrativo*” (NOVAIS, 1978, p. 49-51).

A possibilidade do exclusivo monopólio comercial da metrópole definia assim o caráter

capitalismo comercial em curso de desenvolvimento, isto é, a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII, assume a forma mercantilista” (NOVAIS, 1969, p. 56).

⁴³ Novais, 1987.

⁴⁴ Idem, p. 47-50.

do sistema colonial, pois esse mecanismo deu respaldo ao processo que o engendrava formando sua razão de ser. Grande parte da renda gerada pela produção da colônia se transfere pelo sistema de colonização para a metrópole e é apropriada pela burguesia mercantil. Essa etapa, necessária à formação do capitalismo, corresponde à expansão de um novo tipo de economia em gestação. Ao mesmo tempo, o Estado se fortalece na medida em que faz a política burguesa – garantindo o funcionamento desse sistema. Desta forma, o conjunto formado pelo Estado centralizado, mais o sistema colonial contribuíram fortemente para aceleração do acúmulo de capitais pela burguesia mercantil.

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista são, portanto, partes de um todo, interação reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo a tradição, Antigo Regime. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista (NOVAIS, 2005, p. 66).

É nesse contexto e *“inseparavelmente dele que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Novo Mundo”* (NOVAIS, 1969, p. 61) e é nele que se torna possível entender o modo de organização das atividades produtivas na colônia, bem como suas implicações em relação a outros aspectos da vida, seja políticos, econômicos ou sociais. Ou seja, organizar uma especificidade de produção que se ajustasse aos interesses lucrativos do monopólio e das necessidades europeias, por exemplo, no século XVI, com a produção do açúcar e, posteriormente, com outros produtos dos trópicos, como o ouro, tabaco e o algodão. Este tipo de produção atende a determinadas características e o caráter que lhe cabe inerente à natureza da colonização da época e da necessidade da expansão mercantilista formou a tríade que conforma nossa particularidade: a monocultura, centralização da propriedade fundiária e o trabalho escravo.

Apresentamos em síntese, como originariamente destacou Caio Prado *o sentido da colonização*⁴⁵ que nos interessa discutir em suas obras, selando uma interpretação marcada pelo

⁴⁵ Novais destaca o aspecto da originalidade de Caio Prado em interpretar a colonização portuguesa partindo desta perspectiva, quer dizer, essa experiência significou um desdobramento da expansão comercial, mas ao mesmo tempo a *“transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar”* (NOVAIS, 1969, p. 62-63).

seu tempo, projetando uma perspectiva de superação deste sentido para orientação das possibilidades de construção de uma nação. É a partir dessa especificidade de nossa história que o autor articula a sua análise demonstrando como essa característica informou o surgimento da sociedade brasileira, seu projeto de ocupação e exploração.

Em suma, vimos como o sistema colonial foi parte intrínseca do processo de acumulação primitiva e como a colônia esteve para além do simples comércio, ou seja, foi também a força política que mobilizou os capitais dos estados nacionais e da burguesia mercantil que buscava sua autonomia e contribuiu para consolidação dos estados nacionais. É somente dentro desta órbita que entendemos a dimensão da categoria em Caio Prado e os fundamentos da formação econômica, política e social que se instala no país com a afirmação do capitalismo como modo de produção.

A seguir procuraremos destacar como o autor apresenta a categoria em suas obras historiográficas. Para tanto, intentamos quando possível, não permitir a interferência de expressões e extensões da categoria em relação ao seu desenvolvimento correspondente aos demais aspectos coligados de nossa história – indústria, imperialismo, mundo do trabalho etc. Privilegiaremos o foco do *sentido da colonização* a partir da sua correspondência direta com o processo e período da colonização.

1.4 – A expressão da categoria presente nas obras historiográficas

Nesta sessão, buscaremos apresentar como o *sentido da colonização* se manifesta como um sentido exclusivo na obra do autor⁴⁶ e como está ligado, em um primeiro momento, às suas manifestações da exploração na Colônia, ou seja, o sentido mercantil que assume a colonização para em seguida fazer as suas aproximações com outras conjunções daquela ação externa entre nós, respaldadas necessariamente por aquele sentido. Ao analisar a economia brasileira, Caio Prado verifica a força das contingências e sua atuação direta impactando em nosso sistema; assim, sugere que nossa evolução tenha se precipitado em um ritmo distinto, o qual o conjunto do país não pôde acompanhar. Os ciclos iniciados em cada parte do território que viriam a formar o Brasil conformaram um tipo de sociedade distinta em cada local e em função de cada ciclo correspondente, inclusive geograficamente, a cada cultura criada para satisfação das necessidades externas. Daí notarmos até hoje as consequências daquelas disparidades em nossa formação econômica e seu funcionamento desequilibrado nos diferentes estados que compõe o país. Destacamos essa perspectiva porque notamos o peso da análise histórica para o autor que, nesse sentido, responde confirmando sua tese de que só a perspectiva histórica pode nos dar a compreensão do que representa um fenômeno econômico e assim permitir adentrar em seus dinamismos e dirigi-los para os fins que nos interessam⁴⁷. É com esta visão que apontamos o sentido aqui presente, buscando na história da colonização europeia as prerrogativas que nos informaram. Para tanto, privilegiamos para esta exposição os livros com perspectiva analítica de caráter mais historiográfico de Caio Prado⁴⁸.

No livro *Evolução Política do Brasil*⁴⁹ - um simples ensaio, nas palavras do próprio autor - que podemos chamar de síntese sobre nossa formação e evolução política, com o caráter de legitimamente ser uma das primeiras obras de interpretação materialista de nossa história⁵⁰,

⁴⁶ A responsabilidade em caracterizar as obras com caráter mais historiográfico é totalmente nossa. Sabemos que Caio Prado sempre recorreu à perspectiva histórica para fundamentar as suas teses, essa é sua marca em toda sua produção. Para analisarmos a categoria estabelecemos as obras em questão pela incidência em uma análise com caráter mais historiográfico e às quais a categoria se apresenta de forma mais explícita e contundente com nossa perspectiva.

⁴⁷ PRADO Jr., Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 5 e 6.

⁴⁸ Privilegiamos para esta análise os seguintes livros do autor: *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *História Econômica do Brasil* e *História e Desenvolvimento*.

⁴⁹ Adotamos aqui a 21ª edição, 3ª reimpressão de 2006.

⁵⁰ Iglesias (1982), Ianni (1989), Cândido (2006) e Iumatti (2007).

Caio Prado delinea como ponto de partida de sua compreensão a ideia do que seria o *Sentido da Colonização*⁵¹. Dentro do aspecto geral que compreende o processo de colonização brasileira pelos portugueses a sua avaliação parte da fundamentação da história comercial de Portugal, em que diz “o surto marítimo (...) não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição”⁵². Como nota Rubem Murilo (2000)⁵³, são essas as primeiras palavras que expressam aquele ponto de partida de Caio Prado em relação à sua categoria.

Encontramos na análise do autor, em especial no livro *Evolução Política do Brasil*, um tempo de longa duração, pois parte dos fundamentos iniciais da colonização portuguesa até o término do Império – o primeiro período aqui é o que procuramos privilegiar. Verificamos, por ora neste livro, que apesar de traçar uma história sintética dos principais acontecimentos da história na colônia, o autor traz do ponto de vista metodológico novos elementos para observação da realidade histórica do Brasil, ou seja, associa as categorias marxistas⁵⁴ adaptando-as à nossa conjuntura, a partir de nossas especificidades e particularidades.

Confronta os círculos em disputa dentro da órbita de formação social respaldada pela dinâmica totalizadora, na qual está submetida estes mesmos elementos. Konder (1998) nos dá a dimensão trilhada por Caio Prado neste ensaio, o qual, em vez de concordar com a produção historiográfica de seu tempo diverge do que até então prevalecia, pois privilegia um segmento da sociedade e inova a perspectiva analítica, através da qual passa de “*olhar inquiridor da análise das personalidades expostas na fachada do sistema para as tensões sociais e as contradições estruturais que condicionavam de maneira decisiva o movimento da sociedade*

⁵¹ Como já referido anteriormente a conceituação mais elaborada da categoria não surge com este livro de 1933. Não pretendemos aqui cometer o equívoco de anacronismos em relação a categoria - *sentido da colonização* - apresentado de forma mais sistemática pelo autor posteriormente, mas inferir este sentido partindo também de suas obras antecedentes à *Formação do Brasil Contemporâneo*, já que o autor faz sua caracterização também nas obras e artigos em que delinea especificamente o conceito: *Evolução Política do Brasil*, *Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo*, publicado na Revista de Geografia, em 1937; *Formação dos Limites Meridionais*, e *Zonas Tropicais da América*, os dois de 1936. Para tanto ver Iumatti (2007).

⁵² Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 21ª edição, 3ª reimpressão, 2006, p. 11.

⁵³ RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000, p. 35.

⁵⁴ Martinez (2008) aponta um aspecto interessante da obra *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado e sua correspondência com o marxismo, destaca o autor: “na interpretação crítica contida em *Evolução Política do Brasil*, os principais problemas teóricos abordados por Caio Prado Jr. foram a luta de classe e a revolução. A metodologia de análise da luta de classes desenvolvida em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte* foi incorporada e aplicada por Caio Prado Jr. A caracterização dessa metodologia envolve duas questões: a primeira, a definição de classe social; a segunda, o exame de sua movimentação política diante das demais classes” (Idem, p. 106).

como um todo”⁵⁵. Partindo da interpretação da sociedade portuguesa e suas correspondências políticas e econômicas, a análise de Caio Prado destaca o fato de a burguesia comercial vir a primeiro plano, com a ascensão de D. João I, o fundador da Casa de Avis, ao trono português. Em seguida, para completar o quadro ambicioso desta classe, vem a conquista e tomada de Ceuta, na África em 1415; meio século depois o tráfico com as Índias tornou-se o objetivo principal dos portugueses, uma vez que era o local que supria a Europa com as chamadas especiarias de todas as espécies (pérolas, pedras preciosas, finos estofos e madeiras raras procuradas na Europa).

Notamos com aquelas palavras primeiras que o sentido do negócio e sua amplitude, em relação aos anseios da burguesia comercial, não possuíam medida, pois, para dar prosseguimento às suas conquistas e à geração desmedida de lucro, tudo era passível de possibilidades. A expansão comercial marítima para além das suas fronteiras foi a perspectiva inicial que esta burguesia encontrou para prosseguir com seu objetivo. Lançando-se ao mar, ávida por aqueles objetivos comerciais, os portugueses se deparam com um novo território – a América portuguesa. Em um primeiro momento a solução do que fazer com estas terras foi o abandono, e assim procederam os comerciantes nos primeiros trinta anos. No entanto, houve uma concessão: a exploração do pau-brasil, nada mais que isto.

Outra característica peculiar à época da expansão mercantil e domínio colonial era as *incursões de aventureiros estrangeiros*, fato que envolvia o interesse de diversos países da Europa e, de certa forma, forjava uma corrida para o Novo Mundo. Os franceses se destacaram como os principais componentes destas invasões, pois traficavam com grande parte da costa da colônia portuguesa “*carregando para a Europa madeiras e outros produtos*”. Aponta o autor (PRADO, s.d) que a exploração do pau-brasil deu origem a alguns estabelecimentos coloniais e que a concorrência entre franceses e portugueses quase sempre era resolvida pela força, ambos levaram à fortificação dos trechos da costa onde encontravam materiais mais proveitosos para seu lucro⁵⁶. No entanto, como esta exploração era praticamente nômade, não foi capaz de organizar um povoamento *regular e estável*. Procurando apontar uma visão de conjunto desta nova etapa da expansão ultramarina, destaca o autor que “*os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de Descobrimentos articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo o que se passa são incidentes*

⁵⁵ KONDER, Leandro. Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador. In Revista USP, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 63.

⁵⁶ PRADO, Caio. História Econômica do Brasil São Paulo: Círculo do Livro, (s.d), p. 25.

da imensa empresa comercial” (PRADO, s.d., p. 12).

Em relação aos negócios dos comerciantes portugueses, as circunstâncias simplesmente de abandono indicavam o perigo em relação à sua nova possessão, desta forma decidem que para defenderem o seu território somente a colonização efetiva seria uma solução plausível, desde que fosse elaborada de maneira a que se estendesse a todo o litoral. Caio Prado aponta a resolução encontrada pelos portugueses para dar cabo a esta finalidade,

Resolve-se o problema com a criação das capitanias hereditárias, repetindo-se em larga escala o processo adotado anos antes na colonização dos Açores e da Madeira. Entregando à iniciativa privada a solução do caso, forrava-se a Coroa portuguesa do ônus, que dificilmente suportaria, da ocupação efetiva da terra por conta própria (PRADO, 2006, p. 13).

No total foram doze capitanias doadas, onde os *“donatários não gozavam de praticamente nenhum direito sobre as terras oferecidas”*. No entanto, estes não eram pequenos camponeses, mas grandes proprietários e a estes cabiam um direito quase soberano, no qual,

(...) sobre todo o território da capitania e que se expressava por vários tributos: a redízima dos frutos; a dízima do quinto, pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas; passagem dos rios etc, o monopólio das marinhas, moendas de águas e quaisquer outros engenhos; finalmente o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania (Prado, 2006, p. 14).

Em curto prazo o que se verificou deste processo foi o desaparecimento da totalidade dos capitais da colonização, por motivos vários. Para nós, o que é importante caracterizar desse processo é que o autor nota que o caráter mais profundo da colonização reside na forma como se distribuiu a terra, aponta que *“a superfície do solo e seus recursos naturais constituíam, naturalmente, a única riqueza da colônia (...) Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinada ambas a posse fundiária”* (PRADO, 2006). Notamos a partir desta observação, que aquele sentido esteve

associado desde sempre à exploração agrária⁵⁷, e os desdobramentos que virão a seguir, conformando nossa história e formação social, refletem a maneira como aquele *sentido* se fez presente entre nós, ou seja, o desenvolvimento posterior tanto político quanto social foram frutos da centralização da posse fundiária que informou o nascimento das instituições no Brasil Colônia, como verifica nosso autor. Destaca que “*a sociedade colônia brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária*”⁵⁸ e enfatiza que esta “*economia colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural*” e nela se encontram as lavouras de cana, os engenhos de açúcar, os latifúndios para exploração pecuária e todos estes com a característica comum: mão de obra com trabalho escravizado – negro ou índio. A consequência desta dinâmica que informava nossa estrutura social impossibilitava outras manifestações e iniciativas econômicas, mesmo que permeadas por pequenas propriedades, pois nestas condições o pequeno produtor não subsistia. Dentre outras características Caio Prado diz,

O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas com o grosseiro trabalho do escravo (...) Além disso, é um fato de observação comum que as culturas tropicais resultam muito mais rendosas – mesmo com a técnica primitiva daquela época – quando tratadas em larga escala (...) No Brasil-Colônia, salta logo aos olhos a impossibilidade de se adaptarem os nossos produtos ao regime de pequenos lavradores sem recursos de monta (...) outro obstáculo ao pequeno lavrador independente é a falta de mercados para o escoamento de seus produtos (...) A todas estas dificuldades que se antolham à pequena propriedade, havemos de acrescentar a agressividade das tribos indígenas, que punham os estabelecimentos colonizadores em constante alarma (...) A precariedade das condições do pequeno lavrador torna-se ainda maior pela vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários, que lhes movem uma guerra sem tréguas (PRADO, 2006, p. 19-21).

No essencial, o *sentido da colonização* visto à distância nos trópicos vai se explicando por si mesmo, ou seja, explorar as novas terras e fornecer à Europa os produtos exóticos ou minerais de grande importância e rentabilidade naquele mercado, como o açúcar, o ouro e o

⁵⁷ Numa passagem interessante em *Formação do Brasil Contemporâneo*, que reforça e exprime nosso argumento, Caio Prado mostra que, até o século XVII, cerca de 60% da população colonial concentrava-se numa faixa litorânea - o que demonstra a sobra de quase 90% do território, enfatizando o caráter agrário e mercantil de nossa colonização. Conclui que esse “*desequilíbrio entre litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola – daí a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos*” (PRADO, 2000, p. 29).

⁵⁸ PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 21ª edição, 3ª reimpressão, 2006 p. 26.

algodão. Daí um tipo de economia que foi gerada e subordinada inteiramente a este fim⁵⁹. A particularidade na forma de se cultivar a agricultura em terras coloniais, por exemplo, atendeu àquelas características que vimos: grande propriedade monocultora trabalhada por braços escravizados. Tanto esta forma de cultivo e exploração, como a mineração e o extrativismo, que marcam o comércio para fora das nossas fronteiras - e carregam como semelhança o trabalho escravizado em grandes unidades produtoras - foram os elementos fundamentais da organização da colônia⁶⁰. Diz o autor (2001) que o tipo de exploração executada, a exemplo do que aconteceu com o pau-brasil, se repetiria anos mais tarde, mas em escala maior e mais complexa. Tratava-se da produção daquele produto primário que nos primeiros dois séculos de exploração colonial exerceu grande influência e demanda no mercado internacional, o açúcar. Destaca que foi graças a sua produção que foi possível levar adiante o processo de colonização e efetivamente ocupar o território, e de certa forma, lançar as bases de seu povoamento⁶¹. Por esse ângulo conclui: *“não foi a colonização que empreendeu e desenvolveu o aproveitamento da exploração canavieira, e sim o contrário: é essa exploração que deu origem à colonização e ao Brasil”* (PRADO, 2001, p. 48). Mas o nosso mal era ainda mais profundo: *“estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor”* (PRADO, 2000, p. 140). Em suma, o negócio foi a base de nossa formação e constituição social e geográfica, tudo esteve respaldado por este sentido.

Para fins de reafirmação de nossa argumentação, interessante a observação do historiador sobre a análise da estrutura comercial de um país, onde a verificação desta estrutura revela sempre o *“caráter de uma economia, sua natureza e organização”*. O traço mais fundamental deste comércio deriva do próprio caráter da colonização, ou seja, a produção de gêneros tropicais e extração de metais para exportação no mercado internacional. A exportação e a exploração dos trópicos é o elemento chave das atividades comerciais nas colônias de exploração e *condiciona inteiramente a formação social do país*, pois é uma simples fornecedora de produtos que se especializa. O reflexo no povoamento, na organização

⁵⁹ PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, PUBLIFOLHA, 2000, p. 117.

⁶⁰ No entanto, é importante frisar que Caio Prado destaca o caráter diferencial da agricultura aqui desenvolvida no sentido de apontar que esta é o nervo econômico da civilização. Segundo ele *“(...) a ela deve a melhor porção de sua riqueza. Numa palavra, é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro”* (IDEM, p. 129).

⁶¹ PRADO, Caio. *História e Desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 2ª reimpressão da 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 47-48.

econômica e política são intrínsecos a este processo⁶². Lembrando a tese do livro *Evolução Política do Brasil*, nossa evolução política esteve inteiramente respaldada e dependente dos pressupostos da evolução econômica da colônia.

No conjunto, a exploração não resulta de uma escolha aleatória, como mostra o autor, mas foi constituída por circunstâncias contingenciais, estabelecidas no próprio espaço, praticamente determinada pelas condições internas do território, bem como os arranjos políticos e econômicos externos. Caio Prado (2000) diz que “*a grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorreram para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil*”⁶³. Em síntese, conclui que o *sentido* esteve ligado ao caráter tropical das terras encontradas, aos objetivos que animaram os colonizadores, às condições econômicas de uma nova ordem em ascensão inaugurada com os descobrimentos realizados pelos países do velho continente e a busca por novos produtos que a Europa tanto desejava. Diz o autor,

São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores. Aliás, em todas as colônias em que ocorreram, não só no Brasil, tais caracteres reaparecem (PRADO, 2000, p. 118).

Analisando a conjuntura externa, cabe destacar o papel estabelecido pela União Ibérica e seus reflexos na política colonial, pois de 1580 a 1640 a coroa portuguesa esteve unida com a espanhola e, mesmo possuindo certa autonomia, a primeira foi governada por um vice-rei em nome da segunda. Como consequência deste processo, Portugal sai arruinado da dominação política espanhola, e seu efeito mais direto foi a perda do seu vasto império colonial, que por ausência de controle político e econômico se encontrava esfacelado, praticamente todo dominado pela potência inglesa em ascensão. Para Portugal só restavam as colônias da África e Brasil, locais que mesmo possuindo certo domínio e controle ainda havia a incursão recorrente de ingleses e holandeses⁶⁴.

⁶² PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d), p. 121 a 127.

⁶³ Idem, p. 118.

⁶⁴ Essa situação se torna mais amena com a instalação das Companhias de Comércio na colônia, a primeira data de 1647 e é concedido o comércio em toda extensão da costa, desde Rio Grande do Norte até São Vicente (PRADO, s.d. p. 54).

Essa conjuntura determina mudanças profundas na política da Metrópole em relação às suas colônias. No caso da colônia brasileira, tratava-se naquele instante de tirar o maior proveito possível para viver exclusivamente dela, efetivando um regime de monopólios e restrições, uma vez que Portugal se encontrava sem as suas possessões no oriente, aliás, local que supria as suas demandas materiais luxuosas⁶⁵. Este contexto seria, resumidamente, um pano de fundo importante que reforça o argumento sobre o *sentido da colonização* e suas principais correspondências que informaram a construção do novo mundo. Para Portugal restando apenas o Brasil, e para assegurar aquelas terras que num futuro próximo poderiam prosperar, a Metrópole tornava as condições na colônia extremamente pesadas: acentuando as restrições comerciais; criando diversas Companhias que monopolizavam culturas e produtos específicos e todas com representantes negociantes portugueses; mais tarde, já no século XVIII, quando começam a extrair o ouro, o regime se torna mais opressivo, e proíbe-se a entrada e saída nos distritos mineiros sem licença; aumentam as perseguições e as fiscalizações, inclusive nos domicílios e proíbem-se as manufaturas. Por outro lado, a agricultura já não atraía mais como noutros tempos, pois o preço dos produtos declinavam no mercado internacional em função das concorrências, e a mão de obra de trabalhadores escravizados, que era drenada para as minas de ouro, tornavam-se escassas, fato que encarecia ainda mais os preços dos produtos agrícolas consumidos na colônia e aumentava o endividamento dos proprietários de terras por conta das operações dos monopólios que operavam a produção. Do ponto de vista político, a burguesia comercial começava a disputar, a partir de 1703, os cargos na Administração municipal⁶⁶ de Olinda, e posteriormente, de todo o país.

O que Caio Prado (2006) observa a partir daí foi que os efeitos mais profundos desse processo se conformaram no declínio da autoridade das câmaras e este poder vai cedendo lugar ao da Metrópole. Diz o autor “(...) *É a autoridade política da metrópole sobre sua colônia que se afirma*”. Com a penetração econômica da metrópole, há um reflexo significativo na esfera da política, desaparecendo a autonomia local do primeiro século e meio de colonização, ao mesmo tempo em que se desloca a autoridade dos proprietários de terras para a Coroa portuguesa, conclui o historiador: “*nossa evolução política segue portanto passo a passo a*

⁶⁵ Idem, s.d, p. 49-55.

⁶⁶ Em nota (42) do livro *Evolução Política do Brasil*, na página 42, Caio Prado destaca: “Foi esta, aliás, a causa imediata da **Guerra dos Mascates**. Não se conformando, a nobreza, que dominava em Olinda, com a separação de Recife, levanta-se em armas e, depondo o governador, impediu que se desse execução à determinação régia. Só em outubro de 1711, com a chegada do novo governador, F. J. Machado de Mendonça, foi a ordem restabelecida, e Recife erigida em vila” (Grifo Nosso).

transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII”. (PRADO, 2006, p. 43-44).

Analisando os latifúndios⁶⁷ brasileiros o autor mostra que não é o tamanho de cada propriedade o que interessa, mas saber o que nela predomina, ou seja, se há grande exploração agrícola com um alto número de trabalhadores ou se esta se funda no trabalho individual de pequenos agricultores⁶⁸. Se a sociedade colonial reflete sua base material, quer dizer, uma economia agrária, o desdobramento das relações na sociedade são frutos dessa centralidade. Por um lado, o proprietário rural monopoliza a riqueza que constitui o atributo de *prestígio* e *domínio*; por outro, é na *base escravista* que se assenta aquela economia colonial, com a quase totalidade de trabalhadores escravizados trazidos da África.

Interessante destacar, a partir da relação da escravização do trabalho, que a exploração da mão de obra do indígena nem sempre se constituiu de maneira tranquila para o europeu, por isso é iniciada sua caçada pelos bandeirantes; por outro lado, destaca o autor o papel dos jesuítas no processo de colonização do país e da América em geral como fator de destaque e sem precedentes na história daquelas missões, em que os membros da igreja contribuíram com a doutrina moral para docilizar a rebeldia indígena. Além disso, como já sabemos, a escravidão é vista como uma exigência da colonização nos trópicos, e com ela renasce um vertiginoso processo que estava em declínio desde o fim do Império Romano⁶⁹. Se nas circunstâncias postas o tipo de exploração agrária adotado foi o de grande propriedade, este tipo foi certamente acompanhado pela monocultura e pelo trabalho escravo. Esse será o legado – a escravidão do trabalho africano e indígena – que acompanhará a formação de nossa sociedade até princípios do século XIX e que caracterizou a nossa formação. Ressaltava Caio Prado que essa instituição exerce um papel de influência em todos os setores da vida, inclusive, deixando de lado os princípios e normas que fundaram a sociedade e cultura europeias. Novamente o interesse que prevalece é estritamente comercial e material⁷⁰. Outro aspecto importante é um detalhe destacado pelo autor e que retoma a perspectiva analítica adotada em 1933, com *Evolução Política do Brasil*, no qual assinala que a escravidão indígena não foi um processo

⁶⁷ Latifúndio é uma expressão ainda impregnada no vocabulário do autor no livro *Evolução Política do Brasil*, de 1933; porém, ao retomar a análise em outros textos de outras épocas, ainda que sobre o mesmo período e a mesma condição, já não usa mais a palavra latifúndio e sim grande propriedade – como, por exemplo, em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Em entrevista a Lourenço Dantas Mota (1981), também reafirma a questão “*Não existe no Brasil latifúndio no sentido europeu da palavra. O problema é de capitalismo mesmo*”.

⁶⁸ PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 21ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006 p. 18.

⁶⁹ PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, PUBLIFOLHA, 2000, p. 120.

⁷⁰ Idem, p. 277-278.

linear e ausente de resistência, ou seja,

(...) os nativos se defenderam valentemente: eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono, que ia buscá-lo em seus refúgios. Revidaram então a altura, indo assaltar o estabelecimento dos brancos; e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número relativamente aos poucos colonos era frequente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos” (PRADO, s.d., p. 33-34).

Como foram inúmeros os casos de destruição da consequente resistência indígena ao colono, permeadas por lutas e devastação de vários núcleos de povoamentos de ambos os lados, a Metrópole age em conformidade a esta situação, e a primeira *Carta Régia* em relação ao problema estabelece o direito de escravidão dos índios, dentro de uma ordem de aprisionamento por “*guerra justa*” (PRADO, s.d., p. 34).

O quadro estrutural da sociedade colonial se completa com o pequeno proprietário – dentre estes também figuravam os rendeiros, que pagam aluguel em dinheiro ou produtos – que pouco *diferia do escravo*, pois sua gleba é parte intrínseca e dependente do grande domínio; ao seu lado se encontram os agregados, “*são estes os indivíduos – em geral escravos libertos ou mestiços espúrios – que vivem nos grandes domínios prestando aos senhores toda sorte de serviços: guardas da propriedade, mensageiros, etc.*”⁷¹. Em síntese, são estas as condições das “*classes sociais da Colônia*”, apontadas por Caio Prado. Um grande “*aglomerado heterogêneo de raças*” que a colonização reuniu para realizar a sua empresa comercial⁷².

Toda esta população tem como elemento central de sua sobrevivência o *engenho*, quer dizer, é nesta fábrica que se reúnem as instalações necessárias para o processamento da cana de açúcar. As propriedades que contém os engenhos são mais complexas, nelas se encontram: moendas, caldeiras, casa de purgar, além da casa grande, senzala e demais instalações acessórias e suntuárias; as terras para além da plantação são reservadas também a pastagens, outras culturas alimentares, extração de madeira etc.⁷³. Toda essa classe vive no grande domínio, numa relação de absoluta dependência dos proprietários de terras⁷⁴. Observa Caio Prado que a “*grande exploração agrícola absorve toda a economia colonial; monopoliza por*

⁷¹ Prado, 2006, p. 28.

⁷² Prado, 2000, p. 353.

⁷³ Prado, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d), p. 36-37.

⁷⁴ Prado, 2006, p. 29.

consequente os meios de subsistência e subordina assim a massa da população aos grandes proprietários rurais” (PRADO, 2006, p. 29).

Ao mesmo tempo, o que se verifica do conjunto de relações sociais estabelecidas pelo processo de colonização e a consequência em relação aos seus homens e mulheres e que viviam a margem desta sociedade, tem como implicação dois elementos fundamentais: a *instabilidade* e a *incoerência*, como símbolos dominantes de um processo histórico que os marginalizou, como vimos, por exemplo, no processo de colonização conformado por uma dinâmica de exploração sem precedente, e seu reflexo direto na forma como se constituiu o nosso povoamento. De outro lado, a sociedade se organiza de forma superior, dentro de uma estrutura familiar que pouco a pouco se aristocratiza.

A partir desta dinâmica é possível entender os pormenores que a forjaram, seus principais traços e características⁷⁵, pois falamos aqui, a partir das observações de Caio Prado, de dois fatores, fundamentalmente: de um lado, a sociedade estabelece relações pautadas pelo *trabalho*, quer dizer a categoria central de desenvolvimento das relações impostas nos trópicos, com a servidão de braços africanos e indígenas, mas ao mesmo tempo, a ociosidade do grande proprietário; de outro lado, o *sexo*, e as relações familiares que resultam desta segunda categoria. As duas características terão um peso significativo sobre nossa formação social, pois condicionou estruturalmente as relações políticas e as demais relações na sociedade brasileira em um largo período de tempo.

A ordem política conformada por essa relação não difere daquela perspectiva de dominação econômica, pois exerceu um poder de comando também sem precedentes na Colônia que ofuscava, inclusive, a soberania da Coroa. Todo o poder exercido pelas Câmaras nas administrações municipais ficou relegado aos senhores proprietários de terras. Caio Prado citando J. F. Lisboa, diz o seguinte sobre as funções políticas destes senhores:

Vemos as câmaras fixarem salários e os preços das mercadorias; proporem e recusarem tributos reais; organizarem expedições contra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraiais e povoações; proverem sobre o comércio, a indústria e a administração pública em geral; chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhe substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios (PRADO, 2006, p. 30 ref. nota 30).

⁷⁵ PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 354-357.

Em meados do século XVIII, com a metrópole em seu estágio decadente, mas já livre do domínio espanhol, o Brasil Colônia passa a ter um desenvolvimento econômico que atinge patamares notáveis. Ao mesmo tempo, destacava Caio Prado, esta é uma época em que as contradições presentes no regime saltavam aos olhos de portugueses e nacionais com interesses diversos⁷⁶ - de certa forma, o antagonismo se expressava na relação entre a *rica burguesia de negociantes*⁷⁷ que afrontava os interesses dos *proprietários rurais*, os nacionais. No conjunto do desenvolvimento econômico, além das apreciáveis exportações também se avolumam os rendimentos fiscais; soma-se a isso a descoberta das minas de ouro; desenvolve-se ao lado da economia agrícola a mobiliária, o comércio e o crédito. Este processo se depara com a hostilidade da metrópole portuguesa, pois sua conjuntura decadente forja a rápida recuperação e reintegração econômica em âmbito internacional, pois além de terem perdido suas feitorias nas Índias, praticamente se aboliu todo o comércio com o Oriente, conforme destacamos acima. Caio Prado (2006) nos apresenta uma visão de conjunto da metrópole em fins do século XVIII, em que:

(...) a situação do Reino neste final do século XVIII é lamentável (...) Desfazia-se o império colonial lusitano e o Reino ia perdendo a principal base da sua economia. Da África só lhe provinham então os proventos do tráfico de escravos, insuficiente está visto, para alimentar por si só a economia portuguesa (PRADO, 2006, p. 34).

Com o declínio da mineração, já por fins do século XVIII, ressurgiu uma antiga perspectiva econômica, a agricultura. Esta é acompanhada por uma situação favorável da conjuntura europeia, tanto porque diz respeito internamente ao seu crescimento populacional, aos conflitos que cercam as grandes potências a par das possibilidades de domínio imperial, bem como o desenvolvimento tecnológico que culmina com a Revolução Industrial. Tal conjuntura favorece a produção de um novo produto para o mercado internacional, o algodão. Com os avanços técnicos já destacados, o seu aproveitamento passa a ser ilimitado e incide em

⁷⁶ PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 21ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 34.

⁷⁷ Interessante destacar o aspecto positivo da contribuição desta burguesia de negociantes para infraestrutura do país, pois, como demonstra Caio Prado: “por obra dela que as cidades do litoral, onde se fixa, se transformam em centros populosos e ricos. Recife, que antes da ocupação holandesa não passava de um ajuntamento de choças habitadas quase exclusivamente por humildes pescadores, vai ofuscar a capital de Pernambuco, Olinda, a cidade da nobreza” (PRADO, 2006, p. 39).

ser comercializado internacionalmente em proporções nunca antes vistas. Também merecem destaque neste período de surto comercial agrícola do final do XVIII e início do XIX, o açúcar, que será produzido novamente em antigas regiões altamente defasadas anteriormente pelas grandes explorações monocultoras, bem como em novas regiões, que adaptam sua produção, como São Paulo, por exemplo; o arroz, que terá grande importância e figurará como uma das atividades em ascensão no conjunto das exportações da colônia; o café, que começa a ser cultivado em grande escala; observa-se em Minas Gerais o crescimento da pecuária e da indústria de laticínios, bem como ao sul do Estado o cultivo de tabaco. O autor reforça nosso argumento na seguinte passagem “*verifica-se aí, mais uma vez, o papel que representa na economia brasileira a função exportadora: é ela o fator único determinante de qualquer atividade econômica de vulto*”⁷⁸.

Pouco a pouco o *sentido da colonização* vai adquirindo novas proporções e configurações que adentram e se estabelecem em conformidade com o momento histórico vivido pela retomada do processo de colonização portuguesa desde fins do século XVII. Caio Prado nota que nesse período “*repetia-se aqui, adaptando às condições do meio, os processos de brutal opressão que caracterizam toda sua conduta para com as demais conquistas ultramarinas*”⁷⁹.

No que se refere ao processo de independência do Brasil o autor aponta que a transferência da Corte portuguesa para o país ocupou lugar de destaque em relação a nossa emancipação política. O aspecto singular do processo de mudança para a colônia, em 1808, veio de certa forma culminar com nossa independência política⁸⁰, em suas palavras, *antedatada* em quatorze anos, mas diferentemente dos demais processos de emancipação violentos e radicais dos outros países da América. Aqui foi o próprio governo da metrópole que lançou as bases para a autonomia do país. Notamos que, em última instância, o que estava circunscrito naquele processo era a “*liberdade de comércio das colônias portuguesas*”⁸¹, ou seja, a finalidade da transferência da Corte, conforme destacado por Caio Prado, foi necessariamente comercial, pois o arranjo político retribuiu os favores prestados pela Inglaterra. Assim se configurou que o primeiro ato do regente, quando do seu desembarque e de sua comitiva em

⁷⁸ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d), p. 83-90.

⁷⁹ Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil*. 21ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 2006, p. 38.

⁸⁰ Diz Caio Prado, “*O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos não se estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808*” (PRADO, 2006, p. 47).

⁸¹ PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 21ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 45.

terras brasileiras, foi a conclamação à abertura dos portos às *nações amigas* e o fim do regime de colônia. Diz o autor:

São abolidas, umas atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país (...) naquele mesmo ano de 1808 são adotadas mais ou menos todas as medidas que mesmo um governo propriamente nacional não poderia ultrapassar (PRADO, 2006, p. 47).

Retomamos aqui uma característica importante destacada por Caio Prado (2000) que vem como consequência do processo predador da colonização e diz respeito ao fato de esta não constituir uma base *sólida e orgânica*, ou seja, para ele esse processo não criou uma *exploração racional e coerente* dos recursos naturais do território para satisfação das necessidades materiais da população, daí a consequência: sua instabilidade⁸². Esta se verifica nos processos migratórios internos onde a satisfação do lucro e a busca por novos produtos e riquezas se constituiu como a forma orientadora e exploradora das relações. Vejamos, por exemplo, como se formaram essas correntes migratórias e como corresponderam à dinâmica econômica em destaque de uma região a outra em relação as cultura de cana, ouro, algodão, tabaco, pecuária, café etc. Caio Prado (2000) aponta que o processo de povoamento desta vasta terra esteve relacionado a três grandes fases: a que se inaugura com a colonização do próprio território e vai até fins do século XVII, com o período de ocupação inicial e as primeiras manifestações de estabelecimento dos portugueses em sua colônia - e que permeia o extenso litoral, desde o Amazonas até o Rio da Prata; em um segundo momento, no século XVIII, foi a penetração para o interior, nos sertões do nordeste pelas fazendas de gado e uma pequena infiltração pelo vale do Amazonas; e por fim, uma ocupação modesta da borda oriental do planalto meridional em São Paulo e Paraná, no início do século XIX⁸³. Os fluxos migratórios se caracterizam pela sua extrema complexidade, pois como destacado, atendem a ciclos econômicos concomitantemente correlacionados com o mercado internacional, onde em cada região do extenso país há uma particularidade que se conforma com a exploração da mercadoria característica de cada local. Este processo é sintetizado pelo autor de forma a nos demonstrar que o período foi marcado

⁸² PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, PUBLIFOLHA, 2000, p. 67.

⁸³ PRADO, 2000, p. 65-77.

pela dificuldade no povoamento: pois as regiões ascendem economicamente e, de uma hora pra outra, descendem gradativamente as suas perspectivas de produção em função da descoberta de novos produtos de alta rentabilidade no mercado europeu, ou da exploração e depredação dos recursos naturais existentes; as correntes de povoamento se cruzam e entrecruzam na busca por fixação e novos produtos; os vastos territórios virgens são ocupados e devassados continuamente; o processo culmina com a produção do café e sua grandiosa trajetória, forjando que um eixo econômico do país se oriente para este setor da produção; há transformações demográficas significativas, pois mesmo nas regiões exploradas onde outrora se fixou um número relativamente grande de habitantes, ao esgotarem os recursos naturais antes explorados, permaneceu uma parcela dessa mesma população⁸⁴.

Caio Prado (2000) mostra que a consequência mais drástica deste processo é a forma que “*tomou a evolução econômica da colônia*”, pois esta se desenvolveu numa orientação cíclica, tanto no tempo como no espaço, ou seja, perpassou por fases de prosperidade locais seguidas de grandes deslizes em um determinado período de tempo, para conhecer num futuro breve a sua degradação. As fases de prosperidade e desgaste acompanham nosso ciclo econômico e material, inicialmente com a cana, depois o ouro, o algodão e o café⁸⁵. A base defasada de produção e exploração em que estes ciclos se assentam justificam essa perspectiva – ascensão e queda.

Interessante como Caio Prado (1954) observa essa relação e suas consequências em nossa formação em uma análise posterior, na qual verifica como aquele sentido do negócio ainda marcava consequentemente nosso país. Diz o autor que os desdobramentos mais importantes do processo de colonização na estrutura econômica e social do Brasil estiveram associados em primeiro lugar à “*falta de ligação*” do indivíduo com a terra, pois o que se processou por aqui foi uma relação de trabalho em que o mandatário e o empregado (trabalhador escravizado) não se ligam ao país, exercem uma função de negócio apenas. É essa relação que cimenta as outras relações estabelecidas em sociedade e dá a diretriz para o desenvolvimento das demais. Em segundo lugar, o país ficou necessariamente em posição de subordinação externa, quer dizer, em função das possibilidades de uma conjuntura estranha a sua e produzindo para atender àquelas necessidades onde não tinha sequer a menor ação de

⁸⁴ Idem, p. 77.

⁸⁵ Idem, p. 124-127.

controle e determinação⁸⁶.

Do ponto de vista geral da produção agricultora na colônia, Caio Prado (2000) aponta um importante aspecto daquele processo no qual é necessário distinguir dois setores diversificados: de um lado, a *grande lavoura* que se destina ao comércio externo; de outro, uma *agricultura de subsistência*, destinado à manutenção da população da colônia. Diz o autor que se a primeira é o nervo central da agricultura, a segunda é simplesmente o seu apêndice, daí conclui que por um lado há uma expressão orgânica da lavoura e da produção, por outro, aquele processo inorgânico, seu apêndice⁸⁷.

Já do ponto de vista da respectiva organização da produção em uma e outra há também traços essenciais que as distinguem. E para nosso autor, a distinção é fundamental, porque além das características próprias de cada uma, serve também para conclusões de grande monta. Em relação à *grande lavoura*, já foi destacado o seu principal aspecto sobre a exploração em larga escala: monocultura trabalhada por numerosos trabalhadores e em grande parte escravizados; sua constituição se estabelece também sob a ótica coletiva do trabalho e da especialização, e em conjunto forma uma verdadeira organização fabril. Diz Caio Prado, que “*é deste tipo de organização em que se constituiu a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem*” (PRADO, 2000, p. 142). Conformaram no conjunto as relações sociais que foram estabelecidas entre nós no que tem de mais *profundo e essencial*, constituída pelas respectivas culturas: açúcar, algodão e tabaco.

Dentre as características principais da *agricultura de subsistência*, Caio Prado destaca: esta produção serve para o consumo na própria colônia; prevalece em sua composição a diversidade de organização e produção; uma parte desta também é destinada à exportação; encontra-se distribuída nos próprios domínios da grande lavoura, engenhos e fazendas; dentre os seus ramos da produção se destacam a aguardente, algodão, arroz, milho, feijão, mandioca e a pecuária⁸⁸. A partir deste último setor se constituiu na colônia a criação das fazendas de gado, principalmente no sertão nordestino que abastecia o litoral. Pela facilidade de seu

⁸⁶ PRADO, Caio. *Diretrizes Para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 41 a 43.

⁸⁷ Cabe caracterizar que a relação do orgânico com o inorgânico na obra de Caio Prado está para além desta perspectiva de caracterização que fizemos aqui - a relação da grande lavoura e a cultura de subsistência.

⁸⁸ “Neste setor de subsistência também entra a pecuária. Ela também se destina a satisfazer as necessidades alimentares da população. A carne de vaca será um dos gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória”. (PRADO, s.d., p. 44).

estabelecimento e mão de obra – no geral, uma casa coberta de palha com um curral – ocupavam geralmente uma região de aproximadamente três léguas com poucas mãos necessárias ao trabalho, que em geral era livre, dirigido por um administrador ou vaqueiro. No geral, a consequência mais premente deste processo subsidiário era a *fome* e a *subnutrição*, como os principais elementos que caracterizaram a sociedade dependente do grande proprietário e expoente direto da lógica imposta pela grande lavoura de exportação.

Posterior à avaliação dos aspectos econômicos em nossa formação e as suas respectivas expressões, cabe destacar o reflexo desta dimensão em nossa questão social, mais especificamente, no que se refere à organização familiar. Caio Prado aponta que o clã patriarcal surgido nos trópicos é algo específico da nossa organização, “*é do regime econômico que ele brota, deste domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. Em torno daqueles que a possuem e senhoreiam, o proprietário e sua família, vem agrupar-se a população.*” (PRADO, 2000, p. 294). Há aí uma expressão também do *sentido da colonização* verificado por vez que tais origens remontam às *instituições portuguesas*, e sua correspondência está alinhada pela conjuntura mercantil que a determina. O clã patriarcal vem se tornar a célula orgânica da sociedade colonial e pouco a pouco se transforma na própria família patriarcal brasileira. As gerações interfamiliares vão absorvendo os caracteres principais desta estrutura e revestindo com novas roupagens aquilo que era a exploração escravocrata, ao mesmo tempo, as gerações se aristocratizam, constituindo riqueza, poder e autoridade⁸⁹. O grande proprietário deixará de ser aquele que explora apenas a terra, a propriedade fundiária, e formará uma classe a parte, inclusive nos nascentes centros urbanos e industrializados onde convive juntamente com o comércio⁹⁰; o escravo pouco a pouco também deixará sua condição, se tornará livre e a sociedade vai se constituindo assim, de maneira lenta e gradual, contendo aquela forte expressão onde uma relação de dependência oculta uma relação estritamente de dominação, de certa forma os papéis exercidos pelos grupos e classes sociais continuam os mesmos.

No entanto, opera uma situação determinada no bojo da sociedade colonial, como vimos: “*incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia;*

⁸⁹ PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, PUBLIFOLHA, 2000, p. 295-296.

⁹⁰ Caio Prado retoma a distinção em *Formação do Brasil Contemporâneo* das disputas entre grandes proprietários e comerciantes, antes destacadas em *Evolução Política do Brasil*. Nesta novamente aponta o conflito entre as duas frações das classes em ascensão nas principais cidades do nordeste – brasileiros e portugueses, respectivamente – onde o domínio de um está aparentemente ameaçado pelo do outro.

dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO, 2000, p. 365); ou seja, do conjunto das contradições postas e generalizadas se constitui um sentido a reação, que lhe tira a aparente estabilidade. Todas as consequências do processo de mais de trezentos anos de colonização entre nós foi revelando seu *aspecto negativo*, pois uma economia que se construiu sob a ótica da exploração, única e exclusivamente, se torna limitada e impossibilitada de sustentar a própria estrutura que a criou.

Ao fazer um balanço geral da situação da economia do país no fim da era colonial⁹¹, o autor nos mostra a seguinte situação: de forma geral a colonização ocupava apenas uma parte do território, onde a disposição do povoamento se espalhava pela imensidão das terras, provocando vários vácuos; havia já consolidada uma população de mais de três milhões de habitantes; um fato interessante e que segue a lógica comercial de nossa colonização é a população estar concentrada principalmente na faixa costeira do litoral atlântico; havia núcleos de maior ou menor importância distribuídos pelo país, como em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente⁹². Para nós, se mostra bastante significativo a partir da análise da categoria, o fato de a explicação particular de Caio Prado sobre o período ter uma expressão relativamente forte na interpretação sobre as consequências deste processo em nossa formação social, diz o autor:

Estes são em suma, desprezados os pormenores, os gêneros de vida econômica da população colonial. Um traço os aproxima e sintetiza: é o caráter geral da economia brasileira (...) que permanece apesar de todas as vicissitudes e incidentes de sua evolução; e que vem a ser a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento (PRADO, s.d., p. 108-109).

Anos mais tarde, já em 1968, no livro *História e Desenvolvimento*, irá reafirmar o que apontou nas análises anteriores, onde aponta que os fundamentos da nossa sociedade

⁹¹ Relembramos que Caio Prado entende que este período se finda no Brasil propriamente com a vinda da família real portuguesa, em 1808. No entanto, a data oficial de separação ou independência data do ano de 1822.

⁹² PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 107.

centraram-se nos *primeiros passos da colonização*, tanto no que diz respeito à “*formação demográfica, distribuição geográfica da população, estrutura sócio- econômica*”, quanto em relação a outros elementos que caracterizam nossa nacionalidade, pois foram os correspondentes diretos e frutos daquelas circunstâncias modernas, todas saídas do final da Idade Média, com o seu centro na Europa, onde Brasil-América portuguesa – esteve inserido⁹³.

Em linhas gerais eram estas as condições da colônia ao alcançar a sua maturidade e independência política e administrativa. O que virá posteriormente na demonstração e interpretação de Caio Prado era o que se projetava para a nova etapa da nossa história. Ainda que respaldada por aquele *sentido da colonização*, se mostrará sob outras formas e conjunturas, tomando proporções no mesmo sentido avaliado em todo o período colonial. Será manifesta sob a ótica do imperialismo, que consolidou no país uma dependência quase que estrutural do capital externo, bem como o endividamento de nossa economia. Foi no final do século XVIII, juntamente com o desenvolvimento de uma indústria incipiente, após o abalo da desagregação colonial e da decadência do capitalismo comercial na Europa, que o regime foi tomando proporções distintas e dando margem a uma nova conjuntura nesta parte dos trópicos. Na Europa a indústria toma uma proporção de domínio do campo econômico e para este só podia haver um ideal, o comércio livre, que desbanca pouco a pouco os monopólios. O reflexo dessa nova ordem diretamente em relação à colônia é visto na desagregação do domínio da Metrópole, ou do monopólio do comércio colonial⁹⁴. O Brasil vai adentrando assim numa nova fase do desenvolvimento capitalista mundial, o industrial. Das contradições postas anteriormente o regime vai se transformando, dando pequenos passos na reorientação da sua condição de Colônia para a constituição de Nação⁹⁵.

As transformações amadurecem e a antiga colônia projeta virtualmente uma comunidade nacional – questão que para nosso autor ainda não se consumou, pois mesmo numa avaliação posterior, já no fim da década de 1960, Caio Prado ponderava que o Brasil daquela época se achava completamente atrelado ao passado, e não poderia ser entendido sem a luz do que já havia sido⁹⁶. Desta forma, mesmo em um novo momento econômico projetado pelo capitalismo industrial, o autor destaca o *círculo vicioso* em que o país estava preso, como

⁹³ PRADO, Caio. *História e Desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 2ª reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 33-35.

⁹⁴ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 137.

⁹⁵ Idem, p. 134.

⁹⁶ PRADO, Caio. *História e Desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro, 2ª reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 17.

um mundo periférico do sistema internacional do capital, pois permanecia ainda naquela velha lógica de fornecimento das matérias primas vitais, mas agora para a indústria, bem como de gêneros alimentares para os centros urbanos e modernos do capitalismo central⁹⁷.

⁹⁷ Ressaltamos que Caio Prado reconhecia a dependência em que o país se encontrava, e de certa forma, reproduzia a dinâmica colonial nesta nova etapa, mas não nega por suposto as qualidades daquele mesmo processo em relação ao seu próprio desenvolvimento, quer dizer, distingue que o país também absorveu as tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo e introjetou o programa qualitativo e de crescimento desta nova etapa que se encontra, ainda que de forma dependente.

Parte II
Biografia, História e Sociedade

Capítulo 2

2.1 – Vida Social e Política – biografia, história e conjuntura.

Nesta sessão apresentaremos os momentos mais significativos da vida de Caio Prado Júnior procurando apontar como o autor em meio à conjuntura de seu tempo foi impelido aos debates que marcaram época, bem como foi levado a afirmar e disputar seu posicionamento teórico e político em relação às principais teses discutidas e incorporadas por este mesmo período histórico.

Não faremos aqui uma biografia rigorosa e exaustiva, de cunho mais voltado às características pessoais ou exageradas do cotidiano do autor, mas apenas traremos alguns apontamentos dos elementos chave que nos forneçam uma fotografia do tempo vivido e como esta época influenciou os combates posteriores que o Historiador e Militante assumiu ao longo da sua vida⁹⁸.

No caso do autor em questão visualizamos que seu trajeto foi árduo, pois centrou forças em debates amplos tanto com os seus, no caso o próprio Partido Comunista do Brasil (PCB), assim como com os adversários políticos, o projeto da direita conservadora como um todo. Na vivência do seu tempo pagou caro por seus posicionamentos: foi preso por diversas vezes, exilado e cassado quando exercia o mandato de deputado estadual por São Paulo; sofreu privações de vários tipos, foi impedido de assumir o posto de docente etc., mas nunca abandonou a luta política e seus ideais para a transformação da sociedade brasileira e latino-americana.

Notamos que a vida de Caio Prado se insere em uma ótica de intelectual que, para além da perspectiva política e, no seu caso, o consequente marxismo declarado, o conjunto de sua obra procura orientar para um tipo de conhecimento da realidade respaldado pela rigorosidade

⁹⁸ Para uma melhor compreensão e análise mais sistemática dos aspectos biográficos de Caio Prado, utilizamos e indicamos os seguintes livros: IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982; IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007; KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: um perfil biográfico. In:_____. (Coord.) *Caio Prado Júnior, parlamentar paulista*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003; MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008; SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008; WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007; D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

científica, esta entendida como esforço para compreender melhor o período em que vive e as relações de seu tempo, assim como conduzir à melhor direção que satisfaça racionalmente as necessidades humanas.

Tomamos para essa análise o exemplo do ensinamento de Wright Mills (1972): as categorias biografia e história e a relação entre ambas dentro da sociedade, uma vez que a imaginação sociológica, na análise deste autor, deve partir desses pressupostos para nos permitir compreender um movimento da sociedade e ampliarmos o conhecimento de um pensamento político sobre ela. Procuramos encarar nosso autor, Caio Prado Júnior, em função desta lógica, ou seja, dentro de sua biografia resgatar a história, e dentro desta, a sociedade que informa. Nos termos de Mills “*são estes os três pontos coordenados do estudo adequado do homem*” (MILLS, 1972, p. 156). Entender a biografia do sujeito é entender também as instituições de que fez parte, bem como a significação e os papéis históricos que assumiu enquanto tal.

Partindo destas características procuraremos mostrar como o meio também possibilitou ou forjou um posicionamento de Caio Prado Júnior para responder à altura do que acreditava ser a construção das perspectivas e o projeto político para superação de nossa condição colonial ou dependente em relação ao capitalismo central e as amarras que este processo nos engendrou.

2.2 – Família Prado – os Prado e Silva

Caio Prado Júnior é filho direto da abastada Família Prado⁹⁹ por parte de seu pai, bem como dos Álvares Penteado por filiação materna. Aristocracias paulistas que, por meio dos negócios do café, agricultura, indústria e finanças, tomaram grande vulto na cena brasileira. Segundo Karepovs (2003), Antônio da Silva Prado foi o primeiro membro desta família no Brasil e data do século XVIII sua chegada ao país, vindo de sua cidade natal chamada Prado, em Portugal¹⁰⁰.

No Brasil casou-se com a filha de membros de famílias tradicionais pertencentes à então elite brasileira, descendentes dos bandeirantes e com grande prestígio econômico no cenário paulistano. Como nota Wider, “*tornou-se comerciante e pequeno proprietário de terras no interior de São Paulo*” (WIDER, 2007, p. 22). Antônio Prado teve seis filhos, mas merece destaque pela sua atuação e por ser o membro da primeira geração desta matriz no Brasil um dos seus, Martinho Prado, conhecido e nomeado capitão mor de Jundiaí, autoridade que representava na época o “*mais alto posto da milícia local*” (KAREPOVS, 2003, p. 8). Este teve oito filhos com Maria Leme Ferreira, dentre os quais destacamos um dos mais expressivos filhos do casal, o primogênito Antônio Prado.

Antônio se casou com Ana Vicência, filha de um brigadeiro português que ao morrer deixou grande fortuna para ambos, e aquela herança havia sido o início do grande negócio da família Prado no país. Apesar de Antônio (segundo na geração nascida no Brasil) também ser político, pois havia sido eleito para a Câmara Municipal de São Paulo, nos idos de 1787, o comércio e os empréstimos foi a sua principal vocação, e com este fez grande fortuna na vida comercial brasileira.

O filho do casal, também chamado Antônio Prado, o terceiro da geração Prado no Brasil, foi nomeado com o título de Barão de Iguape, em 1848, pelo Imperador D. Pedro II, pois prestava grandes serviços à Coroa como coletor de impostos, mas, para além das funções políticas, também era conhecido pelas grandes negociações no ramo do comércio açucareiro.

⁹⁹ Heitor Ferreira Lima destaca, “*a estirpe portuguesa dos Prado provém de Bragança, em Portugal, nas fronteiras da Espanha, no século XIII, com pendor atávico para viagens e empresas de grande porte e atividades temerárias. O fundador da família Silva Prado no Brasil foi o sargento-mor Antônio da Silva Prado que chegou aqui em meados do século XVIII*” (LIMA, 1989, p. 15).

¹⁰⁰ KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: um perfil biográfico. In: (Coord.) Caio Prado Júnior, parlamentar paulista. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003, p. 8.

Narra a historiografia que esteve presente com D. Pedro I na visita à província de São Paulo, onde testemunhou a proclamação da Independência do país em 1822¹⁰¹. Da sua união com Maria Cândida Moura Vaz teve dois filhos, Veríssimo e Veridiana. Esta última merece destaque, pois como aponta Karepovs: *“foi uma das mais influentes mulheres da história de São Paulo”* (KAREPOVS, 2003, p. 9).

Veridiana casou-se cedo, com apenas treze anos de idade com seu tio Martinho Prado. Após comprar um palacete no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, - logo em seguida ao rompimento de seu casamento - em uma rua do bairro que hoje leva o seu nome, protagonizou diversas e diferentes formas e expressões culturais inovadoras na cidade, além de administrar sozinha as fazendas da família. Foi para a época uma mulher que rompeu com as barreiras e tradicionalismos de seu tempo, pois de certa forma estava à frente dele. Seu palacete era uma espécie de concentração e divulgação daquilo que de mais moderno havia na Europa no século XIX.

Veridiana teve seis filhos. Alguns destes também merecem evidência na história paulistana porque influenciaram a época e protagonizaram momentos interessantes no desenvolvimento e evolução da cidade. Seu primeiro filho, também chamado Antônio Prado, foi prefeito da cidade de São Paulo, empreendedor e responsável por algumas das obras de embelezamento e infraestrutura da metrópole, como o teatro Municipal e a Praça da República, por exemplo. O segundo filho foi Martinico Prado, no caso o avô de Caio Prado Júnior. Ficou conhecido por sua rebeldia no seio da família, por trazer e fomentar ideias revolucionárias e democráticas a partir de contextos europeus, e por querer implementá-las no país. Além disso, afrontava com ideais republicanos os segmentos da elite paulistana conservadora da Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou. Dentre as questões interessantes do rebelde destacamos,

(...) alistou-se no Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria, decidido a lutar na Guerra do Paraguai. A família, evidentemente, se opôs, e o rapaz se trancou no quarto e fez greve de fome para persuadir os pais. (...) ele partiu para a guerra, mas adoeceu antes de chegar ao campo de batalha e voltou para São Paulo para seguir seus estudos na Faculdade de Direito (WIDER, 2007, p. 21).

Pela sua cidade natal, São Paulo, Martinico exerceu o cargo de deputado provincial. Era

¹⁰¹ WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 24.

também um abolicionista e um dos responsáveis por organizar a imigração da mão de obra italiana para trabalhar nas lavouras de café na região paulistana.

Interessante apontamento de Wider, que destaca o papel da família Prado para a história e desenvolvimento da cidade, diz a jornalista: “*a história da família Silva Prado está intrinsecamente relacionada à história de São Paulo, principalmente a partir do deslocamento da atividade cafeeira para o estado e sua considerável expansão de 1850 em diante, que marcou um novo ciclo na economia do país*” (WIDER, 2007, p. 22). A cafeicultura impulsionou a ocupação do estado e, por conseguinte, seu desenvolvimento material que exigia mão de obra para abastecimento do mercado que se consolidava¹⁰². Seja no plantio do café, no desenvolvimento industrial da cidade, nas finanças, nas disputas políticas da época, ou mesmo pelas lutas de independência e a favor da abolição, os Silva Prado tiveram um papel relevante nesse conjunto de características e fatos que marcaram nossa história.

Do ponto de vista de uma intelectualidade mais voltada à pesquisa e sistematização do conhecimento, a família Prado também produziu grandes figuras de expressão. O filho caçula de Veridiana, Eduardo Prado, possuía uma famosa biblioteca e exercia grande influência no meio literário e econômico da cidade. Como historiador, escreveu *A Ilusão Americana*, em 1893, logo após um de seus muitos retornos à Europa, em seguida da proclamação da República no Brasil.

Na geração posterior, merece destaque Paulo Prado, primo do pai de Caio Prado Júnior, que além de escritor e historiador foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 – evento que influenciou sob diversas óticas uma geração inteira de intelectuais e artistas. O nosso autor em questão, inclusive, ainda com os seus quinze anos, acompanhou a controversa Semana. Paulo Prado escreveu dois livros de referência para a historiografia: *Paulística - História de São Paulo*, de 1925 e *Retrato do Brasil: Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*, de 1928.

Foi embebido neste universo que nasceu e se formou Caio Prado Júnior. Por um lado, influenciado pelos negócios e empresas de seus avós e antepassados, bem como pela política como um instrumento de justiça e reafirmação dos princípios de uma oligarquia que se consolidava; por outro lado, forjado pelas circunstâncias que materialmente os favoreciam e os possibilitavam estavam os intelectuais da família Prado, embebidos pela dinâmica econômica

¹⁰² MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008, p. 30.

que os engendrava puderam contribuir com ideias inovadoras no cenário paulistano e brasileiro.

2.3 – Os primeiros anos...

Há um sussurro morno
sobre a terra;
degladiam-se
luz e trevas
pela posse do Universo;
sente-se a existência
a penetrar-nos nas veias
vinda lá de fora
através da janela

Amanhecer – Agostinho Neto

Caio Prado Júnior nasceu no ano de 1907, no bairro de Vila Penteado, na cidade de São Paulo. Foi o terceiro dos quatro filhos que tiveram o casal Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado, ambos pertencentes a famílias com grande importância no cenário comercial, industrial e financeiro paulistano e brasileiro. As famílias mais tradicionais ainda guardavam o costume de casar os seus membros como forma de alianças matrimoniais, como é o caso verificado dos Prado e Álvares Penteado. Caio Prado Júnior era neto por parte de mãe do industrial e conde Antônio de Álvares Leite Penteado e da condessa Ana Álvares Penteado, e por parte de pai de Martinho da Silva Prado Júnior (Martinico) e Albertina Moraes Pinto Silva Prado.

Como membro de uma elite abastada e dominante, teve um tipo específico de educação, começando os seus estudos em casa, com professores particulares, preceptores e governantas, como era de costume entre as famílias de grande posse e tradição, e que orientavam e avaliavam a personalidade de forma a nortear as crianças para a construção de um futuro promissor. Nota Paulo Iumatti (2007) que os livros constituíam um eixo fundamental da formação, mas para além desta perspectiva, aquele tipo de educação enfatizava a autonomia e a experiência concreta da vida, preenchida pelas atividades culturais, físicas etc.¹⁰³.

Mais tarde Caio Prado entra no Colégio São Luiz, em 1918, permanecendo por lá até completar a sua formação secundária – com exceção do ano de 1920, quando passou uma temporada na Inglaterra estudando juntamente com seu outro irmão Carlos, durante tratamento médico de seu irmão mais velho, Eduardo, naquele mesmo país. Essa viagem seria o início das

¹⁰³ IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 55.

muitas outras que o historiador fez ao longo de sua vida, com destaque para sua visita ao Oriente Médio com apenas dezoito anos de idade; mas posteriormente, decide que era a hora de conhecer o Brasil, onde empreende diversas viagens de reconhecimento a distintos lugares e regiões de nossa terra. Naclério (1989) aponta um depoimento em que o próprio Caio Prado Júnior enfatizou o seguinte aspecto em relação a esta nova experiência de conhecimento do país: “*Eu era na realidade um burguês rico, de educação e visão europeia, acostumado ao conforto material. Ignorava até então a nossa realidade*”¹⁰⁴. E a partir daí desperta para os problemas de sua pátria.

Martinez (2008) lembra um aspecto interessante sobre a formação do jovem Caio Prado Júnior quando da passagem pelo Colégio São Luiz, destacando a feição de como a educação jesuítica influenciou o comportamento e a conduta do futuro comunista a partir da instrução e introjeção daqueles pressupostos que valorizam os ideais de disciplina e obediência. Daí entendermos melhor alguns comportamentos de nosso autor em relação a sua integridade intelectual, devoção à liderança política, disciplina partidária e disseminação do conhecimento¹⁰⁵.

No geral, os programas familiares assumiam a posição de classe da família Prado, diz Secco (2008) que “*a família era frequentadora dos principais polos de encontro das elites, onde todos se conheciam e se casavam*” (SECCO, 2008, p. 23). Moravam em um palacete, tradição vinda dos avós e demais membros das elites paulistanas de Higienópolis, e nestes desenvolviam diversas atividades culturais e lúdicas. As opções de lazer e cultura para os filhos desta elite aumentavam na medida em que a cidade se urbanizava e trazia com ela os elementos da modernidade como o cinema, os automóveis, a fotografia, o telégrafo e o telefone¹⁰⁶.

¹⁰⁴ NACLÉRIO H, Maria Cecília. Do Palacete à Enxada. In: D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 47.

¹⁰⁵ MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008, p. 31.

¹⁰⁶ WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: Um Intelectual Irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 30.

2.4 – Década de 1920 – da universidade ao desdobramento político engajado

Entre 1924 e 1928, Caio Prado cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, no largo São Francisco, naquela instituição que era - e ainda hoje é - destino quase que obrigatório para os filhos da abastada elite brasileira. Torna-se bacharel aos vinte e um anos de idade. Lá o interesse pela política foi pouco a pouco sendo afluído no jovem, pois além de participar das atividades da agremiação estudantil, com debates para além das necessidades postas pelo curso, participou do I Congresso dos Estudantes de Direito, onde apresentou um trabalho sobre a quebra do padrão monetário e a fixação do câmbio, onde já demonstrava seu interesse pela economia política, e que de fato se constituiu como o debate que o acompanhará pela vida toda.

Martinez (2008, p. 42), que estudou dentre outros aspectos as interferências desta faculdade na formação intelectual e, conseqüentemente, na vida de Caio Prado, diz que aquele lugar era um microcosmo da política, cultura e vida intelectual do país naquele período. O ambiente universitário daquela instituição propagava os debates sob a ótica dos mais variados temas: o estudo do passado, as novas formas de organização como o fascismo e o comunismo, o nacionalismo etc.

Na faculdade, por meio do jornal *A Chave*, fomentado por uma parte dos estudantes filhos das tradicionais famílias que compunham as altas e consolidadas posições sociais e que buscavam a partir da formação no Direito uma condição de futuros dirigentes, viam-se mais dispostos pelas condições econômicas que desfrutavam a “*dedicar-se ao estudo, diletantismo filosófico, às polêmicas travadas pela imprensa e pela política estudantil, às tertúlias literárias e propagação de ideais de reforma da sociedade e do Estado brasileiros*”¹⁰⁷. Nesse ambiente em que se propagavam disputas e afirmações de posições - e orquestrado por ele - Caio Prado escreveu um artigo intitulado *A Crise da Democracia Brasileira*, em 1927, no qual denunciava a fraude e o suborno das eleições, assim como apontava as irregularidades ocorridas em torno das disputas com o Partido Republicano Paulista, o PRP. Para além dessas questões fazia uma referência à estrutura da sociedade brasileira naquele momento, fruto das contradições históricas e privilégios de determinados setores de classe. Diz Caio Prado:

¹⁰⁷ MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008, p. 41.

O Brasil compõe-se hoje de três classes: os políticos, que em pequeno número usufruem o poder, aproveitando-se da situação; de cultura insignificante, e destituídos de qualquer dos princípios morais pelos quais devem dirigir-se aos governantes, lançam o país em arriscadas aventuras, desprezam a lição dos competentes, e divorciam-se de tal forma da opinião pública, que chegam a esquecê-la por completo. Ao lado destes estão as classes abastadas: comerciantes, agricultores, industriais: desprezando a política, afastam-se dela, procurando apenas enriquecer mais, sem se preocuparem com os verdadeiros interesses do país. Não encaram os governos como deveriam: exigem apenas deles a satisfação dessas ambições, e em troca, deixam-nos agir discricionariamente. Temos, afinal, a massa do povo, miserável e ignorante: desprotegida pelos poderes públicos, oprimida pelas classes ricas, chegou a tal ponto de embrutecimento, que nos sofrimentos duma vida miserável e incerta, perdeu a energia de mover-se e fazer valer seus interesses (PRADO, 1927) ¹⁰⁸.

Nesta mesma década, filia-se ao Partido Democrático (PD), no ano de 1928, atuando no diretório do bairro de Santa Cecília, em São Paulo, e posteriormente no interior do estado.

Nos anos de 1920, a política paulista encontrava-se sob a hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP), que sustentava de certa forma a chamada política da “república do café com leite”, ou seja, era um dos principais correspondentes da dinâmica de alternância do poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais no comando da República. O Estado de São Paulo era economicamente mais forte em função da produção e exportação do café; Minas Gerais tinha maior contingente eleitoral e era grande produtor de leite. Tais grupos dominantes sempre entravam em acordos, conciliando as suas perspectivas e evitando rupturas que comprometessem o legado e suas posições no corpo do Estado.

Até 1922 o Brasil crescera de forma rápida, passando de mais de 30 milhões de habitantes, e conheceu importantes mudanças em sua conjuntura econômica e social. Na economia, fundamentalmente sustentada no café, era superior em relação aos demais produtores, praticamente não havia concorrência. O país continuava agrícola, mas a indústria caminhava a passo acelerado no desenvolvimento de suas perspectivas no Brasil, afinal era respaldada pela dinâmica agrícola - ou mesmo ambas se complementavam.

Em relação à questão social, eram visíveis as mudanças promovidas pela urbanização e modernização dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, com as grandes avenidas, as demais construções que lhe dão o caráter de metrópole, o saneamento básico, a criação das

¹⁰⁸ In: Anexos, MARTINEZ, 2008, p. 267-268.

primeiras escolas liberais e, conseqüentemente, a produção de artistas, intelectuais e literatos¹⁰⁹. No entanto, essas são as marcas que o Brasil carrega até hoje, pois o desenvolvimento das grandes metrópoles, por outro lado, marginalizou em grande medida o conjunto das demais cidades do país.

O Partido Democrático surgia como um instrumento político a partir das insatisfações por parte de membros da elite paulistana àquela ordem estabelecida, a “política do café com leite”, e aparentemente a favor de transformações e renovações no cenário político brasileiro¹¹⁰. Uma das principais bandeiras defendida pelo novo partido era a reforma eleitoral e sua luta na campanha era para que o país se adequasse a uma dinâmica rumo ao voto secreto. De qualquer forma, apesar de a nova agremiação ter um discurso contrário ao ideal impregnado pela política até então vigente, ou seja, mais especificamente o clientelismo e o voto de cabresto, um dos principais corolários da República Velha, não se distanciavam muito do seu principal rival, o PRP, no que diz respeito à política econômica, já que em ambos coexistia o interesse agrário, comercial e financeiro.

A década de 1920 já refletia as mudanças trazidas pelas transformações do século passado, como a abolição da escravidão e a conseqüente implantação do trabalho livre no país; as migrações de trabalhadores europeus e com estes o conjunto das reivindicações trabalhistas que acumularam em seus continentes de origem. O final desta década foi marcado por um sentimento de insatisfação em relação aos aparentes progressos conquistados com a Proclamação da República e os limites colocados pela situação de manutenção de determinados setores políticos ou oligarquias no poder; pela insatisfação dos tenentes e o movimento que ficou conhecido como tenentismo - e que posteriormente culmina com a Coluna Prestes-Miguel Costa; pelos movimentos mais organizados, sejam em torno da cultura ou da política, como a Semana de Arte Moderna de 1922, com o movimento modernista, e a fundação do Partido Comunista do Brasil, assumindo um caráter de atuação mais respaldado no cenário político do país pela questão da disputa político-ideológica - também em 1922.

O conjunto das transformações trazidas pelos novos ares desse período correspondia necessariamente a uma tomada de posição e reorientação das perspectivas do panorama brasileiro. Havia uma tentativa de romper com as amarras do passado e construir algo novo,

¹⁰⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 214-216.

¹¹⁰ No entanto, aponta Secco (2008, p. 27) citando Barriguelli, que embora o Partido afirmasse o ímpeto de mudança nos costumes políticos brasileiros, era praticamente todo formado por tradicionais fazendeiros paulistas, que reforçavam a dinâmica de reivindicar apenas para as suas lavouras de café certos direitos.

distante dos interesses pessoais, mas fundamentalmente respaldado pela lógica do bem público, pois o baixo nível material das camadas mais pobres provocava insatisfação crescente no seio da sociedade urbana, como as grandes greves ocorridas na cidade no período. A isto se somam as insatisfações dos setores regionais nos estados onde se polarizava a questão sobre a alternância do poder¹¹¹. Tal situação apontava os limites daquela conjuntura e mostrava que algo novo estava sendo gestado: o caminho para a ruptura definitiva, culminando com a Revolução de 1930 e a modernização completa das estruturas políticas, econômicas e sociais do país.

Em relação a este momento na vida de Caio Prado, interessante notar que há uma ruptura de ideias e ideais antes propagados pelo jovem no período que seguiu, pois verificamos a sua elaboração intelectual e posicionamento político indo de um extremo ao outro em pouco tempo. Em toda década de 1920, fundamentalmente no final, formula, pensa, orienta e reorienta as suas perspectivas, forjado pelas circunstâncias da conjuntura em que viveu e pelas referências que possuía. Nos primeiros anos da década seguinte, no entanto, o seu engajamento será distinto, e ele passa para a defesa intransigente do comunismo.

Martinez (2008, p. 70) aponta que a sua entrada no Partido Democrático foi sua primeira inflexão mais organizada em sua trajetória política, mas ainda assim respaldado pelos ideais liberais que defendia a própria oligarquia. Pela orientação política que seguiu e a rotação na inversão de perspectivas, como se vê no debate feito no jornal *A Chave*, Caio Prado reproduziu os argumentos dos democráticos: “*ideal liberal, moralidade, reformismo, evolucionismo e pacifismo político*”. Com o resultado das eleições de 1928, onde nenhum dos cinquenta candidatos a vereadores do PD havia sido eleito, a crítica e orientação do jovem passa a ter outras direções, voltadas agora para o paradoxo da democracia e a revolução. Essa última perspectiva foi a direção que efetivamente seguiu e que o guiou até o fim da sua vida.

¹¹¹ Pela ausência de uma oposição mais firme entre os setores agrário e industrial ou financeiro, o grande choque entre as oligarquias era mesmo regional, o que se verificará na cisão em 1930.

2.5 – Os anos 1930: revolução e contrarrevolução

Yo he preferido hablar de cosas imposibles
porque de lo posible se sabe demasiado.

Resumen de Noticias - Silvio Rodriguez

Caio Prado viveu intensamente no seio da burguesia e pôde acompanhar de perto os processos de declínio e ascensão em sua época e posicionar-se politicamente em relação a eles. Foi por seus posicionamentos que foi preso pela primeira vez, quando da articulação da campanha eleitoral, com o seu partido no apoio de Getúlio Vargas em torno da Aliança Liberal. O jovem gritou um “viva *Getúlio*” ao candidato opositor, numa recepção em São Paulo ao situacionista Júlio Prestes, na véspera do Réveillon de 1930. Nota Secco (2007, p. 29) que na campanha de 1930, em São Paulo, Caio Prado dirigiu o carro que conduzia Vargas na cidade e no processo da Revolução envolveu-se em intervenções menores, como nas operações de logística, sabotando as instalações de comunicações nas estradas entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Lembremos que Caio Prado nasceu em um período de transição importante da história do Brasil marcado pela crise das oligarquias paulistas e a crise da sociedade do café, e pelo processo histórico que dava sentido a uma ruptura de uma economia agrária exportadora para uma economia urbana e industrial. Foi um momento decisivo na história do país e o historiador pôde acompanhar de perto o conjunto destas transformações. Uma observação interessante de Wider (2007) aponta que Caio Prado viveu intensamente aquele que seria o século apontado pelo historiador Eric Hobsbawm como *O Breve Século XX* ou a “*era dos extremos*”, pois acompanhou em vida as duas grandes guerras, as ditaduras civil e militar no Brasil, e as principais e rápidas transformações ocorridas na história da humanidade em seu tempo de existência.

As insatisfações apontadas pela dinâmica da República Velha forjam a articulação da oligarquia gaúcha com os tenentes e - já que São Paulo manobrava a questão da substituição da nova composição à Presidência - a proximidade de Minas Gerais com os gaúchos e o restante da oposição em todos os estados brasileiros contrários à “República do café com leite” resulta dessa composição entre os Estados, o que veio a ser a articulação em torno da Aliança Liberal.

A Aliança fazia a disputa eleitoral com a situação. Posteriormente ao processo, com a vitória da situação, com Júlio Prestes à frente da nova candidatura, tendo o apoio irrestrito da

máquina pública, a oposição insatisfeita com o resultado pensa em revolução. Em um primeiro momento, em comum acordo com os tenentes – com exceção da recusa de Luís Carlos Prestes, que via nessa manobra uma imitação daquilo que combatia – articula politicamente os seus agrupamentos. Por forças contingenciais e também pessoais, um fato interessante acontece: o vice da chapa de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, João Pessoa, fora assassinado, o que acaba causando uma grande comoção nacional, fato que de certa forma contribuiu e impulsionou o país a um processo revolucionário que culmina com a Revolução de 1930. Esta não foi a questão determinante, mas

Para que explodisse um levante nacional faltava apenas uma bandeira mais imediata, um acontecimento que pudesse provocar amplas manifestações populares e que unisse novamente todas as forças que haviam se comprometido com a Aliança Liberal. Nada mais oportuno que um cadáver. No dia 26 de julho de 1930, às 5 horas da tarde, morria assassinado numa célebre confeitaria do Recife, o líder paraibano João Pessoa. O crime ocorrera por motivos pessoais, mas a revolta popular causada pelo assassinato foi habilmente explorada pelos adversários do Catete (FARIA e BARROS, 1983, p. 27).

Para Caio Prado, a decepção com o processo não tardou, pois percebia os limites daquela revolução e verificava que o novo partido a que havia se filiado e o apoio à Aliança Liberal não diferiam fundamentalmente do antigo Partido Republicano Paulista (PRP). Logo após o processo da Revolução de 1930, foi incumbido, como “*delegado revolucionário*”, por um período de três meses em Ribeirão Preto, para a investigação dos processos e inquéritos sobre os abusos de poder dos políticos que haviam sido desalojados de suas posições, bem como dos atos de corrupção. Ao verificar que aquele trabalho não levaria a lugar nenhum, e que o novo governo, supostamente revolucionário, não cumpria as suas expectativas, rompe com o Partido Democrático e a Aliança Liberal.

A partir daí muda radicalmente sua opção política, adentrou em uma filiação mais adequada a sua visão de mundo e que acreditava ser mais conveniente às transformações que almejava para a sociedade brasileira. Data de 1931 sua entrada no Partido Comunista do Brasil (PCB). O Partido havia sido fundado em 1922¹¹² por operários e intelectuais sob o programa da

¹¹² “Em 25, 26 e 27 de março de 1922, representando grupos de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói (RJ) e Rio de Janeiro (grupos de Santos / SP e Juiz de Fora / MG não puderam enviar representantes), fundaram, no Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução Socialista Russa de 1917, o Partido Comunista do Brasil, que se filiou a Terceira Internacional” (KONDER, 2004, p. 47).

III Internacional Comunista. Este deveria ser o intelectual orgânico coletivo para o proletariado difundir em sua base uma consciência dos princípios e tarefas do comunismo. O objetivo do Partido, conforme publicação do seu órgão nacional, “Movimento Comunista”, era o de:

Atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua e internacional dos trabalhadores. O partido da classe operária é organizado com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista (In: Konder, 2004, p. 47).

No entanto, aquela suposta consciência não dava aos próprios comunistas uma ideia sobre a totalidade dos agentes e processos vividos pela sociedade brasileira, mas eram antes distorcidos pelas lentes do programa da IC¹¹³ para os países coloniais. Além disso, o Partido não se mostrava como uma representação operária em termos de base social, constituindo-se, ao contrário, como um partido com pequena inserção e influência nos meios do operariado brasileiro. O que refletia de certa forma essa situação no seio do partido era sua pouca leitura mais especializada do marxismo, pois além de existir um problema na divulgação¹¹⁴, o nível de compreensão dos leitores de Marx era precário, geralmente a assimilação da leitura se dava por revistas especializadas, havendo também o problema da censura à bibliografia marxista até os anos de 1960, quando houve uma maior divulgação desses conteúdos entre a militância brasileira¹¹⁵.

A partir da adesão de Caio Prado Júnior ao PCB, sua vida muda radicalmente. Por intermédio deste e sua militância política, era colocado ao lado de pessoas bem diferentes de sua classe e posição social, passando a enxergar melhor as condições dos trabalhadores brasileiros, uma realidade bastante distinta para um filho abastado da elite paulistana e dos círculos que até então o historiador e militante havia frequentado. Entre outras atividades que exerceu junto ao Partido, destacou-se como editor de revistas e financiador de publicações de

¹¹³ Em 1928, o PCB havia criado a sua linha política em Congresso, baseada na concepção da Internacional Comunista. Esta apontava aos países coloniais e semicoloniais a necessidade de fazer a revolução burguesa. Assim o partido agia de maneira a reivindicar a democracia com uma política aliancista em relação à burguesia nacional.

¹¹⁴ Ainda nos anos 1930, destaca Konder (2009), após o período de deposição de Washington Luiz e Julio Prestes pela Aliança Liberal, “a literatura marxista publicada no Brasil continuava a ser escassíssima. Quase não havia textos de Marx, Engels ou Lenin publicado em português” (Idem, p. 208).

¹¹⁵ SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 31-34.

uma série de livros. Montou uma gráfica, traduziu livros, foi deputado estadual e concorreu a uma cadeira como deputado federal; militava em células de base, foi editor de jornal etc. Até o fim de sua vida esteve ligado ao Partido Comunista do Brasil¹¹⁶ (PCB) e, mesmo nos momentos mais decisivos da conjuntura política do país, com os processos de renovação democrática e o fim da Ditadura Militar que se consolidaram em nossa história, assim como a fundação daquele que seria o maior Partido dos Trabalhadores (PT) de toda América Latina, manteve-se firme em sua filiação partidária e ao comunismo.

Como Caio Prado transitava entre a classe trabalhadora e os meios intelectuais e políticos de sua época sem maiores revelias, havia também sido membro do Clube dos Artistas Modernos, fundado por pintores de expressão do cenário paulistano e frequentado pela elite intelectual. Neste Clube, exercia funções junto a Comissão de Estudos Gerais. Foi lá que teve a oportunidade de fazer algumas palestras sobre sua primeira experiência junto a um país de orientação socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em viagem que realizou no ano de 1933; no ano seguinte, lançava o relato dessa experiência no livro chamado *URSS, um novo mundo*. Além deste, publica no mesmo ano de sua viagem a grande obra de interpretação marxista brasileira: *Evolução Política do Brasil* – um grande ensaio de interpretação materialista de nossa história e o primeiro mais bem fundamentado a partir desta perspectiva.

Os anos de 1930 foram intensos na vida do intelectual, pois também se matricula no curso de Geografia da recém-aberta seção da faculdade de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Por lá, conhece grandes professores que se tornam seus amigos, dentre os quais o geógrafo francês Pierre Deffontaines, o historiador Fernand Braudel e outros. Por intermédio do primeiro, que considerava um dos melhores professores que já tivera em toda sua vida, pois lhe “*ensinava a ver o meio físico e o trabalho humano*”¹¹⁷, estabeleceu além de uma grande amizade, experiências de trocas de conhecimento que lhe possibilitaram enxergar melhor a formação das cidades. Observamos que essa relação foi extremamente importante, pois Caio Prado acabou sendo um dos fundadores da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e um dos principais colaboradores da revista *Geografia*.

Um dos acontecimentos importantes em 1932 se dá quando a oligarquia de São Paulo

¹¹⁶ “A sigla corresponde a Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro” (GORENDER, 1990, p. 20).

¹¹⁷ Wider, 2007, p. 44.

entra em rebelião contra o governo e, à frente do movimento, o Partido Democrático rompe com Getúlio Vargas e forma a Frente Única Paulista, juntamente com o Partido Republicano e a Liga de Defesa Paulista, após a percepção tensa que mantinham do presidente por não nomear um paulista para a função de interventor do estado de São Paulo, mas um tenente pernambucano para aquele que era o mais importante estado da federação. Não só os paulistas, mas também os gaúchos, se sentindo cada vez mais distantes dos postos de comando da nação, decidem romper diretamente com o governo. Ainda neste mesmo ano, um episódio fatídico apontava o caráter que a política manifestava, o seu aspecto de força e violência, pois quatro estudantes haviam sido mortos em conflito próximo à sede da Frente, o que gerou grande comoção entre a oligarquia. Em pouco tempo, o governo do interventor era destituído em São Paulo e a Frente Única Paulista organizava um governo paulista na cidade. A partir daí, decorre um movimento armado, com os paulistas à frente e a perspectiva de retomarem o comando político do país. Este processo ficou conhecido como “*Revolução Constitucionalista*”. O Estado de São Paulo pressionava por uma nova constituinte que estava sendo elaborada para institucionalizar o regime da Aliança Liberal, que Vargas negociava com os tenentes - o chamado Clube Três de Outubro - e ambos protelavam o seu lançamento. Este só seria idealizado em 1934.

Pode-se dizer que foi a primeira manifestação contrária a Vargas, a qual por sinal fez muitas vítimas. A revolta durou apenas três meses, começou em nove de julho e foi até os primeiros dias de outubro. São Paulo saiu derrotado, sem forças suficientes para o enfrentamento das forças nacionais – exército e forças policiais do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Sobre o processo em São Paulo, Caio Prado analisou que não houve apoio do povo, mas apenas da classe média e da alta sociedade, pois a *massa do povo* era contra devido à simpatia por Getúlio Vargas¹¹⁸. A luta em grande medida não era operária, mas sim da oligarquia que explorava os trabalhadores, daí entendermos o seu caráter. Sobre o acontecido o historiador destacou o seu posicionamento contrário,

Nessa época já estava no Partido Comunista e fui contra. Contra os dois lados. Era contra Getúlio, porque já havia passado dois anos desde a Revolução e

¹¹⁸ Vale ressaltar que não houve ampla adesão da população paulista ao movimento – salvo, como dito por Caio Prado, das classes média e alta da sociedade – pois a maior parte da população, o proletariado em si, via em Getúlio Vargas a imagem de Redentor da Nação, o pai dos pobres.

não se fizera nada do que eu imaginara que se deveria fazer. As viagens pelo Brasil me mostraram que vivíamos num país de miseráveis, de pobreza e sofrimento (...) Eu era contra o governo, mas muito mais contra a gente daqui de São Paulo. O comando de 32 explorou o ressentimento paulista (PRADO, 1981, p. 305).

Ainda nesta década exercerá o comando de vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), na seção de São Paulo, junto com o general Miguel Costa, ex-combatente e um dos líderes da Coluna Prestes. O agrupamento político nacional anunciava Luís Carlos Prestes como o seu presidente de honra. As organizações comunistas do mundo todo se articularam em torno das chamadas “Frentes Populares”, numa tentativa massiva de organizar os trabalhadores e fazer frente aos avanços do nazismo em várias partes do mundo. A ANL reunia em suas fileiras uma parte do tenentismo, algumas correntes de esquerda, uma parte do segmento da burguesia e classe média, e uma parcela do proletariado não organizado. Nas primeiras linhas do seu Programa, publicados no jornal *A Platea*, em julho de 1935, Caio Prado já deixa clara a perspectiva política do agrupamento naquele ano,

O Programa da Aliança é claro e preciso. Ela se bate contra o imperialismo porque este é responsável pela nossa situação de semicolônia das grandes potências que dominam o mundo; e daí a impossibilidade do país em constituir para si uma estrutura econômica nacional própria e autônoma. O antiimperialismo não quer apenas dizer a anulação das nossas dívidas, a nacionalização das nossas empresas estrangeiras. Estas medidas são unicamente meios para um fim, que é a independência do país. Dívidas e empresas imperialistas constituem pontos de apoio em que se funda a dominação estrangeira. São os tentáculos pelos quais o capital imperialista exerce sua pressão, subordinando a política brasileira e toda nossa vida aos seus interesses particulares, impedindo que resolvamos nossos próprios de acordo com as conveniências do país e seus habitantes (...) o segundo item fundamental do nosso programa aliancista é a transformação do nosso sistema agrário (...) tal regime, podemos caracterizá-lo em uma palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada do trabalho assalariado, ou semiassalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra (PRADO, 1935).

O Brasil não seguia diferente do restante do mundo em relação à oposição governamental e ao avanço do nazismo. A ANL, como uma experiência inovadora no cenário nacional, conclamava uma plataforma de resistência ao avanço imperialista e fascista na

América Latina como um todo, era a favor da entrega de terra para os trabalhadores, fim do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras etc.

Caio Prado atuou politicamente por quase todo o ano de 1935 fazendo palestras, comícios, cedendo entrevistas a jornais e divulgando o programa do agrupamento. Sobre o movimento, diria em entrevista a Lourenço Dantas Mota, em 1978, que queriam a participação popular “*capaz de influir na orientação geral do Brasil, política e economicamente, para levantar o nível de vida da massa da população. Havia a consciência de que o Brasil nunca seria coisa nenhuma enquanto não alcançasse aquele objetivo*”¹¹⁹.

A Aliança Nacional Libertadora ficou proibida de exercer as suas atividades políticas em meados julho de 1935, tendo de atuar na clandestinidade. Por erro de interpretação das lideranças que viam no Brasil um momento maduro para a eclosão de uma revolução, foi marcado um levante para o dia 27 de novembro daquele mesmo ano. A ação foi assinalada e ensejada fundamentalmente pela ação de militares, não houve participação popular, como salienta o próprio Caio Prado¹²⁰. No entanto, pela própria desorganização do movimento, eclode no dia 23 em Natal, dia 25 em Recife, e no dia 27 apenas, no Rio de Janeiro. Em todos esses Estados a contrarrevolução atuou prontamente contra o episódio, que ficou conhecido como a Intentona Comunista. Getúlio Vargas reprimiu violentamente os rebeldes, principalmente os comunistas, e decretou estado de sítio até meados de 1937. Além disso, o governo se utilizou do episódio para propagandear contra os perigos e avanços do comunismo e fortalecer sua base autoritária, estabelecendo um regime em conformidade com essa orientação.

Na época em que a ANL foi deflagrada, em 1935, conforme destacamos no capítulo I, Caio Prado estava viajando ao Rio Grande do Sul para suas pesquisas junto aos arquivos do Instituto Histórico daquela cidade e recolhendo o material necessário para elaboração da sua grande obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*, que sairia em 1942. O vice-presidente da ANL da seção paulista foi preso e trazido para São Paulo, onde o mantiveram em cárcere até fins de 1937, quando conseguiu um habeas corpus e foi solto em um momento de relaxamento do regime. Após sair da prisão vai imediatamente para a Europa, de forma quase clandestina em um navio, onde permaneceu até meados de 1939, quando seu processo foi prescrito.

Caio Prado nota a partir da experiência deste agrupamento que, para uma melhor compreensão do conjunto dos acontecimentos políticos da época, era necessário o

¹¹⁹ PRADO, Caio. É Preciso deixar o Povo falar. In: MOTTA, L. D. *A História Vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981, p. 308.

¹²⁰ Idem, p. 307.

acompanhamento sistemático da vida política, econômica e social da conjuntura, no sentido de elaborar e formular um programa sempre coerente com o momento histórico. Destaca Iumatti (2007) que após o fracasso da ANL Caio Prado redige seus *Diários Políticos*, procurando refinar a análise e conjecturar cenários para lutar por uma política afinada com a perspectiva vivida¹²¹.

Como já ressaltado, a vida do intelectual foi cheia de surpresas por conta da opção política que assumiu - e no geral ocorriam mudanças radicais em seu meio, conforme a conjuntura, o momento político e as brechas que vivenciou. Quando foi absolvido do inquérito sobre a ANL, viu a necessidade de se exilar em Paris. A Europa também passava por uma situação complicada, tanto para os comunistas como para os trabalhadores em geral, pois a ascensão do nazismo era crescente. Em um dos episódios mais sangrentos daquela época, a Guerra Civil Espanhola, que colocou de lados opostos republicanos que defendiam um governo eleito contra os generais insurgentes de orientação fascista, que combatiam o avanço comunista, Caio Prado já militando junto ao Partido Comunista Francês adere à causa dos republicanos e exerce a função de colaborador na guerra. Ao mesmo tempo em que a sua condição o impelia à militância política, o exilado também procurava manter a sua disciplina acadêmica e estudantil, pois nesse mesmo período conciliou um curso junto a Sorbonne, em Paris, tendo contato com um grande número de intelectuais e discussões afins a seu interesse. Para ele a formação do caráter e da conduta do militante era inseparável da do intelectual.

Ao retornar para o Brasil, Caio Prado se engaja na luta contra Vargas e o Estado Novo. O país vivia agora uma ditadura civil implementada pela articulação do governo, a partir de 1937. As mudanças ocorridas nos anos que antecederam o golpe apontavam para a nova base social dessa administração, os militares, e a necessidade de uma modernização mais autoritária. Além disso, havia a necessidade de um Estado forte, centralizador e orientador economicamente desse campo mais voltado para as questões da indústria e urbanização, e que também promovesse a segurança nacional. De certa forma, a contenção aos perigos do avanço comunista, já propagado pelo Governo, e a dissolução da ANL, os planos elaborados pela própria direita, como a divulgação do “Plano Cohen”¹²², o Estado de Guerra instaurado pelo governo, a intervenção federal em alguns estados do país, a dissolução do Congresso e por fim, o decreto que extingue todos os partidos, inclusive a Ação Integralista Brasileira, que apoiava o

¹²¹ IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 119-120.

¹²² Plano arquitetado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, que apresentava um suposto plano de ação revolucionário dos comunistas em que previa assassinatos em massa, desordem e a sublevação contra o governo.

novo momento de Vargas, deram a prerrogativa à instalação do golpe, que culmina com a implantação do Estado Novo.

A partir daí, o sistema político autoritário instaurado se revelava na sua Constituição, com um conteúdo que oscilava entre as possibilidades das *disposições* de uma política transitória em todos os artigos. Essa constituição dava ao governo a possibilidade de escolha em vários aspectos e segmentos políticos, assim como de sua interferência direta. O documento institucional apenas formalizou o poder absoluto de Vargas.

2.6 – Os anos 1940 e 1950: definições e indefinições – novas descobertas

Quando um homem dorme na valeta
 O que faz falta
 Quando dizem que isto é tudo treta
 O que faz falta
 O que faz falta é agitar a malta
 O que faz falta
 O que faz falta é libertar a malta
 O que faz falta

O que faz falta – **Zeca Afonso**

Após retornar ao Brasil, no ano de 1939, posteriormente ao exílio na França, Caio Prado continuará suas viagens de descobrimento pelo país e por várias outras partes do mundo. No ano seguinte, partia para o sul de Minas Gerais, em uma viagem de conhecimento da realidade de Ouro Preto e Diamantina, das quais resultam dois trabalhos intitulados *Viagem a Ouro Preto*, de 1940, e *Viagem a Diamantina*, de 1941. No geral, a vida do historiador foi marcada por muitas outras viagens, como atestam os amigos mais próximos e que fez ao longo de sua vida.

Interessante destacar depoimentos de Florestan Fernandes e Antônio Cândido sobre essa particularidade do autor, que buscava o conhecimento da realidade a partir dela mesma; diz o primeiro que na época da ditadura militar, quando da construção de estradas com fins geopolíticos, Caio Prado viajou até o extremo norte do Brasil para verificar a viabilidade e durabilidade das estradas. Segundo Florestan, ele desejava saber se aquelas construções tinham fins geopolíticos ou se era mesmo uma farsa. Ao retornar, diz Caio Prado ao amigo: “*Florestan, aquilo não vai durar seis meses. Essas estradas estão construídas em áreas que vão fazer as estradas desaparecerem rapidamente*”¹²³.

Antônio Cândido relata na primeira página de suas memórias sobre Caio Prado que certa vez ele o convidou para ir de carro até o Piauí conhecer a obra de um padre que parecia muito interessante. Para ele não existia problema, já que havia feito um longo percurso entre Mato Grosso e Goiás com seu Volkswagen. Cândido não foi, mas Caio seguiu sozinho. A respeito de Caio Prado, ressaltou o amigo: “*o que lhe interessa são a vida diária, a produção, o movimento dos negócios, as técnicas de plantio, os costumes, o mecanismo de transmissão da*

¹²³ FERNANDES, Florestan. *A visão do Amigo*. In: D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 31.

propriedade, e coisas assim”¹²⁴. Quer dizer, o historiador, para além de um possível empirismo, via a necessidade da relação direta, da observação participante na realidade que almejava conhecer, interpretar e interferir. O próprio atesta a questão em *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde diz que só havia compreendido perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fizeram da mineração em Minas Gerais quando esteve por lá e examinou os processos empregados, e que continuavam praticamente os mesmos. Diz Caio Prado: “*Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para traz*”¹²⁵.

As décadas de 1940 e 1950 também seriam um tanto quanto conturbadas na vida de Caio Prado, cheia de surpresas e aborrecimentos. Alguns acontecimentos mais decisivos merecem destaque na exposição a que passaremos agora.

Em 1942, o autor lançaria aquela que seria a sua obra prima de interpretação da realidade brasileira, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*; três anos depois, em 1945, a pedido da Editora mexicana *Fondo de Cultura Económica* lançou o livro *História Econômica do Brasil*. Já vimos em capítulo anterior as principais teses que esses livros trazem e, particularmente em relação ao primeiro sua implicação e impacto nos estudos posteriores sobre o Brasil e sua contribuição nas diversas áreas das ciências humanas¹²⁶. É nesta década que também funda a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, em 1943, em uma tentativa de divulgação de uma literatura – científica e literária mais especializada acerca dos diversos aspectos da conjuntura brasileira – para o público em geral.

O segundo pós-guerra, a partir de 1945, trazia uma conjuntura favorável ao Partido Comunista do Brasil, pois do ponto de vista internacional, o Eixo¹²⁷ saiu derrotado da Segunda Grande Guerra e o centro capitalista bem como o socialista saíram vitoriosos. Do ponto de vista nacional, o PCB volta à legalidade, após os dez anos na clandestinidade posterior ao episódio da Intentona Comunista; além disso, era o fim do Estado Novo e da política de centralização da Era Vargas. Observamos como estas expressões foram tão significativas a ponto de trazer a possibilidade de o PCB concorrer às eleições deste mesmo ano. Mediante estas circunstâncias o

¹²⁴ CÂNDIDO, Antônio. *A força do Concreto*. In: D’INCAO, Maria Angela. *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 23.

¹²⁵ PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 5, nota 1.

¹²⁶ Nós nos arriscamos a dizer em hipótese bem remota que não seriam as análises de Caio Prado as grandes incentivadores das temáticas mais gerais da cadeira I de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo?

¹²⁷ Eixo é o nome dado à aliança constituída entre os seguintes países no período da Segunda Guerra Mundial: Alemanha, Itália e Japão.

partido ampliou largamente as suas fileiras de militantes, passando de dois mil para cinquenta mil filiados em 1947 ¹²⁸.

Caio Prado concorreu para a cadeira de deputado federal, mas não conseguiu se eleger em 1945 - fica como terceiro suplente e não chegou a compor a bancada do PCB na Assembleia. Dois anos depois, concorre novamente, mas pelo cargo de deputado estadual pelo seu partido, e conquista uma cadeira na Assembleia Legislativa. Como parlamentar, teve uma atuação louvável de um homem *criativo, produtivo, invejável*, como nota Florestan Fernandes¹²⁹. Sobre o período de sua atuação parlamentar destacou Karepovs (2003):

Nesse contexto, Caio Prado Jr apresentou ou subscreveu solidariamente um total de trinta e uma emendas ao Projeto de Constituição. Tais emendas, entre outras, eram referentes a dois anos de mandato de deputado, à definição das inelegibilidades para cargos eletivos, à constituição de comissão para resolver sobre classificação e promoção de funcionários no âmbito do Ministério Público, ao enquadramento, em um plano geral, dos auxílios e subvenções, ao levantamento aerofotogramétrico do Estado, ao ensino gratuito, à extinção do DEOPS, à fiscalização da ação da polícia pela Promotoria Pública, à autonomia política para as estâncias hidrominerais, entre outras. (...) Desse total, 16 acabaram sendo rejeitadas, duas prejudicadas, quatro aprovadas parcialmente (sendo que três delas foram subscritas com outros partidos) e nove aprovadas (duas com outros Partidos) (...) Porém, indubitavelmente, durante os trabalhos constituintes a atuação mais destacada de Caio Prado Junior deu-se na discussão sobre o regime tributário (KAREPOVS, 2003, p. 19 e 20).

Em relação aos trabalhos ordinários como deputado, findados os trabalhos constituintes, merece destaque em sua atuação como presidente da bancada comunista no Parlamento, a proposta referente à criação de apoio financeiro à pesquisa científica, por meio da fundação da instituição Fundação de Pesquisas Científicas¹³⁰ – algo semelhante à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que no caso surgiria apenas na década de 1960. A bancada do Partido Comunista apresentou também o seu programa de atuação parlamentar, denominado “*Uma Constituição Democrática e Progressista para São Paulo*” ¹³¹. Nesse programa constavam sete tópicos que o partido preconizava como a sua atuação no Parlamento

¹²⁸ Secco, 2007, p. 64.

¹²⁹ Fernandes, 1989, p. 31.

¹³⁰ Karepovs, 2003, p. 21.

¹³¹ Hoje, 25/11/1945. In: Karepovs, 2003.

e linha geral de orientação partidária, defendiam a soberania da Constituinte, a elaboração de uma constituição democrática e progressista, a responsabilidade perante o povo, a ratificação da nomeação dos secretários de Estado, a duração de dois anos de mandato para os deputados e a extinção da Polícia Política¹³². Dentre os tópicos para a ação se destacavam: questões sobre medidas econômicas e financeiras, com a evidência para aumento de salários e maior atuação do Estado na economia; medidas sobre o transporte; políticas para os municípios; medidas para a educação, saúde, habitação e o funcionalismo público.

No entanto, nem tudo foram rosas e possibilidades de avanço no período da legalidade partidária, o que aparentemente era uma situação de renovação democrática com os ventos trazidos pela derrota do nazismo se constituiu como uma outra guerra, a chamada Guerra Fria, por um lado, polarizada entre capitalistas, tendo os Estados Unidos à frente do processo; e por outro lado, os socialistas, fundamentalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nessas circunstâncias, nos idos de 1948, o PCB é cassado novamente, pois representava a ameaça comunista que se espalharia pela América Latina e pelo mundo. No Brasil, o reflexo foi direto: todos os seus onze candidatos, componentes da terceira maior bancada em São Paulo, perderam os seus mandatos e foram presos¹³³. Assim, durou por volta de dez meses apenas a atividade de Caio Prado como parlamentar.

Essa foi uma época complicada para o PCB e seus militantes, pois novamente o partido estava na ilegalidade, e em meio às disputas internas do partido - na época polarizada pela chamada Conferência da Mantiqueira, em 1943, fortemente orientada pelo grupo comunista conhecido por haver organizado a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) - adotavam uma política de apoio contra o nazi-fascismo e proclamavam Prestes, mesmo na prisão, como secretário geral do PCB. A Conferência não era unânime, polarizava com as perspectivas dos outros grupos e comitês, principalmente de São Paulo, onde Caio Prado militava. Concede nova orientação estratégica para os militantes, a partir do grupo que se constituiu hegemonicamente e mais orientado à liderança de Prestes e à União Soviética¹³⁴. O chamado “*Grupo Baiano*” que esteve à frente desta articulação via o momento político como propício a seguir uma linha de orientação que exigia para derrotar na guerra o Eixo e em nome de uma “união nacional” o apoio à ditadura de Getúlio Vargas¹³⁵. Sua atuação acabou sendo

¹³² Idem, p. 18.

¹³³ Wider, 2007, p. 88.

¹³⁴ Secco, 2008, p. 57.

¹³⁵ Karepovs, 2003, p. 14.

predominante sob todas as circunstâncias, pois o Grupo se reivindicava como o único agrupamento credenciado para reorganizar o partido¹³⁶. De acordo com Gorender (1990), de certa forma o grupo dominante do PCB estava iludido pelos bons propósitos da burguesia nacional, que era até chamada de *progressista*, e indicavam aos trabalhadores uma linha de entendimento com seus patrões para benefício do desenvolvimento da economia brasileira¹³⁷.

Caio Prado apostava em uma aliança ampla e democrática no fim do Estado Novo, entre liberais e esquerdistas; ele havia sido um dos criadores da União Democrática Nacional (UDN), que congregava os indispostos de São Paulo àquela orientação que seguia Getúlio Vargas e lutou em São Paulo formando os Comitês de Ação, numa batalha permanente contra o fascismo do Estado Novo. A formação dos Comitês foi a alavanca para a formação da UDN. Em relação ao episódio, nota Santos:

Caio Prado Jr. lutou a exaustão pela “aliança histórica” do PCB com os liberais que se reuniam nos últimos anos do Estado Novo em torno da UDN. Segundo se lê em várias passagens dos diários de 1945, ele calculava que a amplitude política daquela articulação levaria a acelerar o fim da ditadura e à abertura de um caminho para dar curso às reivindicações populares, onde se processaria uma operação que afastaria as massas do populismo e obteria apoio duradouro da população (SANTOS, 2001, p. 139).

Após o período que passou na prisão, os três meses que seguiram em função da cassação do mandato de deputado estadual, Caio Prado já indisposto com a vida política representativa e as limitações do parlamento, se volta novamente para as publicações e viagens. Foi ao longo de toda sua vida um grande divulgador – no sentido leniniano da propaganda, mas também da agitação – de ideias e ideais de justiça, solidariedade e liberdade. Dedicou-se aos estudos filosóficos e mais tarde à *Revista Brasiliense* e à *Revista Fundamentos*, para as quais escreveu vários artigos. Nesta última, o PCB tinha grande influência. Em 1952, lança o livro *Dialética do Conhecimento*, numa tentativa de resgatar um debate que era central, mas pouco desenvolvido dentro do marxismo brasileiro: o método¹³⁸.

¹³⁶ SANTOS, Raimundo. Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001, p. 142.

¹³⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 21.

¹³⁸ Secco, 2008, p. 96.

A *Revista Brasiliense*, fundada em 1955, era o celeiro de um possível projeto nacional para o Brasil. Publicavam em suas páginas autores de diferentes matrizes teóricas e políticas (da esquerda ao centro) e definia-se pela sua independência política e cultural. Possuía um conselho diretor e um grupo de colaboradores vasto, também formado pelas diferentes tendências de pensamento do cenário acadêmico e político brasileiro, dentre os quais: Manoel Correia de Andrade, Jean Claude Bernadet, Octavio Brandão, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Edgar Carone, Josué de Castro, Afrânio Coutinho, Elias Chaves Neto, Régis Duprat, Gianfrancesco Guarnieri, Andrew Gunder Frank, Astrojildo Pereira, Luiz Pereira, José de Souza Martins, Hebert José de Souza, Michel Lowy etc.

A publicação da revista durou aproximadamente nove anos e, além das questões políticas, abordava aspectos culturais, literários, pintura, arquitetura, teatro e cinema, movimento estudantil, socialismo, comunismo etc,¹³⁹ sendo interditada quando já estava pronto a ser lançado o seu número 52, apreendida e destruída pela Ditadura Militar. Interessante observação de Limongi (2005), que ressalta o período propício para o lançamento da revista, ou seja, ela se insere no momento de crise política, com o suicídio de Vargas e a estruturação de um movimento nacionalista, além disso, Juscelino ganha a candidatura à presidência do país com apoio do PCB. Diz o autor que o seu “*Manifesto de Fundação*” é uma clara afirmação de princípios nacionalistas e que de certa forma se aproveita daquele suicídio para alavancar sua publicação e seu processo de divulgação. A proposta da Revista exposta no Manifesto é divulgar um debate “*em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos*” e que tenham por objetivo a superação do “*atraso econômico do país visando a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura*” (“Manifesto de Fundação”, *R.B.*, n.º1, 1955, p. 1 e 2)¹⁴⁰. A Revista também chamava para si a responsabilidade de proporcionar investigações para “*soluções adequadas*” dos problemas brasileiros, contrapondo-se com as ilusões do progresso que “*mal dissimula*” o atraso econômico do país¹⁴¹.

Um dos principais temas estudados por Caio Prado ao longo de sua vida esteve relacionado à questão agrária. Percebemos essa inclinação desde o seu livro de estreia *Evolução*

¹³⁹ Wider, 2007, p. 93.

¹⁴⁰ LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm. Acessado em 12-04-2012.

¹⁴¹ SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2001, p. 181.

Política do Brasil, mas fundamentalmente nos aprofundamentos que fez durante as teses publicadas sobre a questão para o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1947 (adiado e só realizado em 1954), além da publicação de alguns artigos na *Revista Brasiliense* e nos artigos publicados no *A Platea*. Sempre destacou o aspecto contraditório de nossa estrutura agrária, que preservava a herança colonial com um tipo de produção sempre voltado para fora do país. Nota Iumatti (2007) que até a década de 1940 Caio Prado pensou que a solução do problema estava na execução de um processo de reforma agrária que acelerasse o processo em curso, de avanço da pequena propriedade e formação de um mercado interno para a indústria. Muda sua posição no decorrer da década de 1950 e 1960, quando observa que a saída para a questão agrária se consolidaria a partir da efetiva aplicação da legislação trabalhista, o que garantiria a elevação do nível de vida da população rural e formas mais modernas de inserção social e estabilidade¹⁴². No IV Congresso do PCB, que voltou ao tema da origem da economia agrária estruturada para o sistema produtivo da grande empresa mercantil, Caio Prado ressaltava que por aqui a fazenda mais parecia com as fazendas de escravos romanos do que uma formação social respaldada pelo feudo, daí sua proposta de tributação como mecanismo generalizador para disponibilização da terra¹⁴³.

Entre as décadas de 1950 e 1960 Caio Prado também foi cassado pela Universidade, pois em nenhuma das três vezes que disputou uma vaga para seguir como professor universitário obteve êxito em função da perseguição do governo, do conservadorismo e da política interna que limitou o seu acesso e a divulgação de uma criticidade mais aguçada aos moldes do autor. Em 1954, pleiteia a Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, de certa forma, influenciado pelo seu grupo em torno da *Revista Brasiliense*. Para tanto, apresenta o trabalho intitulado *Diretrizes Para uma Política Econômica Brasileira*. Essa era uma perspectiva que Caio Prado assumia não só para intervenção política, mas também para a divulgação das suas ideias. Nesse concurso, como os professores não tiveram coragem de reprová-lo, outorgaram-lhe ao menos a titulação de livre docente. O trabalho é sistematizado em livro e lançado no mesmo ano pela Gráfica Urupês. Também nesta década, em 1957, lança o livro que seria fruto de um de seus cursos proferidos na Ordem dos Economistas, intitulado *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, pela sua editora, a Brasiliense.

¹⁴² IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 163 e 164.

¹⁴³ SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2001, p. 54 e 55.

Mais tarde, já pelos idos de 1963, é chamado para dar aulas na Faculdade Estadual de Araraquara, que posteriormente viraria a UNESP, e mesmo tendo sido aprovado no concurso, foi vetado pelo governo do Estado. Já em 1968, como apontado no capítulo I, candidata-se ao cargo de Professor de História pela Universidade de São Paulo (USP), mas o concurso é cancelado. Ainda assim, publica em forma de livro a tese apresentada no concurso, intitulada *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*.

2.7 – As Décadas de 1960, 70, 80...: a luta político - ideológica

Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
 Teus ombros suportam o mundo
 e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
 As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
 provam apenas que a vida prossegue
 e nem todos se libertaram ainda.
 Alguns, achando bárbaro o espetáculo
 prefeririam (os delicados) morrer.
 Chegou um tempo em que não adianta morrer.
 Chegou um tempo que a vida é uma ordem.
 A vida apenas, sem mistificação.

Os ombros suportam o mundo – **Carlos Drummond de Andrade**

É de se notar que a década de 1960 foi marcada por uma grande guinada em relação à ascensão tanto dos aspectos culturais como políticos e de uma maior possibilidade de manifestações e expressões artísticas provenientes do teatro, cinema, literatura, do fervor das entidades estudantis, dos movimentos sociais. Tais fatos foram favorecidos pela conjuntura internacional - visto que estavam em voga os reflexos da Revolução Cubana, da Revolução Chinesa e dos programas políticos em torno da radicalização da luta armada; do ponto de vista nacional a conjuntura interna era favorecida pelo governo de João Goulart, com o Plano Trienal e as reformas de base, que levou a maior participação do Estado na economia do país com medidas que possuíam um forte caráter nacionalista e corroboravam para aquele fervor político e cultural da época. Além disso, a abertura democrática que o país vivia também fortificava a participação popular em diferentes esferas.

Sabemos que o ano de 1964 marcou profundamente a história do nosso país e de nossos homens e mulheres. O golpe militar instaurado a partir de então cerceou todas as possibilidades políticas e civis e trouxe um período tenebroso que duraria mais de vinte anos. O PCB não tinha uma explicação convincente aos olhos de Caio Prado para o golpe, mas o partido reafirmava, conforme aponta Jacques Alambert¹⁴⁴:

(...) considerando a dependência do Brasil aos países imperialistas um entrave ao pleno avanço das forças produtivas do país definia como seu objetivo estratégico uma revolução burguesa nacional: que superasse a dualidade da

¹⁴⁴ In: Secco, 2008, p. 109.

economia nacional e os representantes políticos do latifúndio feudal; que internalizasse os centros de decisão econômicos; que desconectasse o país da intermediação imperialista e desse vazão à continuidade do processo de industrialização (In: SECCO, 2008, p. 109).

Conforme aponta a citação acima, para o PCB, independência era pressuposto de desenvolvimento. Além do que, o Partido não teorizava nesse sentido, e ainda mantinha como certo o seu programa de quarenta anos antes, estabelecido em 1933, firmado a partir do Programa da Internacional Comunista de 1928¹⁴⁵ – aquele que levava a uma proposta um tanto quanto esquemática, a partir da leitura de uma realidade distorcida que o partido fazia, respaldada pela ideia de uma dinâmica de resquícios feudais em nossas terras e da revolução democrático-burguesa¹⁴⁶ como via de superação dessa condição.

Foi neste ínterim que Caio Prado, motivado pelo seu marxismo não ortodoxo a partir da linha estratégica do PCB, lança o seu mais polêmico livro, *A Revolução Brasileira*, em 1966¹⁴⁷. Trataremos das principais teses deste livro em capítulo posterior, mas destacamos que, com a crítica de Caio Prado fundamentada neste trabalho, seu Partido não foi mais o mesmo, pelo menos do ponto de vista da rigorosidade conceitual buscada pelo historiador para apontar os equívocos cometidos pelo PCB naqueles anos, ou seja, além de fazer um balanço crítico do pós-1964 enfatizou em relação ao agrupamento uma questão central: como aquela leitura equivocada da realidade levou o partido a adotar programas políticos estratégicos também equivocados.

A história do Brasil na década de 1960 foi um tanto quanto conturbada por conta dos acontecimentos políticos ocorridos nesse período, mas principalmente por conta da Ditadura Militar imposta ao país em 1964. Com mais de sessenta anos de idade e o chamado AI-5 instaurado em 1968, Caio Prado já não mais aguentava o fato de ser preso, acusado, julgado etc. Ainda assim, nesse mesmo ano, havia sido novamente acusado e fora indiciado em processo sob a alegação de incitar o povo à Guerra e luta armada, a partir de uma entrevista concedida a uma Revista universitária. Resolve então novamente, mesmo a muito contragosto, sair do país. Seu primeiro destino foi o Chile, onde conseguiu entrar de forma clandestina e por

¹⁴⁵ Ressalta Gasparoto (1989) que toda a conduta do Partido tinha sido elaborada em 1933, pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, com sede em Montevideu. O Brasil havia sido colocado na mesma vala comum da interpretação em relação aos demais países sul-americanos, asiáticos, africanos, e a revolução brasileira deveria seguir o mesmo caráter.

¹⁴⁶ Esta questão será melhor apresentada no Capítulo III.

¹⁴⁷ Por este livro, Caio Prado recebeu o prêmio Juca Pato da União Brasileira de Escritores, em 1968.

lá acompanhava atentamente a conjuntura do país. No entanto, pouco tempo depois resolve voltar para o Brasil, onde então foi detido e mantido em cárcere no Presídio Tiradentes. Após ser julgado e condenado a quatro anos de detenção, cumpriu regime no Quartel de Quitaúna, onde ficou privado de liberdade até 1971.

Na prisão, Caio Prado dava seguimento ao seu desdobramento intelectual, agora um tanto mais voltado para as questões filosóficas. Escreveu no cárcere o livro *O Marxismo de Louis Althusser / O Estruturalismo de Lévi-Strauss*, publicado pela Brasiliense, em 1971; seus textos publicados na *Revista Brasiliense* sobre a questão agrária também foram compilados e publicados pela mesma editora em obra que ficou conhecida como *A Questão Agrária*, no ano de 1979; e além desses, publica a sua tese *História e Desenvolvimento - A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Econômico*, em 1972.

Ainda a par da retomada histórica em sua análise, lançaria em 1976 um post-scriptum ao seu livro *História Econômica do Brasil*, no qual avaliava a política econômica da conjuntura e sua estimativa sobre o processo de industrialização. Condenava a perspectiva econômica adotada nos últimos anos, ou seja, o “*modelo brasileiro de desenvolvimento*”, fortemente impulsionado pelo milagre econômico, e apontava os limites que de certa forma repetia o procedimento do velho sistema da economia brasileira, pois enquadrava o país ao sistema do capitalismo internacional, mas em uma posição de subordinação. Nos termos de Caio Prado essa conjuntura colocava o Brasil novamente no seio do imperialismo, como mais um simples dependente dele. Além disso, criticava o fato de o país não investir em infraestrutura adequada para produção de bens de consumo.

Caio Prado continuou fazendo as suas viagens pelo Brasil, recebeu inúmeros convites para participar como paraninfo em diversas turmas de formandos no país inteiro, manteve contatos com diversos militantes e intelectuais, permaneceu escrevendo para jornais e revistas, porém com um ritmo um pouco menor, e nunca abandonou o trabalho intelectual. Reedita e publica trechos de seus livros, como *O que é Liberdade* e *A Cidade de São Paulo*, e escreveu *O que é Filosofia*, todos por sua Editora Brasiliense.

Em uma de suas últimas aparições públicas, esteve ao lado de Florestan Fernandes e sua última esposa, Maria Cecília Naclério Homem, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, para apoiar a campanha pelas Eleições Diretas. Interessante que outros intelectuais de sua época e geração fizeram uma opção pelo Partido dos Trabalhadores, o PT, nos anos de 1980, mas Caio Prado manteve-se fiel até o fim de sua vida junto ao seu partido, que podemos dizer, foi quase

de origem.

Pelos fins da década de 1970, será acometido pela doença. Esta o impedia de lembrar-se de coisas muito simples do cotidiano e pouco a pouco começou a ficar cada vez mais grave. Estava com o Mal de Alzheimer. Morreu em 23 de novembro de 1990.

Lembramos por fim, respaldados por Karepovs (2003), parte da biografia de Caio Prado que não foi destacada no corpo do trabalho, pela opção que fizemos. Ressaltamos os aspectos relativos aos seus matrimônios e demais correspondências a partir de então: casou-se pela primeira vez, em 1929, com Hermínia Ferreira Cerquinho (Baby), com quem teve dois filhos: Yolanda (Danda) (1929) e Caio Graco (1931); casou-se pela segunda vez, em 1942, com Maria Helena Nioac (Nena), com quem teve mais um filho, Roberto (1945-1972); teve ainda um terceiro casamento, em 1974, com Maria Cecília Naclério Homem, com quem viveu até o fim de sua vida.

Parte III

O debate político – o sentido da revolução

Capítulo III

3.1 - O Sentido da Revolução – o discurso político e a ciência da transformação em Caio Prado Júnior

Para quê chorar
porque esperamos
que outros venham consolar?

Para quê querer uma ilusão
para apagar uma mentira?

O choro cansou o mundo
e a nós mesmo já causa tédio
e quando julgamos que o riso é choro
ele é riso simplesmente
porque já nem sabemos lamentar

Mas olha a tua volta
abre bem os olhos
-vês?

Aí está o mundo
construamos.

Poema Para Todos – Agostinho Neto

Apresentaremos neste capítulo o debate sobre a perspectiva da transformação ou da revolução, a partir da análise dos livros de Caio Prado Júnior. Tomamos para esta apreciação os referenciais pelos quais visualizamos compreenderem os momentos mais definidores desta perspectiva no autor, qual seja, suas primeiras interpretações e investidas em relação a uma possível ruptura estrutural em nossa economia, política e sociedade calcada nos elementos de seu diagnóstico.

Tomamos emprestado para este estudo um tempo histórico definido pela sua produção que vai de 1945, com o lançamento de *História Econômica do Brasil*, até o seu livro que dialoga com as interpretações cepalinas e desenvolvimentistas, apontando novas perspectivas de interpretação historiográfica, com o livro *História e Desenvolvimento*, de 1968. Procuramos resgatar no conjunto dessas obras como o discurso político do autor se faz mais presente e

projeta as potencialidades para a possível construção da nação ou esboça o que ele considera as vias de um processo revolucionário no país.

Uma das questões centrais em Caio Prado é a necessidade de superação da nossa condição colonial e dependente. Para tanto, projeta virtualmente a partir desta circunstância, os caminhos de uma possível transformação / revolução, sem mesmo nominá-la, pois para ele isto já seria imitação calcada em perspectivas externas a nossa própria realidade. No entanto, uma coisa é evidente, o autor é um sujeito político que se define como comunista e pensa como tal, e tem a certeza de que as desigualdades sociais e a superação da lógica da propriedade privada apenas se extinguirão a partir de formas teóricas claras, radicais e produzidas historicamente em conformidade com a superação dessa contradição. Para um marxista é no socialismo que desemboca a revolução brasileira¹⁴⁸, e mesmo tendo esta clareza e defendendo tal bandeira, não aponta em sua teoria sobre a revolução as nomenclaturas apriorísticas que definem uma ou outra perspectiva. Desta forma, procuramos reconstruir como o autor pensa este processo a partir dos debates em que esteve inserido, e mostraremos como a categoria central de sua análise, ou o *sentido da colonização*, projetou metodológica e politicamente a construção desta ruptura nos termos do autor.

Para tanto, apresentamos como a análise foi fundamentalmente produzida a partir dos seus livros, no período que sinalizamos, e como esta responderá a questão de nosso objeto de estudo. Sabemos que a interpretação de Caio Prado Júnior foi primordial para desmistificar o pensamento dominante na esquerda da época – geração formada no PCB entre as décadas de 1930 a 1960 – e como sua crítica influenciou toda uma geração disciplinada nos termos do Partido Comunista Brasileiro.

É interessante notar que mesmo sendo um militante exemplar e orgânico do comunismo, com uma intensa disciplina partidária e produção intelectual voltada aos termos desta construção, consegue visualizar pela análise concreta da realidade algo para além de sua agremiação. Estabelece que a crítica necessária a seu Partido foi um procedimento fundamental, pois considerava - e esse é o mote orientador da sua crítica e contestação - o quanto o PCB se adequou às orientações teóricas produzidas externamente e longe de nossas particularidades, assim como incorporou mecanicamente em nossa realidade e condição social as perspectivas produzidas e verificadas em processos históricos para além de nossas terras, das nossas relações de produção e das nossas próprias forças produtivas.

¹⁴⁸ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*, 6ªed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 16.

Verificamos o quanto foi importante em sua análise a recuperação do marxismo, nesse sentido que chamamos de heterodoxo. Isso significa que entendemos a adesão de Caio Prado ao marxismo por ele mesmo, avesso à imposição cultural e calcada pelas interpretações ou mistificações majoritárias, ademais, incoerentes com nossa conformidade e realidade social. A partir da análise fundamentada no próprio Marx, consegue estabelecer as relações e categorias necessárias para interpretar o país, com a clareza de um gênio dos trópicos, a partir daqueles pressupostos.

Analizando a nossa conjuntura de um ponto de vista estritamente histórico, correlacionando a infraestrutura e a superestrutura, as classes sociais, o movimento e as forças políticas em disputa nos diferentes períodos da história do nosso país, o historiador e militante chega a conclusões nada ortodoxas em relação às afirmações partidárias mais apaixonadas. Pelo contrário, fundamentado pelas pesquisas historiográficas, bibliográficas e documentais, o alto rigor analítico que nutria como perspectiva para apreensão dos elementos da realidade de forma científica, as suas diversas e diferentes viagens pelos particulares rincões do Brasil e do mundo, este conjunto contribuiu para mesclar e aprimorar uma interpretação singular de nossa realidade econômica, política e social.

3.2 - Os primeiros termos que marcam a perspectiva interpretativa sobre o processo das transformações no país (in)dependente

Já afirmamos em capítulo anterior que um dos momentos significativos da análise de Caio Prado Júnior refere-se ao processo examinado acerca do período após 1808, com a constatação da vinda da família real para o país, a qual antedata a nossa independência política em quatorze anos. Além disso, aponta uma das primeiras medidas tomadas pelo Regente D. João, quando assina o decreto que declara a colônia aberta a todas as nações amigas, e mostra como essa dinâmica envolveu uma gama de características que possibilitaram de certa forma, os primeiros passos rumo à liberdade econômica da própria colônia. Verificamos que aí está o que podemos chamar de germe da superação da condição colonial às vias da passagem para uma economia pautada em outros moldes, em busca de certa autonomia nacional para a criação de uma comunidade pautada em outras relações de produção.

Além disso, em função do desenvolvimento tecnológico e da produção um tanto quanto mais avançada por conta dos incrementos do capitalismo industrial que toma vulto na Europa, esta forma se torna dominante em relação ao capitalismo comercial, e com ele o antigo sistema colonial foi ruindo. Os monopólios que antes davam o tom ao comércio na colônia veem os seus limites no país, tanto internos como externos, e passam a ser um obstáculo ao desenvolvimento da economia do Brasil. Os limites internos estiveram relacionados às funções das tímidas iniciativas manufatureiras que surgem com respaldo dos próprios incentivos externos, mas que ainda eram emperrados por conta do monopólio; os externos, por conta da realidade inexorável do processo industrial e apropriação de todos os mercados, somada ao fim do monopólio exclusivista com Portugal, ou o fim do Pacto Colonial.

Caio Prado aponta que após a desagregação do regime colonial o todo não tardará a ruir. Aquela estrutura colonial conformada por mais de três séculos é altamente abalada e, além do próprio regime, o comércio externo e demais privilégios econômicos, as regalias políticas e sociais, os quadros políticos e administrativos do país, ou seja, a estrutura das classes e o regime servil vão pouco a pouco sendo abalados pela nova conjuntura ¹⁴⁹. É a partir destas circunstâncias que o autor visualiza a possibilidade da formação de uma comunidade nacional e autônoma – a qual, no entanto, destacava ainda em 1945, não havia se completado. Em relação

¹⁴⁹ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 133-134.

à formação desta comunidade nacional com perspectiva autônoma de produção é o primeiro momento significativo que o autor visualiza na sociedade brasileira para algumas daquelas possibilidades de afirmação de uma possível economia nacional pós-desagregação do Pacto colonial, ainda que de forma tímida e dependente de outras economias, como a inglesa, por exemplo. Seriam estas circunstâncias e seu reflexo que dariam as dimensões norteadoras de um novo projeto para esta terra.

Ao se desfazer o domínio metropolitano, o Brasil pouco a pouco vai desenvolvendo seu campo econômico, ao mesmo tempo em que sua ligação com Portugal é quase extinta. O tratado de comércio com a Inglaterra, a grande aliada de Portugal, vai excluindo este das relações comerciais brasileiras. Soma-se a isto a guerra que se prolonga na Europa (período napoleônico), a devastação do reino e seu empobrecimento, as perspectivas da rica colônia que oferecia grandes regalias comerciais além das terras. Dentre outras questões, se destacavam: o desenvolvimento das manufaturas, a construção de estradas, melhoria dos portos, a introdução no país de novas espécies vegetais, a imigração de colonos europeus, o aperfeiçoamento da mineração etc.¹⁵⁰.

O que se nota como consequência daquele processo foi que as importações passaram a ter um peso maior em relação às exportações, já que a produção para o exterior consumia todas as atenções e atividades do país, desestimulando outras iniciativas. A partir do fim do exclusivo metropolitano verifica-se uma nova forma de dependência que se manifestava no déficit da balança comercial externa. Tal situação procedeu da franquia dos portos, que alterou as tarifas alfandegárias para o favorecimento de contatos comerciais mais diversificados.

Caio Prado (1954) notava que era isso que explicava a carência dos gêneros de subsistência e que contribuiu para agravar um dos problemas que o país enfrentava desde a sua independência, qual seja, o equilíbrio do balanço das contas externas, onde a necessidade do país cresce mais que sua capacidade exportadora; por outro lado, a produção interna era lenta e demorada em relação às necessidades criadas, o que obrigava àquela importação¹⁵¹. A franquia dos portos, assim como a mudança nos hábitos que resultaram do contato com o estrangeiro, pelo exemplo de uma corte consumista e o efeito psicológico¹⁵² que essa circunstância exercia sobre as gentes da colônia, vieram à tona para estimular fortemente a criação de novas necessidades, bem como alargar o consumo no país muito mais rápido que sua capacidade de

¹⁵⁰ Idem, p. 139-140.

¹⁵¹ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 121.

¹⁵² Idem., p. 116.

produção. A partir dessa perspectiva, o autor aponta as perturbações produzidas pelo desequilíbrio comercial, em vista do processo da livre concorrência: déficits sendo saldados por capitais estrangeiros por via de empréstimos públicos, juros, criação de tarifas preferenciais sobre as importações, baixo desenvolvimento da organização produtiva, ruína da pequena indústria local, instabilidade social, financiamentos do exterior, etc.

Em relação ao processo político emancipatório e que resulta na independência da colônia pós 1808, Caio Prado faz a análise verificando que havia um desacordo entre o sistema econômico legado e as novas necessidades de um país independente, em que os desajustamentos se constituíam apenas como reflexos daquela contradição, e que nos levaria a uma evolução contraditória. No entanto, havia uma tarefa a se constituir no sentido de criar uma nação soberana a partir da colônia, mesmo possuindo um nível material muito baixo. Para tanto, tratou-se de estruturar e manter um aparelhamento político e administrativo significativos, inaugurar serviços públicos e nivelar o país com o modelo externo europeu. Nos termos do autor, há duas questões importantes a serem tratadas a partir desta constatação pelo século XIX adentro: de um lado, veremos a ampliação de nossas forças produtivas, assim como o rápido progresso material e desenvolvimento tecnológico; por outro lado, a contradição fundamental mantida numa nova ordem, o trabalho escravo¹⁵³.

Em relação ao primeiro aspecto – e que diz respeito também à forma como o país procurou estabilizar as suas contas – se revelava um aspecto positivo, pois constituiu estímulos para a produção interna em substituição a exportação. No conjunto, observa Caio Prado, a depreciação cambial foi um fator importante para o desenvolvimento da indústria manufatureira no país, pois o maior desenvolvimento e prosperidade estiveram relacionados quando a moeda mais se desvalorizou. Anos mais tarde, as guerras mundiais forçaram o país a buscar substitutos à importação¹⁵⁴.

No que diz respeito ao segundo aspecto, o trabalho escravo, esta condição apesar das inúmeras críticas que recebia, inclusive de caráter moral, efetivamente na prática cotidiana não era combatida, pois pela lógica da produção era ainda o que constituía a alavanca principal para a produção no país¹⁵⁵. A supressão do tráfico de homens escravizados africanos, assim como a

¹⁵³ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 149-150.

¹⁵⁴ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 126-128.

¹⁵⁵ Nota Caio Prado (s.d., p. 152) que a posição escravista se reforçou posteriormente ao processo de independência, com a ascensão ao poder e a direção política do Estado daquela classe mais diretamente interessada na conservação do regime, qual seja, os proprietários rurais, que se tornaram sob o Império a força política e

sua abolição, foram um tanto quanto processuais na história do Brasil. Mesmo com a independência política reconhecida pela Inglaterra e o preço cobrado por esta, ou seja, a supressão daquele procedimento, ainda assistiríamos a uma longa jornada para a total ruptura desta lógica perversa. O país se comprometeu até 1826 a proibir o tráfico, e posteriormente a este período, a prática seria condenada como pirataria. No entanto, apenas em 1831 o Brasil promulgou uma lei em que aquele procedimento era realmente proibido, mas ao mesmo tempo, foi nesse período que a classe dos proprietários rurais tornou-se bastante poderosa no país, após a abdicação do trono pelo Imperador. Após o acontecimento o processo é logo reinvertido. Em 1845, o parlamento inglês aprovava o *Bill Aberdeen*, que declarava o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico, quinze anos após o comprometimento do país em extinguir por completo aquele artifício. Mas foi apenas na década de 1850, a partir de pressões inglesas mais objetivas, que houve teoricamente iniciativas mais contundentes para a supressão efetiva do tráfico, com a aprovação da Lei *Euzébio de Queiroz*, que vetou efetivamente o comércio de homens interatlântico.

Lembramos também que, em 1871, o governo consagrava a chamada *Lei do Ventre Livre*, que apesar das suas limitações declarava livres os filhos de escravizados nascidos daquela data em diante. E, doze anos depois, a criação da *Confederação Abolicionista*, a qual congregava a campanha das várias sociedades que lutavam pelo fim da escravidão. Nessa Confederação, os próprios escravizados atuavam como parte do movimento organizando fugas, resistências etc. E, em 1888, a completa abolição, pelo menos do ponto de vista formal, com a Lei Áurea.

Ressaltamos de forma simples e sumária este aspecto e esta circunstância em nossa análise porque Caio Prado aponta que com a abolição efetiva do tráfico se encerrava a fase de transição que se estendia desde a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Aquele seria o último toque do conjunto em relação às reformas que o país passava e que mudaria profundamente a sua estrutura, deixando de ser a colônia submetida ao exclusivismo mercantil de Portugal e se transformando em “*Estado Soberano, aberto à livre concorrência internacional*”¹⁵⁶.

Avaliando os progressos obtidos pelo país no século XIX, o autor destacava que nunca

socialmente dominante. No entanto, se desenvolve também uma posição teoricamente antiescravista no país, por um lado pela contradição da estrutura servil com um novo Estado político; por outro, por ter-se abolido o tráfico, a escravidão seguiria o mesmo passo.

¹⁵⁶ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p.163.

antes até então havia se operado na nossa história um conjunto rápido de transformações, particularmente em relação ao aspecto da distribuição das atividades produtivas, que contribuíssem para modificar a face daquela comunidade em ascensão. Há muitas reviravoltas de norte a sul e inversões sistemáticas de campos e funções econômicas, que se transformaram e modificaram as relações de produção no Brasil, bem como impulsionaram um novo ritmo a estas relações. Por um lado, têm-se as expressões de natureza geográfica, com os deslocamentos econômicos das velhas regiões do norte para sul, o esgotamento do solo de certas regiões, a produção de açúcar em outros países a partir de diferentes derivados, como a beterraba etc.; por outro lado, a decadência das lavouras antes tradicionais e a produção de um gênero de grande importância no mercado mundial, o café, e com ele as possibilidades de desenvolvimento de regiões que antes apenas tinham importância relativa, localizadas mais ao sudeste do país ¹⁵⁷.

Esse processo impacta necessariamente a organização demográfica e geo-econômica do Brasil na segunda metade do século XIX, quando ficam mais perceptíveis as movimentações migratórias de norte a sul – serão povoadas regiões ao sul da Bahia, por conta da produção de cacau; o vale Amazônico, em função da extração da borracha; e, finalmente, São Paulo, pelas grandes perspectivas que se abrem por estas terras, com o café à frente ¹⁵⁸.

Com as transformações em curso, aquele gênero de maior visibilidade e atenção no mercado internacional - o café - se destacava enquanto principal atividade produtiva. Sobre a questão, diz o autor,

A lavoura de café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa “o Brasil é o café”, pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café (...) Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornaram a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também (PRADO, s.d. p. 180).

¹⁵⁷ Idem, p. 169-170.

¹⁵⁸ Em relação aos movimentos migratórios, interessante destacar os dados que compõem a avaliação quantitativa acerca do processo: em relação a São Paulo, da proclamação da República, em 1889, até 1930, o Estado recebeu mais de dois milhões de imigrantes; no Vale Amazônico, em função da riqueza produzida pela borracha, verifica-se que a população subiu de 337 mil habitantes, em 1872, para 1,1 milhão em 1906. (PRADO, s.d. p. 247-263).

A partir do desenvolvimento das lavouras de café será possível observar o reajustamento da vida econômica brasileira que havia sido abalada com a transferência da Corte e a emancipação política do país. Além de ajustar as contas externas, pois houve grandes modificações na política tarifária, contribuiu para o aparelhamento técnico com a criação e ampliação das estradas de ferro, meios de comunicação, mecanização das indústrias rurais, manufaturas, etc ¹⁵⁹. No entanto, a produção intensiva de café também reproduziu a dinâmica da antiga sociedade colonial: produção voltada a poucos gêneros, apenas para exportação em grandes propriedades, trabalhada por braços escravizados ¹⁶⁰.

Como observou Caio Prado, o problema da escravidão será efetivamente combatido de uma forma mais veemente apenas a partir de 1850, o que trará como consequência outra problemática para o país: a deficiência em relação à mão de obra. Tal escassez forjará uma solução rápida ao problema, a imigração europeia. Esta se completou em nossa história marcada pela diferenciação - a qual, até então, nosso país (colônia) conheceu como fruto do processo de colonização, pois fora outrora marcada pela relação de exploração. Agora o processo de recrutamento e fixação de outros povos foi chamado de “*imigração subvencionada*” ¹⁶¹. A imigração nesses novos termos foi estimulada por uma política oficial, para fixação de novos trabalhadores no Brasil e para promoção de seu povoamento.

A imigração europeia, junto com os processos já verificados a partir da vinda da Família Real para o país e o processo de Independência, somada à extinção do tráfico de trabalhadores africanos escravizados e a abolição efetiva da escravidão representam, na visão de Caio Prado, os elementos centrais sobre as circunstâncias e possibilidades para uma possível ruptura, ao menos do ponto de vista econômico e social em nossa sociedade, da passagem de um estágio a outro em nossa formação social, qual seja: da colônia para a possibilidade de formação de uma nação. Cada um desses momentos foi verificado pelo autor, completando um sentido em nossa história e trazendo em sua composição as possibilidades de um novo *vir a ser* em nossa conjuntura, antes da República Nova. Os desdobramentos ocorridos a partir daí sinalizaram reais formas de organização social pautada sob os novos elementos esboçados pelo período

¹⁵⁹ Em relação a este processo, nota Caio Prado (s.d., p. 209) que: “*O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, quatorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, quatro de colonização, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás, e finalmente oito estradas de ferro*”.

¹⁶⁰ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 183-186.

¹⁶¹ Idem, p. 205.

histórico.

Estas foram as grandes etapas decisivas da revolução brasileira que marcaram a nossa evolução, a linha mestra de desenvolvimento rumo à nação de amanhã. A Independência marca a estruturação do Estado brasileiro em relação aos aspectos da centralização política, administrativa e social - com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro se dinamiza o país num todo único - e a partir daí orientará o conjunto da sociedade fundamentalmente no que tange ao aspecto econômico e financeiro. A incorporação da massa trabalhadora, como consequência da supressão do tráfico e abolição, serviu de estímulo à imigração europeia de trabalhadores e o afluxo de contingentes demográficos consideráveis; este artifício teve como implicação a integração da massa trabalhadora no conjunto do país, a ativação da economia e do desenvolvimento do mercado interno, a mudança nos padrões de cultura da sociedade brasileira, além do salto qualitativo e quantitativo proporcionado por esta mão de obra no país. Caio Prado (1978) destaca, a par deste processo, que se superava definitivamente a natureza e a estrutura colonial do país, o que dava margem e possibilidades para a completa integração nacional, ainda que em muitos aspectos ainda incompletas, como no caso da população rural¹⁶².

Com o conjunto das transformações verificadas, o país entrava numa nova fase, a da era econômica que fora desconhecida até então, moderna e financeirizada, que proporcionava concentração de capitais e a expansão das forças produtivas, em uma tentativa de fazer a sincronização das atividades internas com as do capitalismo em âmbito mundial. Como já notamos, esta acumulação seria o resultado direto das lavouras de café e da substituição de trabalho escravizado por trabalho livre. Além disso, a partir do incremento de sua vida financeira a *“multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de Bolsa, permitem captar e mobilizar, em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista”* (PRADO, s.d. p. 212). No entanto, cabe ressaltar que mesmo com todo o desenvolvimento econômico verificado até então na época sob o Império, o autor aponta a questão paradoxal: acerca da instabilidade financeira do país, em que *“as violentas oscilações da moeda, refletidas no câmbio exterior e no seu poder aquisitivo interno; as não menos bruscas e fortes contrações e expansões do meio circulante, do crédito, das atividades financeiras, sem correspondência alguma com a situação econômica real do país”* (PRADO, s.d. p. 219), trouxeram à tona a instabilidade verificada pelo autor.

No mais, as iniciativas econômicas tiveram sempre por pressuposto as contingências

¹⁶² PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 83-85.

externas e aleatórias, o que fez com que a produção se consumisse sempre de forma especulativa, podendo gerar riqueza, assim como o seu aniquilamento. Daí a reafirmação acerca dos processos de instabilidades notados por Caio Prado, que se generalizam em relação a todos os ciclos econômicos que a colônia perpassou desde o início do domínio português.

Outro fator interessante que ressalta as perspectivas de nossa interpretação a partir da análise de Caio Prado Júnior e mostra as transformações que contribuíram para o desenvolvimento da nossa estrutura econômica e o desenvolvimento das forças produtivas no país, diz respeito ao processo das finanças internacionais. De certa forma, com a manifestação da República, que concorre para o estímulo e desenvolvimento das atividades econômicas, o desejo de enriquecimento e de prosperidade material com os chamados *homens de negócio*¹⁶³ mais as expressões dominantes externas, estimularam a criação e ampliação das filiais de grandes bancos estrangeiros no país, colocando os interesses dos setores financeiros em todas as esferas da nossa economia. Sobre o conjunto da questão, conclui o autor:

A abolição da escravidão e a conseqüente transformação do regime de trabalho (com a imigração estrangeira por corolário); o rompimento dos quadros conservadores da monarquia e a eclosão de um novo espírito de negócios e especulação mercantil; a acentuação e consolidação do domínio da finança internacional na vida econômica do país (e são estes em suma, os fatores que direta ou indiretamente interferem na vida brasileira desde os últimos anos do século passado e vão provocar a crise de transformação por que passou), estes fatores não são senão passos preliminares e preparatórios que farão do Brasil uma nação ajustada ao equilíbrio mundial moderno, e engrenada, se bem que no lugar próprio de semicolônia para que a preparara a evolução anterior, no círculo internacional do imperialismo financeiro. Da súbita irrupção destes fatores na vida brasileira decorrerão as perturbações sofridas. Mas aos poucos o país se afeiçoará à nova situação (PRADO, s.d. p. 246).

Verificamos que Caio Prado aponta do ponto de vista da relação entre a infraestrutura e a superestrutura da sociedade brasileira os elementos mais elementares de sua composição - e como nesta relação observa as possibilidades de sinalizar a construção de uma economia nacional respaldada por outros valores e uma nova dinâmica. A comunidade nacional virtualmente projetada pelo autor ainda seria uma plataforma a ser constituída com muito custo em nossa conjuntura, pois todas as deficiências apontadas em nossa formação ainda estavam latentes. Desta forma, a ausência de progresso técnico, a carência de capitais, a deficitária

¹⁶³ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 228.

estrutura do país, a acumulação capitalista - que se esboça à custa do empobrecimento do povo - e uma indústria que se forma a par das vicissitudes do comércio externo, conformaram o pano de fundo das possibilidades de nossa condição.

Para além destas circunstâncias, cabe salientar a função do imperialismo em nossa economia colonial. Sua atuação é profunda, pois tem origem nos empréstimos concedidos pela Inglaterra ao país a partir do processo de nossa independência política. A finalidade comercial do empreendimento inglês revelava a sua faceta: consolidar a autonomia política do Brasil e posteriormente contar com o livre-arbítrio em seu comércio para manter o predomínio em terras tropicais. A disseminação dos bancos e agências internacionais cumpriu o processo que garantiria a especulação financeira forjada por aquele processo, seja para a valorização do café, para os investimentos em empreendimentos industriais, em empresas de serviços públicos (estradas de ferro, energia e serviços portuários) ou em empresas subsidiárias aqui instaladas, o imperialismo atuou para internacionalizar a vida econômica do país.

Em relação ao ápice da manifestação imperialista nos trópicos, destaca Caio Prado (1954) que a diferença entre a atuação antiga, em que o papel da colônia era de simples fornecedora de artigos para a Metrópole, e o monopólio sobre tais circunstâncias, nesta nova etapa que podemos considerar final, o país passa para a dominação do capital industrial de forma que:

(...) já não se tratará mais como no passado de monopolizar o comércio de artigos coloniais, e sim dominar as atividades econômicas em geral, fossem de qualquer natureza e situação geográfica, a fim de estruturá-las convenientemente no sentido de produzirem e canalizarem em benefício dos detentores do capital (e do grande capital financeiro em nossos dias) a maior soma possível de mais valia. (...) o capital financeiro se sobrepõe inteiramente a essa troca em conjunto e centraliza ou procura centralizar em suas mãos todas as diferentes operações financeiras de que se compõe, a saber, a compra e a venda nas diferentes fases da troca. Não se trata mais apenas de adquirir para a venda os gêneros coloniais (como se caracterizava a época do capitalismo comercial), nem mesmo unicamente de abrir mercados para as manufaturas das grandes potências industriais (como se verificou no Brasil desde o início do século passado e depois da abertura dos nossos portos); e sim de tudo isso ao mesmo tempo e entrosado num sistema de conjunto em que a circulação das mercadorias através das diferentes formas que ela vai adquirindo desde a matéria-prima até o produto acabado, bem como as correspondentes fases sucessivas de produção e consumo em cada uma dessas etapas, tudo isso se realiza sob a hegemonia dos detentores do capital financeiro, e canalizando para eles a mais-valia captada nos diferentes momentos do processo (PRADO, 1954, p. 93-94).

A passagem acima, apesar de um pouco extensa, nos dá a dimensão operada pelo imperialismo e a etapa neocolonial que, segundo o autor, caracterizou nossa economia. Contudo, destacava em sua *História Econômica do Brasil* que a análise do imperialismo revela características particulares entre nós, de certa forma negativa e positiva. Em relação ao primeiro aspecto, o imperialismo atuou como poderoso fator de exploração da riqueza nacional e todo este processo se orientava de forma a que os benefícios se dirigissem para uma burguesia externa, com interesses estranhos ao país; a intervenção foi totalitária, ou seja, atuou na economia desvirtuando seu funcionamento e subordinando sua estrutura a fatores estranhos em relação às verdadeiras necessidades da sociedade - por exemplo, quando manteve a economia brasileira no exercício de funções primárias; por último, a ação do capital estrangeiro atuou como elemento perturbador das finanças nacionais, os distúrbios externos refletiram internamente em nossa organização econômica¹⁶⁴. A base sólida que legitima positivamente, e que vimos, conforme Caio Prado, contribuir para reforçar a infraestrutura do país, diz respeito à forma como o imperialismo entrosou a economia brasileira ao sistema internacional do capitalismo mundial, integrando nosso sistema de maneira completa ao ritmo das economias modernas, contribuindo para a criação e ampliação de um mercado interno e desenvolvendo, ainda que com limites, o consumo.

Notava Caio Prado (1954) que a razão fundamental pela qual o imperialismo se apresentava com feições positivas no Brasil, a ponto de ter o acolhimento que teve, é que contribuiu com o reforçamento do sistema econômico vigente, pelo qual apoiava toda sua existência. Desta forma, o autor considera que na perspectiva daquele sistema, o imperialismo fosse tido como progressista por algumas questões fundamentais: o estímulo à produção primária de artigos de exportação; o financiamento que o capital imperialista teve para a lavoura e comércio de café; a contribuição no setor dos transportes. No entanto, não deixa de constatar que as transformações daí derivadas estão circunscritas no reforçamento do sistema colonial vigente, nas palavras do historiador¹⁶⁵: “*neocolonialismo da etapa imperialista do capitalismo*”, como já notamos.

¹⁶⁴ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p. 307-309.

¹⁶⁵ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 92.

3.3 - A análise que opera a perspectiva da mudança estrutural do Brasil na interpretação de Caio Prado Júnior

A observação de Caio Prado em relação aos procedimentos científicos até então verificados, não dão conta de responder de forma integral às problemáticas do país, fundamentalmente, em relação aos aspectos econômicos. Nesse sentido, aponta que todos os problemas que conformaram a sociedade brasileira não devem ser lidos de maneira isolada, em que as soluções aparecem também de maneira separada e distinta. Para ele, qualquer perspectiva analítica sobre as questões de nossa estrutura devem ser vistas em conjunto, porque *“são as relações humanas e as ações que nelas se configuram, que constituem o conteúdo real do fato econômico”* (PRADO, 1954, p. 14). Desta forma, empreende a questão de que, em relação ao Brasil, *“uma colcha de retalhos”* em sua compreensão, o procedimento analítico não pode encerrar-se pelos mesmos métodos da economia clássica, pois terá necessariamente que adquirir um ponto de vista que seja específico, que dê uma visão de conjunto, e para ele, como já destacamos, esse é o ponto de vista da história que não se explica por si, mas em função dos processos que o concebeu, envolvendo a totalidade do país, diz o autor: *“os fatos econômicos naturalmente se relacionam entre si e com o conjunto da existência da coletividade considerada”* (PRADO, 1954, p. 19).

Desta forma, a análise sobre o Brasil deve considerar a convergência dos interesses dos povos aqui instalados e a exclusividade das suas preocupações comerciais - e como este processo projetou as características da economia, assim como da política, em que o enriquecimento e o comércio foram os principais motivadores daquela perspectiva. A resolução dos problemas brasileiros está na base da sua própria estrutura econômica, ou seja, é por ela que o autor julga necessária a resolução dos problemas mais latentes, livrando o país do círculo vicioso em que se encontrava desde o processo de colonização ¹⁶⁶.

Caio Prado adiantou em doze anos uma análise que se consumaria apenas em 1966, com o livro *A Revolução Brasileira*, pois já apontava - e fica a nossa questão investigadora para outro trabalho - na monografia *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, um esboço do que seria o livro de 1966, tanto do ponto de vista da sua proposição científica, como da política. Sabemos que nesse intervalo de pouco mais de uma década entre um livro e outro o

¹⁶⁶ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 51.

historiador foi fundador da *Revista Brasiliense*, na qual aponta, estuda e amadurece o diálogo e investigação acerca do Brasil, da conjuntura internacional, das nossas bases nacionais e, ao que nos parece, também fundamenta as vias que vão eclodir com a perspectiva apontada em livro de 1966¹⁶⁷. Não tomaremos aqui, por questão de limitação e recorte de nosso trabalho, os artigos daquela revista, por entendermos que a projeção mais objetiva de sua análise está circunscrita naquela produção de 1966.

Com as devidas proporções delimitadas ao plano de cada uma das obras, cada qual trata a seu modo de certa especificidade analisada, mas com muitas aproximações no que diz respeito ao método. Resumidamente, o livro *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, dialoga fundamentalmente com duas perspectivas: por um lado, com os desenvolvimentistas da CEPAL, pelo qual o autor considera duas questões fundamentais: a inovação em relação ao seu aspecto analítico até então produzido pelas análises, mas também suas limitações, por se eximirem de uma perspectiva histórica mais apurada na demonstração dos fatos que constituem processualmente a nossa realidade, bem como as expressões de conjunto do movimento que conformou nossa forma de ser, ou seja, afirmam o inexorável desenvolvimento do capitalismo dentro da ordem vigente como algo progressivo, dentro do ritmo de cada país, em cada condição histórica determinada. De outro lado, o embate às receitas da Economia política de cunho keynesiano que não se aplica em nossa estrutura e condição econômica.

No debate sobre as nossas perspectivas políticas e econômicas em *A Revolução Brasileira*, o mote é a controvérsia acerca do caráter da revolução no país e a confrontação com seu partido (PCB). Caio Prado atendo-se à análise concreta da realidade aponta as premissas da superação de nossa condição a partir dela mesma e rechaça a interpretação calcada em elementos estranhos a nossa realidade. Os dois livros têm em comum o método investigativo da observação das situações concretas e a projeção de uma ciência que atente à superação das nossas limitações em todos os aspectos, projetando virtualmente as vias necessárias à construção deste processo. Em um plano alto da teoria analítica, apresenta o marxismo como a referência norteadora de toda sua exposição. Nossa intenção daqui pra frente é trazer a apreciação de Caio Prado a partir das obras em conjunto, procurando identificar a elaboração

¹⁶⁷ Além dos artigos que compõem a revista, escreve o livro *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, em 1957, do qual tomamos também a sua análise para verificarmos em toda construção do período proposto os argumentos que nos interessam, ou seja, a particularidade da proposta e do processo de transformação política e econômica em relação a nossa estrutura, partindo das análises verificadas pelo autor nesse conjunto de obras.

científica e a proposição política conjugada nas obras do período em questão. Em nosso ver, não há dissenso de ideias na temporalidade das obras verificadas, mas complementação de proposições.

Procurando trazer à tona o discurso político de Caio Prado em meio à ciência operada pelo autor, já que esta é a base de sua interpretação, vemos que ainda em 1954 destacava o seguinte aspecto metodológico em relação à análise de nossa condição econômica e social: para nos ocuparmos dos problemas brasileiros é necessária consciência do processo no qual o país esteve inserido e a capacidade de despontar este processo como ação; além disso, assinalava que o conhecimento adquirido em função deste procedimento pode nos proporcionar a projeção de diretrizes da futura evolução econômica, ou seja, a contribuição para a construção de uma concepção teórica a partir dos instrumentais existentes, mas que seja também expressão teórica de nossa particular conjuntura¹⁶⁸. Para este procedimento, aponta o autor: só a dialética materialista pode oferecer as bases para as considerações que se almejam sobre a realidade brasileira, pois, por meio desta análise, é possível buscar a objetividade nos próprios aspectos considerados da história, assim como da realidade econômica e política do país¹⁶⁹. A teoria da revolução brasileira, para ser algo prático em relação aos fatos, será a interpretação da conjuntura presente e da história que resulta: é nisso que consiste o método dialético, interpretação e não um programa *a priori* dos fatos que a constitui¹⁷⁰.

A partir desta constatação, Caio Prado procura verificar nos ciclos de nossa história econômica como de fato esta se compôs processualmente, para posteriormente considerar algumas conclusões, ou seja, as características do *sentido da colonização* em nossa forma de ser e as possibilidades de ruptura em relação a esta dinâmica pretérita. Nesse sentido, e em primeiro lugar, constata em toda sua análise acerca do período colonial que nossa conjuntura econômica foi organizada e evoluiu em função do comércio externo, e tudo o mais que nela se encontra é secundário e só existiu para manter o funcionamento do sistema em função do primeiro - setor externo e mercado interno. Aponta o caráter de cada ciclo, como já mostramos no capítulo I, em que uma fase de ascensão sugere outra necessariamente de esgotamento, e assim se constituiu em função daqueles produtos com maior rentabilidade no mercado

¹⁶⁸ Reforça essa condição em 1957, em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, obra em que aponta a necessidade de articular a análise econômica, a teoria e a prática, o pensamento e a ação como a condição essencial da construção das teorias econômicas particularmente em países como o Brasil (PRADO, 1966, p. 9).

¹⁶⁹ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 52-57.

¹⁷⁰ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 19.

internacional. Diz o autor (1954) que nosso marginalismo é produto da decomposição de um ciclo que já foi florescente, e isso acabou sendo uma regra em todos os períodos da história do país. De certa forma, Caio Prado está considerando o processo de instabilidade que marcou profundamente o desenvolvimento econômico do Brasil, pois toda nossa história está submetida e marcada por esta deficiência. Afirmar que uma análise feita à luz da história aponta,

(...) todas as fases de desenvolvimento, desde as primeiras e mais rudimentares de pioneirismo semibárbaro, até as de um super-desenvolvimento que para nós significa sempre decadência porque assinala o momento em que se esgotam as potencialidades do ciclo, e parece, por perda de seu objetivo, a empresa que condicionou o desenvolvimento anterior (PRADO, 1954, p. 68).

Há aqui um debate com a perspectiva de análise desenvolvimentista onde o autor afirma a sua perspectiva, esboçada acima, e apresenta a crítica que faz à interpretação cepalina. Nesta, mostra os limites da Teoria do Desenvolvimento que distingue uma única linha de progresso para o país, de forma a se orientar em um mesmo sentido, dentro de uma ideia de desenvolvimento necessário, mesmo que não efetivamente, mas potencialmente. Segundo Caio Prado, se esta interpretação é aceita, temos de aceitar o Brasil como retardatário, e mais ou menos estacionário em muitos dos seus setores. No entanto, apto a encetar um processo de desenvolvimento. O historiador ainda aponta que essa concepção enquadra o país de forma equivocada num plano pré-fixado pelo desenvolvimento da economia europeia e norte-americana. Nota que os componentes econômicos e sociais que se configuraram naquelas localidades não ocorreram no Brasil, pois por aqui temos algo vindo de fora, ou seja, *“superposição de formas capitalistas que atingiram e contaminaram mais ou menos profundamente a econômica brasileira”* (PRADO, 1954, p. 68-72). Resume o processo apontando o argumento da simplicidade falha da análise desenvolvimentista com a seguinte observação:

A teoria corrente do desenvolvimento considera apenas o aspecto quantitativo desse desenvolvimento (a “quantidade” de progresso econômico), sem dar maior atenção às diferenças *qualitativas* do desenvolvimento, a saber, o tipo ou categoria de situação ou de evolução econômica em que se enquadra cada país ou grupo de países. Assim, para exemplificar, a diferença a considerar

entre os Estados Unidos e o Brasil, do ponto de vista do desenvolvimento, seria unicamente o fato da disparidade do progresso econômico entre um e outro, o que se exprime em primeiro e principal lugar pela grande diferença da renda nacional respectiva (...) No sistema internacional do capitalismo de nossos dias os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles, que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição economicamente subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários – matérias primas e gêneros alimentares – aos países centrais do sistema (PRADO, 1966, p. 191-192).

Se na base de nossa condição econômica está a dependência dos mercados externos e a questão de o país ser o produtor de mercadorias para aqueles países, além de nossa economia se estruturar em função desta condição por um lado estranha a nós, tal processo foi uma constante em nossa evolução e se prolongou até a formação de uma economia modernizada e industrial, mas que, no entanto, teve repercussões importantes que atingiram a nossa condição social. Em relação ao trabalho, por exemplo, contribuiu para efetivação do trabalho livre, mesmo que a partir de processos imigratórios; por outro lado, a feição capitalista que se desenvolveu por aqui reforçou ou manteve a antiga estrutura agrária. O Brasil permaneceu produtor daquelas matérias primas para o mercado internacional e continuou girando em círculos, conforme notou Caio Prado (1954).

Uma das questões centrais no debate apontado pelo autor e que seguirá a sua linha de interpretação a partir das constatações feitas acima, está ligada ao caráter da revolução brasileira. Em um debate com as correntes de esquerda identifica em sua análise a particularidade de nosso modo de produção, totalmente dissociado e distinto da compreensão dominante até então. Fundamentalmente contrária à de seu partido, o PCB. Citamos a questão porque Caio Prado já apontava no livro de 1954 o diagnóstico esboçado anteriormente sobre a formação econômica e social do país, embora só concluído de forma mais elaborada em 1966¹⁷¹. Nesse sentido, contesta a interpretação que se tinha sobre o Brasil, dominante neste campo, segundo a qual o país se encontrava numa fase pré-capitalista, o que dava margens ao entendimento de que estávamos em um processo evolutivo rumo ao capitalismo. De certa forma, quando as análises aproximam o Brasil desta perspectiva, desconsideravam o

¹⁷¹ Notamos que um dos debates centrais colocado pelo autor e que correspondeu à interpretação contrária a seu Partido foi elaborada em 1942, com sua obra máxima da historiografia brasileira *Formação do Brasil Contemporâneo*, lá apresenta a tese sobre a diferença entre a grande propriedade escravista ou a grande exploração agrícola da grande propriedade feudal.

desenvolvimento de uma série de características, como a germinação dos processos que levariam o capitalismo a ser o que é entre nós. Na Europa, foi a negação do sistema feudal de produção, mas no Brasil, apontava Caio Prado, o nosso sistema econômico não derivou necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas internas e do esgotamento de outro sistema econômico dominante. Por aqui foi uma imposição a partir de contingências estranhas e se construiu “*em função e oposição ao sistema econômico brasileiro, isto é, sistema de país periférico e de economia complementar*”¹⁷².

Outro aspecto importante observado por Caio Prado (1954) diz respeito à ideia da atuação do imperialismo em nossa economia. Tal leitura, assim como a interpretação equivocada de que havia resquícios feudais entre nós, implica um conjunto de proposições políticas a partir da leitura de realidade que se faz da nossa conjuntura. Nesse sentido, como nota o historiador, com claras referências a Lênin, este se constituiu pela fase na qual o capitalismo industrial passa à predominância absoluta do capital financeiro sobre a economia dos países capitalistas, pois é nesta fase que o capitalismo assume uma feição imperialista e passa a manter uma dominação internacional do conjunto das economias, da política etc, internacionalizando-os. No Brasil o imperialismo encontrou uma situação ideal, a dependência do país em relação ao capital internacional fez dele um campo aberto à sua atuação, pois já era um apêndice daquele mercado, por aqui todas as premissas capitalistas já estavam incorporadas na ordem econômica que se organizou em função de atividades mercantis, como já destacamos anteriormente. O autor faz a distinção em relação à atuação do imperialismo com as colônias ou semicolônias do Oriente asiático, onde constata que o sistema encontrou por lá estruturas sociais e econômicas mais consolidadas pela sua própria história¹⁷³, e por isso, reagiram muito mais violentamente contra a imposição e penetração da dinâmica imperialista em seus territórios¹⁷⁴, diferentemente do que se observa nos trópicos americanos. Na América Latina se deveria observar que a penetração imperialista se deu de maneira imbricada e entrosada na vida econômica, política e social de todos os países da região, que desde sempre participaram das relações que constituíram as relações econômicas capitalistas¹⁷⁵.

De qualquer forma, o imperialismo representou uma inserção um tanto quanto profunda na economia dos países coloniais, colocando-os na dependência estrutural do capital

¹⁷² PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 76-78.

¹⁷³ Ver nota 190.

¹⁷⁴ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 85.

¹⁷⁵ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 68.

internacional, incluindo o mercado interno à sua subordinação completa, pois estes são supridos por importações que representam justamente o momento de afirmação da dinâmica imperialista em tais regiões e contextos, diz Caio Prado:

(...) as indústrias imperialistas que se instalam nas colônias, como aqui no Brasil, com a finalidade de operar para o mercado interno, não constituem na generalidade dos casos senão um complemento daquele comércio importador e nele se entrosam nitidamente. (...) Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando representantes ou agências comerciais. Mais tarde, para se aproveitarem, além de outras conveniências, da mão de obra mais barata e dócil que o país lhes oferece, instalam aqui indústrias subsidiárias que são como prolongamento delas, uma seção de acabamento dos produtos (PRADO, 1954, p. 99-100).

A partir da constatação da forma como o mercado internacional (imperialismo) atuou em nossa economia, ou seja, por um lado diversificando a produção, em particular a indústria, mas por outro lado, após as mesmas empresas imperialistas se instalarem no país, monopolizando-a, Caio Prado aponta que uma prática política mais coerente deve surgir a partir do próprio processo de desenvolvimento destes acontecimentos¹⁷⁶, ou seja, “(...)averiguar, com base nos fatos da evolução econômica e da conjuntura atual em que nos encontramos, qual a política econômica proposta por esses mesmos fatos tal como eles efetivamente se apresentam e se desenvolvem” (PRADO, 1954, p. 106). Mesmo apontando que a diversificação das atividades produtivas, assim como a indústria, trazem modificações significativas no conjunto da economia brasileira, representando um passo importante na superação da velha condição colonial, por outro lado, nota que reforça o sistema ou mesmo o renova sob outras bases, pois os interesses dos *trustes* aqui instalados pautará o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira¹⁷⁷, colocando a economia a seu serviço, diz Caio Prado,

Numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação consequente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí

¹⁷⁶ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 105.

¹⁷⁷ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 88.

proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa substância, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país (PRADO 1978, p. 89).

A política ou o conjunto das leis econômicas propostas, como expressão do procedimento científico daquilo que se analisou, deve surgir como consequência das contradições verificadas pelo desenrolar dos fatos, ou ao menos, das possibilidades que orientem as ações a partir do que se verificou em relação ao mercado interno brasileiro, ora constituído a par do sistema colonial, como essência daquela nossa condição econômica¹⁷⁸, numa tentativa de frear o empreendimento imperialista, o principal responsável pelas limitações e deficiências econômicas que constrangeram o desenvolvimento brasileiro.

Ao fazer a crítica à noção de desenvolvimento, é interessante observar como o autor situa duas questões em relação ao processo e à concepção: por um lado, verifica que não é possível que o desenvolvimento dentro do atual sistema econômico se transforme automaticamente em outro tipo, pois a mudança qualitativa não pode ocorrer senão por meio de *recomposição*; por outro lado, da *transposição* para outro plano e sistema. Ressaltava Caio Prado (1954), verificando a base real de nossos problemas, que antes de sugerir qualquer direção ou um processo de desenvolvimento, fazia-se necessário verificar na realidade econômica do país quais as direções que se apresentavam e se se achavam maduras suficientemente para implementá-las em nossa conjuntura. Sobre a questão, diz o seguinte: “*a solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, hão de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem*” (PRADO, 1978, p. 14).

O nosso sistema econômico, como expressão do sistema colonial presente até então, é verificado pela desproporção entre as perspectivas e oportunidades que o próprio sistema oferece, bem como do nível de necessidades que a sociedade brasileira necessita para dele viver. O efeito direto, como já notamos, é a limitação das nossas forças produtivas por sua dependência em relação ao mercado externo, já que o interno é inteiramente condicionado por este. No entanto, esta mesma limitação, no que diz respeito à desproporção entre as necessidades da sociedade brasileira, assim como as restrições ao desenvolvimento das forças

¹⁷⁸ O autor ainda destaca o aspecto individualista e anárquico de nosso sistema, impulsionado fundamentalmente e em última instância pela livre ação individual de milhões de homens determinados por sua conta e risco - *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 106.

produtivas em função do nosso sistema econômico vigente, sugere sob outro aspecto e como perspectiva algo de novo tipo, *“uma economia propriamente nacional em que se entrossem e articulem diretamente entre si aquelas necessidades do país e as suas forças produtivas; em que produção e consumo se integrem num conjunto e unidade onde evoluam (...) sem serem condicionadas”* (PRADO, 1954, p. 160). Apreendemos que Caio Prado procurou salientar nesta sua análise a necessidade de o país constituir uma base econômica onde o parâmetro não seja o mercado externo, mas uma atividade produtiva que se desenvolva a partir das necessidades próprias do país, onde o consumo condicione a produção e vice-versa.

Entendemos que com estas proposições esboçadas em 1954, Caio Prado opera a partir de nossas bases econômicas reais uma condição analítica e propositiva também distinta, em que, a partir da ausência de um modelo pré-definido, mas respaldado pela análise concreta da realidade de nossa economia (colonial), apresenta um esboço das formas de superação daquela condição que estariam na ampliação e materialização de um mercado interno que estimulasse o consumo e a produção. Por mais que pareça distinto de nossa opção política ou algo que só reforce a lógica e estrutura dominante do capitalismo e de uma situação política posta pela situação histórica existente, há nesta via uma compreensão processual de desenvolvimento das nossas forças produtivas que consolide não só a nossa condição objetiva, mas também a subjetiva, ambas respaldadas a partir das limitações da dinâmica histórica verificada pelo autor.

No entanto, cabe ressaltar a afirmação de Caio Prado, na qual aponta a obviedade sobre onde desembocará o processo, diz o autor: *“é claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira (...) o socialismo é a direção na qual marcha o capitalismo (...) isso contudo representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado”* (PRADO, 1978, p. 16). Em relação ao processo brasileiro, há uma observação importante que o autor esclarece essa perspectiva:

Mas no Brasil, país periférico do sistema e onde o capitalismo não é por enquanto senão função dessa posição marginal e complementar que ocupa, a questão se apresenta diversamente. Nós temos ainda, por assim dizer, que “construir” o nosso capitalismo; e é assim da maior oportunidade uma concepção que chama a atenção para uma das peças essenciais do sistema, o mercado, de que a Economia clássica nunca se preocupou devidamente porque era um dado implícito nas condições do Velho Mundo, e depois dos Estados Unidos por força do rumo que tomou lá a colonização; mas que no Brasil se apresenta em circunstâncias peculiares, isto é, não se integra com a produção num sistema de conjunto (PRADO, 1954, p. 199).

O pano de fundo deste debate, a partir das constatações observadas por Caio Prado ao fazer a análise da nossa história é o da proposição de uma nova economia¹⁷⁹. Incitada ao encontro das precisões teóricas de uma economia a ser elaborada em função das nossas reais necessidades, do nosso mercado interno e que rompesse a totalização absoluta dos termos clássicos e aplicáveis a todos os tempos e épocas e demais condições, nota que o ponto principal de seu desenvolvimento econômico está correlacionado ao estímulo do consumo, pois, pela análise de nossa própria condição, verifica que esta característica ao estímulo comercial foi o fator peculiar de nossa conjuntura econômica em todas as fases da produção.

Em suma, sua análise não visa “*traçar um programa para política de mercado*” (PRADO, 1954, p. 223), mas apontar proposições para uma política que propenda à transformação da economia brasileira em feições distintas do que está posto e que atenda às necessidades reais da sociedade, dentro das próprias relações capitalistas de produção que nos conformou. Essa análise parte do fato de o autor averiguar que no Brasil não se constituiu, a exemplo de outros países, a eclosão e o progresso de um capitalismo nacional, que desse impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, aponta o legado colonial como um entrave no que diz respeito à estrutura agrária de produção, pois seu reflexo é visto na concentração de propriedade fundiária e monopólio das terras que constrange a produção agropecuária e o próprio desenvolvimento do sistema; aliado a isso, outro fator que limita ainda mais esta condição é o sistema financeiro ou o imperialismo, como já destacamos suas principais consequências. Enxerga que parte da solução estaria no desenvolvimento de um mercado interno e aproveitável, de maneira a orientar as ações produtivas em conjunto para que se alertem os mercados e prevaleçam os estímulos que podem e desejam proporcionar.

O Brasil passo a passo emerge daquela estrutura colonial em direção à formação de uma economia qualitativa e quantitativa diferentes. Os braços que construíram este país se tornam cidadãos e participantes efetivos da vida nacional em substituição ao mero negócio que o constituiu desde o início dos tempos, o conjunto da sociedade se transforma e diversifica-se e a economia, no que diz respeito à constituição de um mercado interno, superaria as expectativas do externo, orientando as atividades produtivas. A indústria corresponde em última instância à

¹⁷⁹ Afirmava esta condição também em 1957: “*o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõe-se uma política econômica inspirada em concepções originais ditadas pela especificidade das condições em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica.*” (PRADO, 1961, p. 213-214).

eclosão desta perspectiva¹⁸⁰.

No mais, Caio Prado (1954) mostra que as inversões de capitais quando da exportação e importação de produtos e tecnologias, por mais limites conjunturais que apresentassem em relação ao equilíbrio da nossa condição interna é o que vinha a compensar o desequilíbrio econômico. Este processo desenvolve o mercado interno, contribuindo para que a produção das atividades - antes apenas reunidas em torno da produção para a exportação - se desloquem aos mercados internos, proporcionando a concorrência com o próprio mercado externo. A repercussão desta dinâmica em condições econômicas de subdesenvolvimento se apresenta sob dois aspectos: de um lado, o crescimento endógeno do mercado estimula as importações em prejuízo dos saldos comerciais e, portanto: “*da capacidade de fazer frente ao serviço financeiro dos capitais estrangeiros*”; de outro lado, prejudica as exportações, com efeito sobre o balanço de contas, pois desvia recursos para a produção de artigos de consumo no mercado interno¹⁸¹.

No entanto, Caio Prado (1961) deixa bem claro que dada a natureza histórica da economia de países subdesenvolvidos caracterizadas como complementar e subsidiária, não se operam condições adequadas de compensação dos desequilíbrios verificados a fim de restabelecer aquilo que foi rompido. Para fazer frente a esta proposição, ressalta a posição do Estado nesta dinâmica, quer dizer, o controle estatal teria um papel fundamental de conter as contas externas para assegurar o equilíbrio econômico, eliminando a intermediação privada deste processo e monopolizar o comércio externo e as transações financeiras em geral, o que implicaria, segundo o autor, não só na distribuição organizada dos artigos de importação, mas a centralização deste comércio, bem como a fixação dos preços da moeda nacional¹⁸². Tudo isso visando à construção de uma economia em bases efetivamente nacionais.

¹⁸⁰ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 82.

¹⁸¹ PRADO, Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 194-196.

¹⁸² Idem, p. 221-222.

3.4 - A Contundência da Crítica da Crítica Crítica

Assim como Marx e Engels combateram em seus textos teóricos e filosóficos o círculo de Bauer e dos hegelianos de esquerda, os quais se julgavam dotados de uma razão absoluta e da crítica mais feroz e devastadora às massas e às concepções desprovidas de conhecimento (des)apropriado da realidade fantasmagórica por ora criada pelo grupo alemão, remetemos a Caio Prado as mesmas condições em relação à crítica operada no seio de seu Partido, em um momento bastante particular e autoritário da história brasileira, em que o autor aponta cientificamente os equívocos da direção comunista em relação aos processos que possivelmente levariam a uma transformação radical no país.

O historiador observa pela lente privilegiada da história, mas de uma história dialética e materialista, a forma como o PCB aderiu ao projeto revolucionário brasileiro partindo de perspectivas estranhas a nossa realidade. Aponta que de nada servia trazer soluções ditadas por boa vontade de reformadores, mesmo quando inspirados nas melhores intenções tanto em princípios como em teoria, mas inadequadas à realidade social e econômica vigente¹⁸³, pois as mesmas respostas se encontravam no processo histórico imanente de que participamos, e só daí, observa Caio Prado, se poderia tirar um método apropriado de luta e de construção de uma perspectiva coerente e revolucionária.

Ao verificar como a teoria da revolução brasileira se expressa a partir dos círculos da esquerda comunista, no que diz respeito a sua *estratégia* e *tática*, Caio Prado observa as distorções da interpretação conjuntural do país, o que contribuiu com os erros de longa data na ação política da esquerda brasileira, tanto em relação aos apoios e alianças políticas consumadas por esta agremiação, como no reflexo que esta mesma interpretação teve sobre a ação dos trabalhadores¹⁸⁴. Lembramos que a visão dominante interna no PCB seguia a tese da Internacional Comunista¹⁸⁵ para os países latino-americanos, cujo programa era uma expressão da sua elaboração de 1933, constituída pelo Bureau Sul-Americano daquele agrupamento, com sede em Montevideu. O país era colocado na mesma fôrma que os demais países sul-americanos, asiáticos e africanos, em uma interpretação comum. A nossa revolução deveria

¹⁸³ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 13.

¹⁸⁴ Idem, p. 22.

¹⁸⁵ O Programa da Internacional Comunista a que nos referimos foi elaborado em 1928, no VI Congresso Mundial, em Moscou.

seguir o mesmo caráter, ou seja, o da necessidade do rompimento de nossa estrutura feudal e da submissão imperialista, daí uma revolução agrária, antiimperialista e democrático-burguesa, que davam o tom à construção programática do Partido. Não se notava que havia diferenças marcantes e profundas de caráter histórico entre os mesmos países coloniais e semicoloniais, a exemplo dos asiáticos, em relação aos países de formação capitalista dependente, como os da América Latina.

Nota Caio Prado (1978) que a natureza acerca do possível caráter da revolução, ou mesmo a indagação nesse sentido, colocava desde o início muito mal a questão, pois o modelo correspondente se inspirará em convicções predeterminadas e de caráter doutrinário, já que do conceito preestabelecido nada se extrai em relação à política ou à ação que se possa praticar. O que seria mais cabível para o percurso brasileiro é determinar o processo a partir das transformações que estão presentes nos próprios fatos, na busca permanente por saber o que acontecerá, ou deveria acontecer, no curso da revolução e não o contrário, ou seja, a indagação e incorporação dedutiva de algum programa já pronto e acabado, feito sob abstrações estranhas e buscando encaixar a realidade brasileira em conceitos já estabelecidos.

A teoria da revolução brasileira elaborada pelo Partido, na visão de Caio Prado, foi produzida em épocas remotas, em que não se conhecia muito bem sobre a própria realidade do país e não havia um amadurecimento da consciência operária; além disso, imperava na organização comunista uma lógica de sectarismo e dogmatismo, como expressão da política stalinista, e que correspondia diretamente à forma orgânica de formulação da sua linha política. Segundo o esquema do PCB, as sociedades em geral passariam por estágios sucessivos antecedentes ao socialismo, ao feudalismo e ao capitalismo, em uma avaliação que negava por absoluto as ideias de Marx e Engels. Caio Prado (1978) ainda lembrava que uma coisa seria apontar semelhanças no processo histórico europeu e outros países, naquilo que diz respeito ao processo de desenvolvimento econômico e político, mas fazer generalizações exegéticas caberia mais como ficção do que realidade.

Ao partir dessas premissas o PCB procurou nas instituições vigentes do país as semelhanças para confirmar as aproximações econômicas e sociais do então processo universal e generalizador europeu, sem estabelecer um procedimento mais crítico e uma confrontação com a própria realidade dos fatos no país ¹⁸⁶.

Para um Partido que pretende transformar radicalmente as estruturas econômicas,

¹⁸⁶ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 32-35.

políticas e sociais, a leitura que se faz da realidade implica necessariamente na construção e no impulso a ser dado em seu programa, em sua tática política. As consequências que Caio Prado (1978) apontava acerca da linha política que o PCB construiu para adequar ao seu programa a realidade que interpretava, resultaram na forma prática como se conduziu a sua linha revolucionária. Criticava o autor:

Essa política se orientou em muitos casos, e alguns de fundamental importância e significação, no meio de verdadeiras ficções que, inspiradas em concepções inteiramente inaplicáveis à realidade do nosso país, deram de um lado (como entre outros casos, em especial na questão agrária) em verdadeiro freio oposto às forças e aos impulsos revolucionários que a falsidade da teoria tornou possível despertar e conduzir adequadamente, e por isso se dispersaram e em boa parte se perderam. E deram de outro lado num hiato profundo entre a teoria e a prática que ficou assim frequentemente relegada ao empirismo das improvisações (PRADO, 1978, p. 36).

O desconhecimento sobre a realidade orientou a formulação do programa político para o Brasil, enquadrando-o no esquema clássico de revolução democrático – burguesa que eliminaria os nossos resquícios feudais. O historiador aponta que o Partido fazia a transposição mecânica de conceitos observando que práticas agropecuárias feitas no Brasil davam a impressão de reproduzir aos olhos do PCB uma dinâmica feudal, mas que no fundo se tratava de algumas relações como: o sistema de parceria, o barracão, o cambão etc.

Caio Prado (1978) mostrou que este primeiro sistema executado entre proprietários de terra e trabalhadores agrícolas, não constituía efetivamente uma relação tal qual assumiu na Europa, tinha como pressuposto uma relação capitalista em que o pagamento do trabalho em parte e por vezes era *in natura*, portanto, a parceria executada no país estava mais associada a uma dinâmica de salário e não de dependência pessoal, domínio e troca como no feudalismo. Assim como os outros dois aspectos citados, onde o barracão se caracterizava pela venda de gêneros aos trabalhadores pelos proprietários; e o cambão, como forma de prestação de serviço gratuito nas terras do dono, em troca do direito de ocupação das terras¹⁸⁷. Notava que nestas

¹⁸⁷ Há que se notar também outras relações, principalmente no nordeste brasileiro, nas lavouras de cana ou no sertão pelas quais Caio Prado (1979) aponta mais duas categorias: os moradores que trabalham permanentemente nos canaviais e recebem em dinheiro e cultivam ao redor da casa grande para sua subsistência; e os foreiros, que ocupam sítios mais distantes, cultivados por sua conta, e pagam aluguel ao proprietário; assim como os vaqueiros, que cuidam do gado e recebem um bezerro a cada quatro nascidos.

relações não havia nada de feudal ou semifeudal, mas na interpretação do Partido as práticas que estorciam os trabalhadores viravam sinônimo daquele modo de produção, e não resquício, como notou Caio Prado, do sistema que vigorou legalmente no Brasil, a escravidão.

A questão da revolução democrático-burguesa tem uma particularidade na Europa e atende a um momento específico na passagem e transição do feudalismo para o capitalismo, quando as aspirações camponesas se somam aos objetivos da burguesia gerados pelo próprio sistema no qual o centro nervoso do impulso revolucionário se encontra na posse da terra pelos camponeses e, do ponto de vista econômico, pela penetração das relações capitalistas no campo, mais o conjunto de relações políticas e sociais promovidas pela força da transição. Daí a proposição de uma reforma agrária que crie as bases da exploração capitalista no campo e a substituição do “*senhor feudal pelo camponês capitalista*”. Nota Caio Prado (1978) que no Brasil a questão foi totalmente diferente, como já destacamos, pois a própria história do país mostrava a origem que nos conformou: base da exploração fundiária em larga escala, monocultura e trabalhada por braços escravizados.

Ao fazer a leitura da década de 1960, observava que o trabalho livre daquele período se encontrava “*submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante proprietário de terra e empresário da produção*” (PRADO, 1978, p. 47); desta forma, Caio Prado constatava que, no Brasil, este trabalhador¹⁸⁸ deveria ser visto como força de trabalho assalariada a serviço do proprietário, e não figurava como um camponês, na mesma relação aos moldes clássicos europeus, como o PCB via desde então. A leitura equivocada da realidade levou a distorções na política operada pelo Partido¹⁸⁹ como se propagou na teoria do instrumento político (PCB), pois tomavam como principal objetivo a livre ocupação e utilização da terra, ainda calcada no velho modelo clássico de revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal que se somava à luta antiimperialista. Caio Prado advertia que o sentimento principal da luta dos trabalhadores assalariados é a melhoria nas condições de trabalho e emprego e não a luta pela posse da terra, em uma perspectiva totalmente contrária ao seu agrupamento.

Em relação à composição das classes, mostra como o Partido apresenta o arranjo das forças sociais revolucionárias no esquema da revolução democrático-burguesa, decalcada de

¹⁸⁸ Em *A Questão Agrária* (1960), os dados apontam que 30 milhões de brasileiros, segundo Caio Prado, dependiam da utilização da terra para seu sustento, ou seja, segundo os dados do autor, mais da metade da população brasileira daquele período.

¹⁸⁹ Referência ao Programa de 1954.

realidades estranhas, conforme mencionamos acima, antifeudal e antiimperialista, em que:

Os *latifundiários*, réplica no Brasil dos senhores feudais da Rússia czarista ou dos países asiáticos; uma *burguesia retrógrada* ligadas a tais latifundiários, e aliados, com estes últimos ao imperialismo; e, finalmente um *setor progressista da burguesia* e eventual aliado do campesinato e do operário na revolução democrático-burguesa, a chamada burguesia nacional (PRADO, 1978, p. 70).

Caio Prado (1978) apontava que tal leitura não expressava em nada a realidade brasileira, era mera adaptação de esquemas já sustentados historicamente numa dinâmica específica. Os nossos estancieiros, senhores de engenho e usineiros, eram vistos como os grandes senhores feudais de época, assim como a burguesia comercial, industrial ou outra qualquer que se compunham da mesma categoria, pois não havia posição de classe distinta por aqui, não houve a formação de uma burguesia nacional aos moldes do que se constituiu na Europa ou Ásia. O PCB ao sustentar um possível progressismo da chamada burguesia nacional¹⁹⁰, contrária ao imperialismo, remeteu seu programa a perspectivas políticas equivocadas, cujo resultado foi também o golpe verificado em 1964. Como nota o historiador partia-se da teoria e dos conceitos para a realidade e não o contrário, esse foi o erro fundamental na teoria da revolução brasileira elaborada pelo Partido. Aliar a particularidade de nossa temporalidade a uma longínqua história da Idade Média europeia e oriental, recém - saída do feudalismo, com características tão distintas de nossa dinâmica colonial, era justamente o tom dado pela teoria da revolução aqui esboçada. Nos termos do Partido, o que se propunha era um processo de reforma agrária para libertação econômica e da classe camponesa, assim como o estabelecimento de relações capitalistas para o desenvolvimento das forças produtivas, desta forma o conjunto de tais proposições era completamente distinto de nossa condição econômica

¹⁹⁰ Caio Prado (1978, p. 111-112) contesta essa ideia em relação ao Brasil de uma pseudo “burguesia nacional” ou antiimperialista e progressista, que combatia outra categoria burguesa aliada ao imperialismo, esta com características mais reacionária, retrógrada e aliada dos latifundiários. Nota o autor, que esta ideia de duas burguesias está ligada ao modelo chinês, muito aquém de nossa realidade. Por lá, a clientela que adquiria mercadorias estrangeiras, os chamados “*compradores*” eram vistos como aliados dos estrangeiros europeus por que se contrapunham aos costumes milenares tradicionais dos chineses. A hostilidade aos *compradores* se fazia mais forte em função da concorrência que as mercadorias europeias fizeram à produção interna, em prejuízo do artesanato local. Com o desenvolvimento de padrões ocidentais na China, bem como de uma indústria, dá-se vida a uma nova categoria de capitalistas e homens de negócios, ou seja, a formação de uma burguesia estritamente nacional. Um dos traços essenciais dessa burguesia foi o conflito com o estrangeiro e o sistema econômico que este representava, o imperialismo. Daí o conflito da burguesia nacional antiimperialista com a burguesia compradora, esta aliada e associada ao estrangeiro.

e histórica, como já destacamos em item anterior. No mais, cabe ressaltar que a propriedade fundiária rural se achava concentrada, conforme nota Caio Prado em toda sua obra, e esta característica não é suficiente para caracterizar o “*latifundiário*” no sentido que se pretendeu dar a esta expressão, que em verdade por aqui é o proprietário de terras. Daí deriva que o trabalhador da grande exploração agropecuária não é o camponês no mesmo sentido do europeu, mas o empregado assalariado daquela exploração rural¹⁹¹. O que Caio Prado está mostrando a partir da constatação que fez - e rebatendo as teses de seu Partido - é que aquele pressuposto acerca do resquício feudal não existe por aqui, pois desde sempre as relações sociais, de trabalho e produção que se conformaram são essencialmente capitalistas por natureza e organizam-se em empresas comerciais produzindo para o mercado externo, na lógica imperativa do capitalismo, ou seja, proprietários e não proprietários.

Em relação aos representantes da burguesia brasileira Caio Prado (1978) afirma que os primeiros estratos desta classe foram os comerciantes portugueses, que por aqui já habitavam e fizeram negócio, e que, posteriormente ao processo de Independência, foram se nacionalizando. A esses se juntam outros representantes, com a abertura dos portos: os ingleses, os franceses e os alemães. Desta forma, constitui-se no país uma estrutura inicial de burguesia urbana, formada fundamentalmente por estrangeiros e com características homogêneas no que se refere ao conjunto dos seus mercados. Esta burguesia se desenvolve de forma muito diferente do que ocorreu na Ásia e Europa, sem maiores empecilhos econômicos, políticos ou sociais, pois aqui não encontrou estruturas não capitalistas ou outras incompatíveis com o sistema mercantil de exportação dos seus produtos tropicais. Não há no Brasil uma estrutura que deveria ser reconfigurada e moldada em função daqueles interesses. No geral, apesar dos acordos comerciais serem divergentes, não havia conflito em relação ao todo, a burguesia por aqui de certa forma constituía “*uma classe homogênea e coesa que não se acha cindida internamente por contradições e oposições irreduzíveis*” (PRADO, 1978, p. 116).

O autor novamente nos esclarece mostrando o equívoco da esquerda brasileira (PCB) em afirmar as diferenças entre os setores da burguesia nacional em alusão necessariamente ao que ocorreu na Ásia e à forma como a disputa entre as classes se conformaram em algumas localidades daquele continente. Por aqui o imperialismo encontrou todas as possibilidades de integrar o sistema em sua dinâmica, assentando a economia brasileira desde sempre no sistema internacional do capitalismo, que conformou o imperialismo, assim como criou as bases da

¹⁹¹ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 104-105.

vinculação e subordinação de nossa economia neste sistema, desde as origens mais remotas da formação do Brasil. Ou seja, economia de exportação de matérias tropicais para a Europa e depois para os Estados Unidos que acabou criando uma dependência em relação a estes mercados. Na visão de Caio Prado (1978), a burguesia brasileira apoiou as iniciativas e inversões de capitais estrangeiros e não fez oposição, pois avaliava o autor que nesse período de mais de vinte anos – 1939 a 1960 – a burguesia progrediu como nunca em nossa história e foi o período de seu maior enriquecimento, tendo a indústria como o motor do desenvolvimento econômico. Assim, vemos que o mito criado de que a burguesia nacional era uma possível força antiimperialista e progressista não existiu no país e não passava de um decalque criado para justificar certas circunstâncias em nome do processo revolucionário. Desta forma, vemos pelas lentes privilegiadas da história materialista do país trazida por Caio Prado que a leitura plagiada foi o detalhe maior que compôs a estratégia do Partido Comunista Brasileiro para a revolução, novamente partindo de modelos estranhos para explicar nossa realidade.

3.5 - A Teoria da Revolução Brasileira em Caio Prado Junior

Já vimos que o processo que contribui para o amadurecimento objetivo das forças produtivas no país, assim como da possível consolidação de uma perspectiva distinta de tudo que houve por aqui, estiveram associadas a um conjunto de fatores históricos e presentes nestes mesmos fatos que marcam significativamente a nossa história. Desde a vinda da família real para o Brasil a todas as outras manifestações que são diretas ou indiretamente relacionadas a este processo, na avaliação de Caio Prado, os fatos foram cumpridores de etapas significativas em nossa realidade e conformaram perspectivas um tanto quanto interessantes em nossa conjuntura. Conveniente destacar que o processo revolucionário ou propriamente o termo revolução, na avaliação do autor, *“encerra uma ambiguidade”*. Por um lado, o termo é frequentemente usado como *“emprego de força e violência para derrubada”* e tomada de poder por algum agrupamento político, daí revolução ter um sentido que mais apropriadamente cabe ao termo *“insurreição”*. Por outro lado, revolução significa também *“transformação do regime político e social que pode ser desencadeado ou estimulado por insurreições”*, mas que não é obrigatoriamente. *“O significado se concentra na transformação, e não no processo imediato”* ¹⁹². Daí pensarmos resumidamente na razão por que Caio Prado sugere um processo de estímulo ao mercado interno, assim como ao consumo, as melhorias em geral nas condições de vida dos trabalhadores etc. Possivelmente esta incitação traria passo a passo transformações substanciais em nossas forças produtivas e possivelmente impactariam nossas relações de produção. O que é certo é verificarmos quais foram as tensões produzidas por esta dinâmica e como a ação política revolucionária, a partir das expressões vistas por Caio Prado, estimulam e ativam aquelas transformações no processo histórico brasileiro, pois são as medidas que estimulam esse fim que formam e dão sentido à teoria revolucionária no país.

Aqui vemos mais claramente em Caio Prado que os decalques externos não ajudam em nosso processo revolucionário, pois é apenas nos fatos e situações presentes, no nosso caso o mercado interno, nas tramas históricas coloniais e as contradições em relação ao trabalho e o nível material dos trabalhadores e a partir deles, que se acham atuantes e presentes os conflitos que nos sinalizariam as possibilidades de superação. Ou seja, é na sobrepujação do Brasil Colônia e na integração nacional do país - no sentido de este servir à sua população e a si

¹⁹² PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 11.

mesmo como nação independente e soberana - que se mostra possível esboçar uma perspectiva que supere estas limitações.

Ao que indica o período, Caio Prado (1978) via a partir da relação de trabalho e produção no campo brasileiro ampla perspectiva para o processo revolucionário no Brasil, pois nestas relações se encontravam a natureza dos conflitos e as contradições mais latentes do processo histórico que se desenvolveu no país. Os conflitos presentes giram em torno de reivindicações por “*melhores condições de trabalho, remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado*”. Quer dizer, transformação nas condições de vida daquele trabalhador, tanto do ponto de vista social, como material, assim como a transformação da grande exploração agrária com a eliminação de seus aspectos negativos, que consistia em baixos padrões tecnológicos e no tipo de relações de trabalho¹⁹³. Ainda no começo da década de 1960, apontava as diferenças da colônia para o Brasil de hoje, no que diz respeito às grandes transformações que ocorreram no país como um todo, no entanto,

(...) apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda se assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta. A saber, a grande exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados por mercados excêntricos (...) a utilização da terra continua a se fazer hoje como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população (PRADO, 1979, p. 49 e 50).

Por aí estariam também os passos necessários a uma tática política que contemple as expectativas daquele processo verificado na história social brasileira e nas contradições dela no presente momento, tanto para mobilização e organização dos trabalhadores do campo, que eram os mais precarizados naquelas circunstâncias, como também para interferirem na economia do país impondo reformas e transformações de longo alcance, pois na visão do autor é a esta população, desde que orientada¹⁹⁴, que cabe a tarefa de promover um impulso que o país

¹⁹³ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 143.

¹⁹⁴ Em nosso entendimento, Caio Prado (1978, p. 173) apresenta uma tática comum nas experiências de luta comunista para construção da luta real brasileira, a partir da observação da composição das classes em questão,

necessita para superar o passado colonial. Afirmar então:

(...) nesse sentido que se há de dirigir a ação revolucionária cujo objetivo não é e não pode ser o de criar do nada, de instituir um esquema abstrato saído do bojo de alguma teoria proposta a priori. E sim estimular as forças e impulsos efetivamente presentes no contexto da evolução econômica e social do país. Em face do que se viu acima, um tal programa se desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais, que se conjugam e mutuamente se completam: de um lado, assegurar a efetiva ampliação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De outro lado, trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora, ocupação e meios regulares de subsistência (PRADO, 1978, p. 152-153).

Quanto à natureza desta revolução, para o autor trata-se não apenas de apurar a sua designação, mas de se permitir dar um rumo às transformações socioeconômicas de alcance, que levem o país à superação de seu estágio ainda marcado pelas circunstâncias de sua formação colonial. No caso, trata-se de um programa de reformas que supere as contingências dessa nossa formação colonial, reorientando a economia do país para organizar a população, as atividades e a distribuição e repartição dos recursos provenientes destas atividades. De certa forma, a planificação geral das prestações econômicas deve ser centralizada pelo Estado, combinando iniciativas e empreendimentos públicos e privados de forma orientada e racional, organizando as atividades produtivas de forma que a produção para o mercado interno, em relação ao consumo final, seja prioritariamente de bens e serviços básicos para a população, e distribuindo equitativamente os recursos financeiros. Tal parceria e controle estatal deve gerir a integração do trabalhador rural nas mesmas condições de todos os trabalhadores¹⁹⁵.

cujo impulso externo seria do proletariado das cidades que possuíam nível cultural e político mais elevado. Esses teriam o papel de contribuir com a tarefa de dirigir a massa de trabalhadores rurais.

¹⁹⁵ Idem, p. 166-167.

Considerações Finais

Procuramos apresentar neste trabalho duas questões que consideramos centrais no pensamento de Caio Prado: o *sentido da colonização* e a ideia da revolução brasileira. Em relação à primeira questão, notamos que de certa forma há algo que mantém viva a interpretação do autor nos dias atuais, pois se pensarmos a ação do agronegócio, fazendo um paralelo com a lógica mercantil que vigorou na colônia por muitos anos, assim como a reprodução das monoculturas para exportação e não para satisfação das necessidades do povo brasileiro, veremos que a lógica predatória e do negócio, exclusivamente, ainda se fazem presentes, mesmo que de uma maneira distinta do que foi.

Ainda nos termos de Caio Prado percebemos na categoria o seu aspecto lógico e historicizante e como ela é central em sua análise. Por ela se constrói todo o conjunto da obra e o autor mostra como todo percurso de nossa história esteve marcado pelo seu desenvolvimento. Em segundo lugar, vimos também como o sentido da colonização marcou as etapas de nossa economia, ou seja, apresentou-se como um sentido exclusivo daquele negócio nos trópicos e atendeu a cada uma das etapas da exploração dos recursos naturais em nossa terra, vigorando inclusive, sob a ótica do imperialismo.

O que nos chama a atenção para outro paralelo daquele sentido em relação à nossa história atual é que a ideia de reversão neocolonial ainda nos aguçá, e isso parece ser o que há de mais vivo em Caio Prado Júnior até hoje. Por um lado, novamente assistimos a ciclos econômicos em nosso país, juntamente com um processo de degradação massivo das nossas terras - e uma vez mais atendendo à satisfação de necessidades externas a nossa realidade. Por outro lado, esse mesmo processo é monocultural - não na mesma relação e proporção dos moldes apresentados pelo autor, mas de certa forma bem próximo daquela perspectiva, pois a destruição de vastas extensões de terras se dá na mesma intensidade, mas com uma tecnologia mais avançada, logo, mais destrutiva.

O que para nós ilustra essa perspectiva são três experiências pessoais recentes: a primeira delas, no Estado da Paraíba, em 2009, em um curso de formação que proferi na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), no campus de Rio Tinto, a mais ou menos 60 km de João Pessoa. Chamava muita atenção o fato de que por todo o caminho de uma cidade a outra houvesse imponente plantação de cana por toda extensão do trajeto, permeado por uma e outra

usina. A segunda ocorreu um ano depois, quando estive em Lages, Santa Catarina, no coração da serra catarinense, e novamente algo aguçava a curiosidade: a extensa produção de pinho daquela região com muitos hectares plantados, onde não se observava nenhuma outra espécie de cultura, com exceção dos grandes eucaliptos. Finalmente a terceira, em uma viagem de expedição pelo Rio São Francisco, em 2011, algo nesse sentido também impressionava: ainda no estado de Minas Gerais, próximo à região da Serra da Canastra, observamos muitas fazendas de empresas como Monsanto e Bunge produzindo vastas extensões milho e soja. Três perspectivas não nos dão a dimensão da totalidade, mas contribuem para ilustrar parte do conjunto da realidade que em tempos de agronegócio deve ser a perspectiva dominante em vários outros estados do país. Nesse sentido, há algo que reaviva Caio Prado nesta dimensão da perspectiva do negócio, da monocultura em vastas extensões, assim como no que diz respeito à ideia da reversão neocolonial, ou seja, produção para além das nossas terras.

As considerações sobre esta pesquisa também consistem em alguns pontos que nos deram a dimensão sobre outros fatores relevantes e que consideramos atuais na análise de Caio Prado sobre o Brasil e sua inserção na história do capitalismo mundial. Vimos que sua interpretação, a partir da superação de nossa condição de economia colonial e dependente, procura dar sentido e orientar a formação e constituição de uma nacionalidade brasileira. É justamente aqui o ponto alto da pesquisa: como a teoria da revolução brasileira superaria sobremaneira aquele sentido do negócio que vigorou em toda história do país. Para tanto, Caio Prado procura entender as contradições que impulsionaram o desenvolvimento de nossa economia dentro da totalidade que a condicionou. Como um marxista de seu tempo, interpretou a realidade como um conjunto complexo permeado pelas relações da infraestrutura e da superestrutura, percebendo como nossa condição de dependência estrutural ao capital internacional esteve presente na lógica de desenvolvimento e funcionamento do capitalismo central. Desta forma, notamos o debate proposto por Caio Prado dentro de uma dinâmica permeada pelo saber da ciência social, dificilmente separado o cientista do político, o homem de ação, engajado, militante do Partido Comunista. Tal debate é de extrema relevância para o conjunto da esquerda brasileira haja vista o déficit de projetos políticos que balizam uma perspectiva de transformação da realidade, a partir das mesmas constatações do autor.

O mote interpretativo e metodológico de Caio Prado, que inclusive o singulariza em relação à interpretação *revolucionária* de sua época - tomando emprestados os termos de

Ricupero¹⁹⁶ - perpassa a *nacionalização do marxismo no Brasil*, nesse sentido, incorpora essa perspectiva em sua análise e ressalta as relações de produção buscando desvendar qual o caráter desta relação em processo com as forças produtivas e a superestrutura da nossa sociedade. Assim, buscou revelar a especificidade de nosso capitalismo presente na totalidade de nosso tempo, procurando responder qual a singularidade da relação capital e trabalho gestados no país e como esta relação condiciona nossa particularidade e inserção na esfera internacional. Esta constatação é importante, porque nos dá, de um ponto de vista histórico, mas também estrutural, a dimensão da dependência do Brasil. No primeiro sentido, porque ao construir analiticamente nossa condição, verifica os primórdios da dependência do país ao capital internacional, ou à forma como o imperialismo atuou em nossa conjuntura, condicionando essa dependência. No segundo, porque remonta a história mostrando que as decisões políticas e econômicas por aqui executadas atenderam necessariamente àquela dinâmica colocada de fora para dentro, fazendo jus ao próprio sentido da colonização aqui esboçado na pesquisa.

Caio Prado é herdeiro do pensamento crítico brasileiro¹⁹⁷ e sua posição a partir desta reflexão buscou apresentar uma saída democrática e nacionalista aos dilemas da nossa formação, nesse sentido, foi inevitável o choque do autor com o pensamento autoritário. Ao mesmo tempo, é influenciado pelo marxismo brasileiro – daquela expressão, pode-se dizer, mais panfletária do marxismo partidário.

Notamos em Caio Prado um aspecto importante e também inovador sobre os estudos em relação ao país e às possibilidades de superação das nossas contradições, pois carrega certo sentimento de antipatia ao chamado *colonialismo cultural*, ou seja, procurou distinguir em suas análises as especificidades de nossa relação de produção, rejeitando interpretações da realidade brasileira pautadas por modelos abstratos à nossa realidade. Para o autor, a revolução que se preparava não tinha natureza socialista ou democrática burguesa *a priori*; a natureza da revolução deveria ser pensada no processo que a constitui, nos fatos e na sua dinâmica. Nesse sentido, faz a crítica à teorização às avessas, àquelas que apontam um caráter pragmático da

¹⁹⁶ RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

¹⁹⁷ Nota Paulo Martinez, “Caio Prado Jr. dialogou com seu contexto histórico-cultural a partir das análises que fez do século XIX da história brasileira, abordando temas como a organização do Estado nacional, os conflitos políticos e sociais geradores dos movimentos de contestação, alguns dos quais dotados de conteúdo popular e potencial revolucionário capazes de superar os obstáculos e vencer as resistências de transformação do Brasil em uma nação moderna e democrática. Suas análises estão permeadas pelas interpretações de historiadores do século XIX, como John Armitage, J.M Pereira da Silva, Robert Walsh e Joaquim Nabuco, entre outros. Caio Prado Jr. interpretou o passado refletindo sobre os problemas colocados pelo seu presente” (MARTINEZ, 2008, p. 27).

nossa realidade e que estão respaldadas necessariamente por uma lógica que parte da teoria em direção aos fatos. O autor nota as consequências desse debate para o país ao fazer a crítica principalmente ao seu partido, o PCB, pois ao analisar a forma como o instrumento político interpretou a realidade brasileira, partindo de forma virtual e com concepções apriorísticas acerca da nossa realidade, combateu este tipo de interpretação formalista, pautada exclusivamente em conceitos e que levariam a táticas políticas equivocadas. O que fica como aprendizado a partir desta orientação de Caio Prado é que para ele era melhor errar, arriscando uma interpretação marcadamente pautada pela singularidade de nossa história e dos fatos concretos que a forjaram, do que a partir de pressupostos teóricos.

Em relação ao contexto sócio-político, pretende responder às mudanças e lutas sociais que brotaram na década de 1920 e se projetam em 1930. Interessante reafirmar que o autor vivenciou o período de crise final da economia colonial – nasce em 1907, portanto em 1930 tem vinte e três anos – fortemente marcada na história do país pela clivagem existente na economia brasileira, a saber: a passagem de uma economia agrária exportadora para uma economia industrial e urbana. A partir desta transposição procurou desvendar os seus reflexos na sociedade, na política e na cultura que se conformaram no país, bem como entender o processo de modernização das estruturas de nossa sociedade. A questão singular é que nosso autor dá as respostas a esta conjuntura a partir de sua inserção no Partido Comunista Brasileiro – PCB. E do ponto de vista político, trava um debate constante com o próprio partido e as correntes autoritárias e conservadoras da sociedade. Seu mérito está justamente no fato de não distorcer a realidade do país para adequá-la a teorias que nem sempre estariam conformadas em nossa sociedade e realidade histórica.

Observamos em Caio Prado a contundência em relação à crítica formulada ao seu partido - o PCB de então estava em fina sintonia com as análises formuladas na III Internacional para a América Latina, que propagava para o Brasil a célebre conceituação das etapas de superação dos modos de produção. Para o autor, essa era uma formulação mecânica, vinda da realidade russa e chinesa. A partir desta leitura, o PCB fazia a adesão à teoria da revolução antifeudal e antiimperialista a ser impulsionada por uma burguesia nacional. Caio Prado contestou veementemente esta ideia, como já notamos, mas consideramos pertinente destacar essa análise porque a partir de sua crítica severa à linha política dominante do PCB este nunca mais seria o mesmo.

No mais, cabe considerar o aspecto fundamental que procuramos mostrar ao longo deste

trabalho, ou seja, como a categoria *sentido da colonização*, como elemento central da análise do autor, seria superada no momento da realização dos pressupostos da revolução ou das transformações que apontariam o caráter de uma nacionalidade brasileira, daí nosso título: *do sentido da colonização ao sentido da revolução*. Entendemos que o autor interpreta toda a sua obra a partir daquela categoria central, retomando a perspectiva da transformação de nossa economia em outros moldes, superando aquele sentido exclusivo do negócio que havia sido até então, para fora de nossas terras. Revolução, para Caio Prado, é um processo gradual de transformação das relações de trabalho e produção, orientados por uma economia racionalizada, que contemple as necessidades de seu povo e oriente e estimule o mercado interno em direção a uma dinâmica distinta. Além disso, a ideia se fundamenta na superação de nossa herança colonial e no conjunto de todas as marcas históricas legadas por este processo. De certa forma, notamos que Caio Prado está mais interessado, em um primeiro momento, na construção de uma sociedade em moldes capitalistas, ou seja, ao evidenciar a posição marginal, mas também complementar, que o país ocupava em relação ao capital internacional, ressalta a necessidade de construirmos o nosso sistema econômico, e uma das peças centrais nesse processo seria o estímulo ao mercado interno integrado em conjunto. Esta é a grande tarefa que nos colocou naquele momento o historiador para dinamizar a sociedade brasileira em outros moldes, estimulando inclusive, o consumo da classe trabalhadora. Este processo deveria ser orientado pelo Estado que eliminaria as inferências privadas neste desenvolvimento. Passo a passo, na visão do autor, construiríamos nossa economia de forma independente e nacionalizada, passando daquele sentido que conformou a nossa história por muitos anos a outro.

Em nosso ponto de vista, há ainda muitas lacunas a serem exploradas no pensamento deste autor. O que fizemos aqui foi uma pequena contribuição, que procurou evidenciar parte do pensamento de Caio Prado Júnior e da história das ideias socialistas no Brasil.

Bibliografia

Obras de Caio Prado Jr.

PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 21ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.).

_____. *A Cidade de São Paulo: geografia e história*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é história, 1989.

_____. *História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. 2ª reimpressão da 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: A Platea, 25 de julho de 1935. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/expo/caioprado/index.htm> >

_____. É Preciso Deixar o Povo Falar. In MOTTA, L. D. *A história vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

Obras sobre Caio Prado Jr. e outros

ALVES, Rodrigo T. *O Capital como Sujeito e o “Sentido da Colonização*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>>, 2005. Acesso em: 20/02/2012>.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma Sociologia dos Intelectuais. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, nº 4, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. O Significado de Raízes do Brasil. In: *Raízes do Brasil*, SBH, edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Força do Concreto*. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma Via não Clássica para o Capitalismo. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

ENGELS, Friedrich. Org. José Paulo Neto. *Engels: Política*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 17, São Paulo: Ática, 1981.

FARIA, Antônio Augusto, e BARROS, Edgar Luiz. *Getúlio Vargas e sua Época*. 2ª ed., São Paulo: Global Ed., 1983.

FERNANDES, Florestan. A Visão do Amigo. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FERREIRA, Heitor Lima. Caio Prado e seu Tempo. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GASPAROTO, Jayme W. Militância. In D’INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta*

Armada. 4ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1990.

IANNI, Octávio. A Dialética da História. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982.

_____. Trajetória Política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. Disponível em:

<www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm. Acesso em 20/02/2013>.

KAREPOVS, D. Caio da Silva Prado Júnior: Um Perfil Biográfico. In _____. (Coord.) *Caio Prado Júnior - Parlamentar Paulista*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003.

KONDER, Leandro. *Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador*. In *Revista USP*, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 58-63.

_____. *A Derrota da Dialética: a Recepção das Ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MARX, Karl. *O Capital*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1984, Vol 1, tomo 2.

MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D'INCAO, Maria Angela,

História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MELO, Jayro Gonçalves. A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1972.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Escravidão e Sistema Colonial. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

NETO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, Fernando A. Considerações Sobre o Sentido da Colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* - IEB, nº 6, 1969.

_____. "Caio Prado Jr., historiador", *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

_____. Condições da Privacidade na Colônia. In *História da vida privada no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In *Corpo e Alma do Brasil - Brasil em Perspectiva*. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1987.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec, 2005.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. *Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil*. In *Revista USP*, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 78-87.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e a “A Revolução Brasileira”. In Revista Brasileira de História, vol. 19, nº 37. São Paulo, setembro de 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad -FAPERJ, 2001.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008.

VICTORIANO, R. Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: Uma Interpretação Original do Brasil*, 1ª ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da Colônia: Leitura do Debate Brasileiro de Inspiração Marxista*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, SP: 2004.

WIDER, Maria Célia. *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007.